

A CRISE DO CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Seminário nacional

FUNDAÇÃO Perseu Abramo

Fundação Maurício Grabois

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

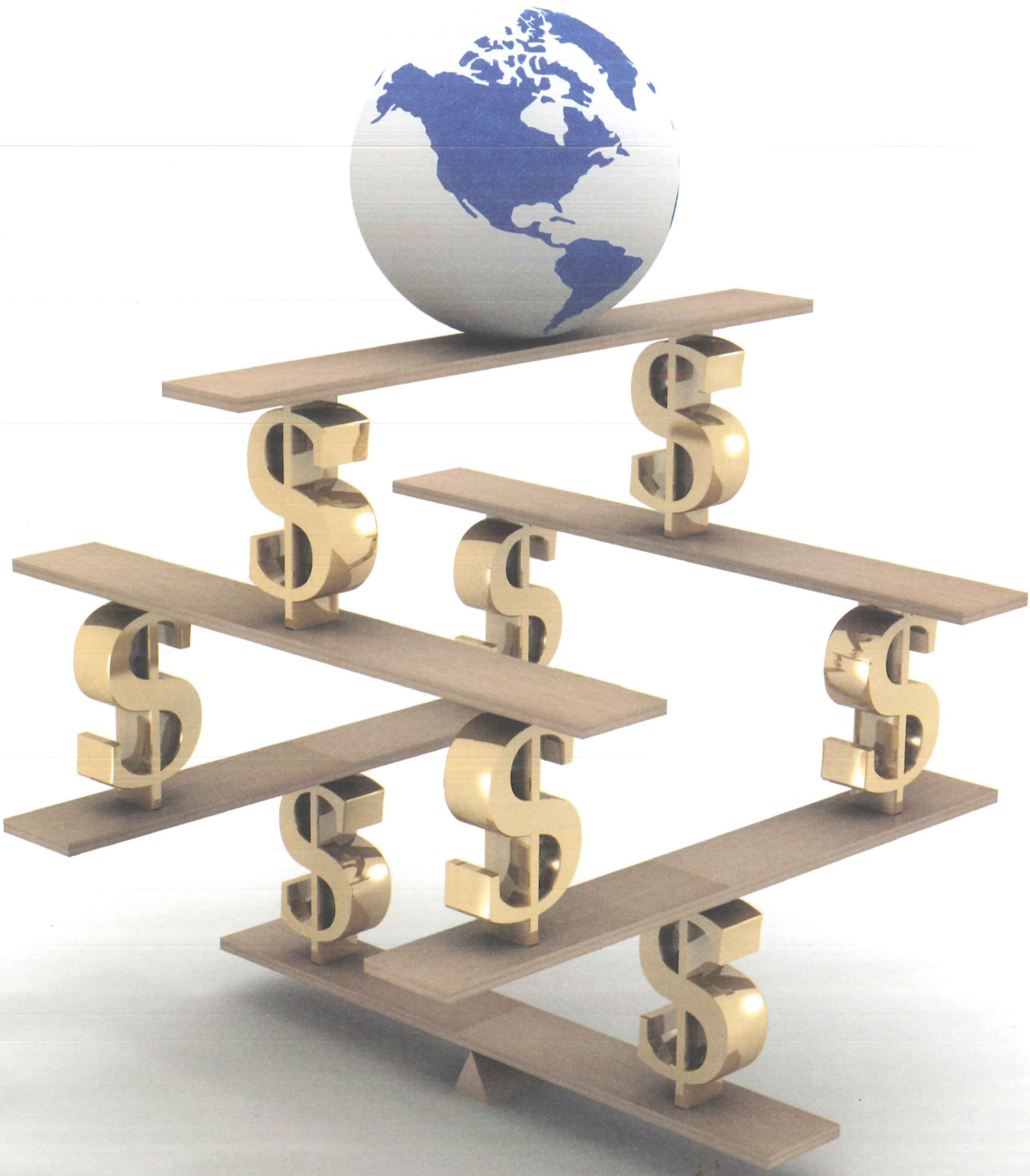
FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI FLB - AP

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Anita Garibaldi

Seminário nacional

A CRISE DO CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL



Seminário nacional

A CRISE DO CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

28 de novembro de 2011
Rio de Janeiro – RJ

PROMOÇÃO

FUNDAÇÃO Perseu Abramo

Fundação Maurício Grabois

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI FLB - AP

PUBLICAÇÃO

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Anita Garibaldi

2012

Seminário nacional

28 de novembro de 2011
Rio de Janeiro - RJ





A CRISE DO CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL





Expediente

O seminário "A Crise do Capitalismo e o Desenvolvimento do Brasil" é uma iniciativa conjunta das fundações partidárias de estudos e pesquisas dos seguintes partidos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Fundação Perseu Abramo - PT
Presidente: Nilmário Miranda

Fundação Maurício Grabois - PCdoB
Presidente: Adalberto Monteiro

Fundação João Mangabeira - PSB
Presidente: Carlos Siqueira

Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini - PDT
Presidente: Manoel Dias

***

Coordenação editorial
Cláudio Gonzalez, Rogério Chaves e Reiko Miura

Degravação
Inês Rosa Bueno

Edição de textos
Joana Rozowykwiat e Umberto Martins

Revisão
Maria Lucília Ruy

Capa e diagramação
Cláudio Gonzalez

Fotos
Naldinho Lourenço

***

Impressão: Cromosete
Tiragem: 4.000 exemplares

***

ISBN 978-85-7643-140-4

EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO
www.efpa.com.br

ISBN 978-85-7277-119-1

Anita Garibaldi
www.anitagaribaldi.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471s Seminário Nacional a Crise do Capitalismo e o Desenvolvimento
do Brasil *(2011 : Rio de Janeiro, RJ).*

Seminário Nacional a Crise do Capitalismo e o Desenvolvimento do Brasil. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo : Anita Garibaldi, 2012.
76 p. : il.

ISBN 978-85-7643-140-4
ISBN 978-85-7277-119-1

1. Capitalismo - Crises. 2. Macroeconomia - Brasil - Políticas. 3. Desenvolvimento econômico - Brasil - Políticas. 4. Protecionismo e Livre câmbio. 5. Política industrial.

CDU 330.342.14
CDD 330.122

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
São Paulo - SP CEP 04117-091
Tel.: (11) 5571-4299
fpabramo@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br

Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja - Centro
São Paulo - SP CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337.1578
fmg@ grabois.org.br
www.grabois.org.br

Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini
SAFS Quadra 02 Lote 03
Brasília - DF CEP 70042-900
Tels: (61)3224–9139 e 3224–0791
secretaria@flb-ap.org.br
www.flb-ap.org.br

Fundação João Mangabeira
RSHIS QI 5 - Conj. 2 - Casa 2 - Lago Sul
Brasília - DF CEP 71.615-020
Tel.: (61) 3365-4099
fjm@fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

Índice

APRESENTAÇÃO 10
Fundações partidárias juntas no debate da economia política - Nilmário Miranda



PAINEL 1
A crise mundial do capitalismo

12 Luiz Carlos Bresser-Pereira
24 Carlos Lessa
19 Maria da Conceição Tavares
29 Theotonio dos Santos

PAINEL 2
O Brasil frente à crise – políticas macroeconômicas

34 Ricardo Carneiro
49 Ricardo Bielschowsky
39 Arno Augustin

PAINEL 3
O Brasil frente à crise – políticas desenvolvimentistas

56 Tânia Bacelar
65 Wilson Cano
60 Marcio Pochmann
67 Nelson Barbosa

GALERIA DE IMAGENS 75

PROGRAMAÇÃO



Seminário:
A crise do capitalismo e o desenvolvimento do Brasil
Local: Hotel Novo Mundo
Rio de Janeiro – RJ
28 de novembro de 2011

PROGRAMAÇÃO

09h30
Apresentação da atividade: Nilmário Miranda – presidente da Fundação Perseu Abramo

10h – **A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO**

Expositores: Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Carlos Lessa e Theotonio dos Santos
Moderador: Carlos Siqueira – presidente da Fundação João Mangabeira e primeiro-secretário Nacional do PSB

14h30 – **O BRASIL FRENTE À CRISE – AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS**

Expositores: Arno Augustin, Ricardo Carneiro e Ricardo Bielschowsly
Moderador: Adalberto Monteiro – presidente da Fundação Maurício Grabois

18h – **O BRASIL FRENTE À CRISE – POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS**

Expositores: Marcio Pochmann, Tânia Bacelar, Wilson Cano e Nelson Barbosa
Moderador: Paulo Rubem Santiago – deputado federal pelo PDT-PE, representante da Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini

21h – Encerramento

Crescer é preciso

Alguns dos principais nomes do pensamento econômico progressista brasileiro participaram do seminário promovido pelas fundações dos quatro partidos de esquerda que integram a base do governo Dilma (PSB, PT, PCdoB e PDT). Ao final do debate, prevaleceu uma opinião comum: para enfrentar a crise, o governo brasileiro precisa fomentar o desenvolvimento do país.

As fundações Maurício Grabois (PCdoB) Perseu Abramo (PT), João Mangabeira (PSB) e Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (PDT) realizaram em 28 de novembro de 2011, das 9 às 21 horas, no hotel Novo Mundo, Rio de Janeiro, o seminário: "A Crise do Capitalismo e o Desenvolvimento do Brasil".

Nesta publicação, estão transcritas e editadas as apresentações dos debatedores que integraram as mesas dos três paineis do seminário, cujo conteúdo também está disponível em vídeo na página da Tv João Mangabeira (www.tvjoaomangabeira.com.br).

As reflexões levantadas neste encontro são fundamentais para municiar estas fundações partidárias com um arcabouço teórico que sirva para orientar a ação da esquerda brasileira na sua luta pela superação das posições caducas do neoliberalismo que ainda são defendidas pelas forçcas conservadoras.

O seminário foi aberto pelo presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda, que salientou o fato do evento ser uma iniciativa conjunta dos partidos de esquerda e que se destaca de outros eventos do tipo pela qualidade do debate e pela relevância dos quadros que o assistiram.



A partir da esquerda, representantes das fundações promotoras do seminário: Carlos Siqueira (Fundação João Mangabeira), Paulo Rubem Santiago (Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Adalberto Monteiro (Fundação Maurício Grabois), Nilmário Miranda e Iole Ilíada (Fundação Perseu Abramo)

Fundações partidárias juntas no debate da economia política



Nilmário Miranda - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

O pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva gosta de citar outro pernambucano, Paulo Freire, para falar do maior dos desafios na política: unir os diferentes para combater os antagônicos.

É o que buscam essas quatro fundações que carregam orgulhosamente os nomes de titãs: João Mangabeira, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Maurício Grabois e Perseu Abramo. Só o fato de se reunir quatro instituições de partidos de esquerda para buscarem formulações comuns já é digno de registro.

No caso aqui, o antagônico é o capitalismo em sua fase neoliberal, da financeirização globalizada. Cada fundação indicou quatro dos debatedores, mas os leitores que não os conheça a este ponto, não distinguirá quem foi indicado por qual fundação partidária. Todos têm em comum a descrença no fetiche da economia desvinculada da política. São da economia política. São diferentes, de diferentes escolas, de campos temáticos distintos. Em comum, trazem a ética carregada de humanismo; a crítica da deificação do mercado; a defesa do papel do Estado como regulador da concentração da riqueza e do poder; do ecossociodesenvolvimentismo. Todos têm em comum a profunda compaixão pelos bilhões de deserdados, cujas vidas pioram quando sobrevém a crise cíclica.

Nenhum deles se compraz em criticar; querem transformar.

Nossas fundações têm se articulado a quatro, a três, a dois para buscarem formulações comuns para a reforma política e do Estado.Organizam-se para descobrirem suas convergências na estratégia da defesa nacional. Uniram-se para o passo histórico da Comissão da Verdade. Garimpam pedras preciosas de unidade para que a Rio+20 seja sempre um novo ponto de partida. Orgulham-se de serem herdeiras das melhores tradições libertárias desse continente.

E, por fim, apresentam essa publicação com textos curtos e densos, que dialogam, debatem, mas convergem no que é essencial. É fruto da iniciativa singela de reunir pensadores que discutem o presente com o olhar voltado para o futuro.

PAINEL 1

A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO






EXPOSITORES:

Luiz Carlos Bresser-Pereira

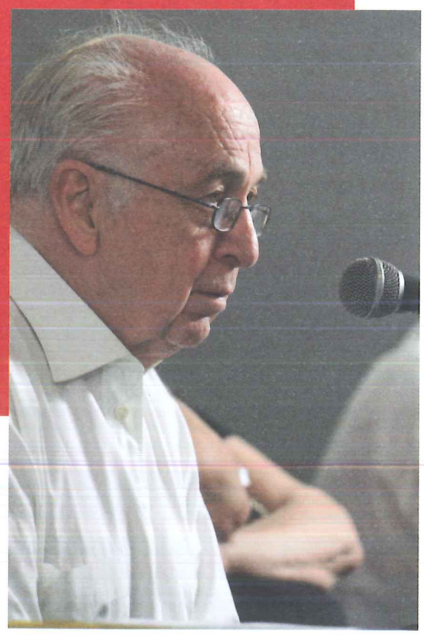
Maria da Conceição Tavares

Carlos Lessa

Theotonio dos Santos

MODERADOR:

Carlos Siqueira - presidente da Fundação João Mangabeira



Luiz Carlos Bresser-Pereira

Economista, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. É presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política desde 1981. Foi ministro da Fazenda (1987), da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998), e da Ciência e Tecnologia (1999).

"A natureza mais profunda da crise europeia é uma só e é fundamentalmente uma crise de soberania monetária. Crise de soberania é uma coisa muito séria, ou você é uma nação ou não é."

Estamos, neste momento, no quadro de uma crise mundial mais ampla. A crise da zona do euro, iniciada em 2010, é uma continuação da crise financeira global de 2008 – uma crise que ainda está entre nós, e é pelo menos tão grave quanto foi a crise iniciada pelo crash de 1929. Tivemos, então, a Grande Depressão dos anos 1930, agora estamos tendo a Grande Estagnação dos nossos dias. As políticas de desregulação financeira baseadas na fé dos economistas neoclássicos e dos ideólogos neoliberais na capacidade ilimitada dos mercados se autorregularem foi a causa essencial da crise. Os políticos e a elites econômicas acreditaram em uma teoria econômica ou uma ideologia e desregularam o sistema financeiro que estava, até os anos 1980, razoavelmente bem regulado. Isto desencadeou a crise financeira global de 2008.

A crise do euro, que teve início em 2010, foi novamente causada pela crença no neoliberalismo e nesta mesma teoria econômica, e até agora não acabou. A crise atual do euro é uma continuidade, mas se observarmos as demais economias ricas – a americana, a inglesa, a japonesa - veremos que elas estão convivendo com altas taxas de desemprego, taxas de crescimento baixíssimas e sob a ameaça de uma nova recessão: estão estagnadas do ponto de vista da renda por habitante. Estamos, portanto, longe de haver resolvido o problema de 2008, mas agora o olho do furacão é a crise do euro.

Como é que podemos definir essa crise? O que é essa crise do euro? Sabemos que a crise financeira global de 2008 foi fundamentalmente uma crise bancária, pois os bancos é que quebraram. Foi uma crise bancária decorrente de um endividamento muito forte dos bancos, que especularam usando derivativos financeiros altamente tóxicos ou arriscados, mas que pareciam isentos de risco dada a teoria neoclássica dos mercados eficientes. Foi um sistema de especulação e de fraudes violentas, praticadas por bancos, que envolveu um endividamento das famílias americanas. Estas passaram 30 anos praticamente sem aumento de salário, mas foram "agraciadas" com um aumento de crédito generoso que mantinha a demanda interna razoavelmente aquecida. Principalmente crédito imobiliário. Mas afinal quebraram.

A crise financeira global está fundamentalmente relacionada com o neoliberalismo, a fraude generalizada, e a financeirização – o processo de criação

de riqueza fictícia através do qual os financistas praticamente triplicaram (em relação à taxa de juros do mercado) os rendimentos dos rentistas, recebendo em troca comissões e altos bônus. Geralmente se dá a essa coalizão de rentistas e financistas o nome de capital financeiro. Tudo bem, se não confundirmos esse conceito com o de capital financeiro de Hilferding – a fusão do capital bancário com o industrial. Eu prefiro chamar esse capitalismo simplesmente de rentista. São os capitalistas inativos, aqueles que ganham sem trabalhar, seus grandes beneficiários.

Já a crise do euro tem uma dupla natureza, e é importante ter isso claro. É uma crise fiscal do Estado que decorreu de uma crise cambial associada à sobreapreciação dos "euros implícitos" dos países europeus em crise. Originalmente esses países apresentavam déficit público pequeno, mas grandes déficits comerciais e em conta corrente, que refletiam, de um lado, a euforia da população desses países por terem sido admitidos na Zona do Euro e passarem a pagar juros menores sobre suas dívidas, e, de outro, o acordo social realizado por empresas e trabalhadores na Alemanha que, ao reduzir a relação salário/produtividade, tornava o euro implícito alemão depreciado em relação aos dos demais países. As teorias sobre modelos de capitalismo ou variedades de capitalismo partem sempre de um clássico *paper* de Philippe Schmitter, de 1974, em que ele analisa o capitalismo corporativista alemão – um sistema através do qual desde o final da Segunda Guerra Mundial os grandes sindicatos faziam acordos com as grandes empresas com intermediações do governo – acordos repetidos, feitos muitas vezes, de várias maneiras, com vantagens mútuas. Nos anos 1990 – quando estava terminando a custosa integração da Alemanha Oriental – a concorrência global e especialmente a da China se tornava cada vez mais forte. O que fizeram os alemães? Fizeram mais um acordo, que foi, essencialmente, o seguinte: "Vamos trabalhar pelo aumento da produtividade, mas não haverá aumento de salário; em compensação o emprego será garantido. Diante das dificuldades as empresas não vão despedir seus empregados nem deslocar suas fábricas para países com mão-de-obra barata". Fizeram esse acordo e cumpriram. Com isso, aumentaram sua competitividade, se tornaram o maior país exportador do mundo. Só que eles fizeram esse acordo mas não combinaram com seus parceiros – quer dizer, os demais países da Zona do Euro. Resultado: os demais países da região continuaram normalmente a aumentar salário quando a produtividade aumentava; às vezes até um pouco mais, e, assim, a taxa de câmbio implícita desses países se apreciou. Não existe taxa de câmbio entre eles, mas há uma taxa de câmbio implícita, que é definida pela relação trabalho/produtividade. A apreciação fez que os déficits em relação à Alemanha aumentassem, e, concomitantemente, aumentassem as dívidas do setor privado. Aos poucos, esses déficits foram tornando a situação insustentável para os países europeus endividados. Os déficits em conta corrente – que implicam endividamento das famílias, de empresas, de bancos, e, em menor grau, de governos – não eram sustentáveis. Os respectivos Estados foram chamados a socorrer seus bancos e suas empresas. E a dívida, que era inicialmente cambial, tornou-se também fiscal. Foi nesse momento, em 2010, que os mercados financeiros, subitamente, como sempre acontece nas crises financeiras, perderam a confiança na capacidade dos Estados de pagar suas dívidas. Os juros sobre seus títulos explodiram. A crise eclodira.

Portanto, temos uma dupla crise: uma cambial e uma crise fiscal. Do ponto de vista fiscal os países estavam inicialmente razoavelmente equilibrados Alguns perfeitamente equilibrados, como a Espanha, a Itália e a Irlanda. NO caso deste país, a dívida pública era de 25% do PIB antes da crise. O governo irlandês, mostrando responsabilidade fiscal, em 2005, quando os débitos correspondiam a 30% do PIB, havia iniciado um ajuste; em 2006 a dívida reduziu-se para 27% e em 2007, para 25% do PIB. Então, em 2008, ocorreu a quebra dos bancos irlandeses, o governo os socorreu, e a dívida pública da Irlanda no final de 2010 chegou a 99% do PIB! Isso mostra muito claramente de onde saiu a dívida pública: da quebra dos bancos, fundamentalmente. O único país que, no momento da

crise de 2008 estava desequilibrado no plano fiscal era a Grécia. Já do ponto de vista cambial, todos os países europeus hoje em crise apresentavam elevados déficits em conta corrente, enquanto a Alemanha ostentava grande superávit.

A sequência dos acontecimentos que levou a crise foi simples: primeiro, no final dos anos 1990, os alemães fizeram um acordo social segundo o qual os salários reais não aumentariam om o aumento da produtividade em troca da garantia de emprego; enquanto isso, o euro foi criado, a taxa de juros baixou nos países hoje em crise, e vários deles experimentaram expansão econômica e aumento dos salários reais; no caso da Espanha, ocorreu uma bolha imobiliária. Em consequência, o euro implícito ou interno desses países se apreciou em relação ao euro alemão; as dívidas privadas aumentaram e resultaram em elevados déficits em conta corrente, enquanto a Alemanha apresentava grande superávit. Com o aumento do endividamento privado, a situação financeira dos bancos, que já estava abalada pela crise financeira global de 2008, deteriorou-se; para salvá-los, os estados de cada um dos países europeus em crise, que já haviam se endividado em 2008 para socorrer esses mesmos bancos, ficaram ainda mais endividados. A crise cambial transformou-se, assim, em crise fiscal, no início de 2010, quando os mercados financeiros perderam a confiança na capacidade dos estados pagarem suas dívidas, os juros sobre os títulos públicos explodiriam, e a crise do euro se configurou.

A natureza mais profunda da crise europeia é uma só; é fundamentalmente uma crise de soberania monetária. Crise de soberania é uma coisa muito séria, ou o país é uma nação ou não é. Ou o país tem autonomia e decide sobre a sua vida, ou fica na mão dos outros, fica na mão dos estrangeiros, dos mais poderosos, daqueles que vão lhe dizer o que é preciso fazer, e o país baixa a cabeça e faz o que lhe determinado. Não há nada pior para um país. Para garantir a soberania é preciso ter uma moeda nacional. Se não tiver a sua moeda nacional, o país não é soberano. Ponto final. Não há soberania possível sem a existência de uma moeda nacional. Ora, o que aconteceu com os países do euro quando eles criaram o euro? Trocaram suas moedas nacionais por uma moeda estrangeira – o euro. Uma moeda estrangeira para todos os integrantes do euro, e principalmente para os mais fracos. "Como isso? O euro é a nossa moeda!", poderão os europeus objetar. Mas estarão enganados. O que é uma moeda estrangeira e o que é uma moeda nacional? A moeda nacional tem duas características fundamentais. Primeiro: o país pode emiti-la. Segundo: o país pode desvalorizá-la. Sua soberania se expressa assim – através de sua moeda. Se o Estado está endividado em sua própria moeda é inútil tentar uma corrida contra ela. O governo pode sempre emitir moeda e pagar a dívida. Isto só se percebe no momento das crises, quando a proibição de emitir desaparece, como vimos nesta grande crise acontecer com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha que desvalorizaram e emitiram suas respectivas moedas.

Os espanhóis não podem emitir nem desvalorizar a sua moeda; os ingleses podem. Eles estavam em situação pior do que a maioria dos países europeus hoje em crise quando arrebentou a crise de 2008, mas eles imediatamente desvalorizaram a libra e em seguida recorreram à emissão. Os Estados Unidos fizeram a mesma coisa. Usaram sua soberania, enquanto os espanhóis, italianos, gregos e portugueses estão nessa situação patética de não ter moeda e, portanto, não ter soberania. Isto tem ficado claro durante toda essa crise. Os governos da Grécia e da Itália caíram por imposição da Alemanha e da França. Eles estão sendo obrigados a fazer políticas de austeridade.

A relação da crise do euro com o neoliberalismo e com a "maravilhosa" teoria econômica neoclássica – uma teoria que as universidades continuam ensinando nos seus cursos de doutorado como se fosse ciência porque é toda expressa em termos matemáticos – é simples. Quando os europeus assinaram o Tratado de Maastricht e criaram o euro, partiram de um princípio neoclássico – o de que o setor privado está sempre em equilíbrio, o único problema residindo no setor público, porque este tenderia a ser dirigido por políticos populistas, irresponsáveis do ponto de vista fiscal. Essa é

a chamada "doutrina Lawson", assim denominada em homenagem a Nigel Lawson, ministro das finanças de Margaret Thatcher. No setor privado não há problema porque o mercado estaria muito próximo de ser perfeito, e teria o condão de se autorregular, de forma que a regulação pelo Estado seria desnecessária. Nós já vimos como essa tese se mostrou pateticamente falsa na crise financeira global de 2008. Como essa tese absurda se fez presente no Tratado de Maastricht? Na definição de apenas um limite de déficit fiscal para os países, ignorando a necessidade de um limite para o déficit em conta corrente. Nada a objetar em relação a um teto de 3% do PIB para o déficit público que estabeleceram. No Brasil temos uma lei de responsabilidade fiscal que tem sido muito útil quando aplicada de uma forma sensata – como, aliás, tem sido feito. Mas por que não estabelecer também um limite de déficit de conta corrente? Por que não controlar tanto o déficit público (o excesso de despesa do Estado em relação à sua receita) quanto o déficit em conta corrente – a diferença entre a receita e a despesa total do Estado-nação – que traduz as receitas e despesas tanto do setor privado quanto do setor público? Só um arraigado neoliberalismo neoclássico explica essa omissão que se revelou fatal para o euro.

Como sair da crise? Eu disse que esta crise tem dois aspectos. Um deles não foi originalmente mas é hoje a dívida pública. Uma solução seria o Banco Central europeu funcionar como banco nacional desses países, ou seja, emitir dinheiro para comprar os títulos que estão a juros altíssimos e com isso baixar a taxa de juros e reequilibrar o sistema. Em outras palavras, seria criar os eurobonds. Seria, portanto, a monetização da dívida. Há um risco de inflação, mas é pequeno. Além disso, uma inflação moderada é uma forma de diminuir os créditos reais dos rentistas, tanto os públicos quanto os privados, o que seria muito útil para a solução da crise. Mas os eurobônus ou a monetização da dívida envolveria, no plano político, um grande aumento do poder central dentro da Zona do Euro – envolveria transformá-la em uma confederação – e não vejo espaço político para isso hoje na Europa.

Se fosse viável politicamente, esta estratégia resolveria a metade do problema – a que se refere à dívida pública. O problema dos déficits em conta corrente não estará resolvido. A forma racional de resolver esta parte seria cada país poder desvalorizar a própria moeda, como fizeram Inglaterra e Estados Unidos. Ou seja, será necessário extinguir o euro. Esta é a verdadeira solução para o problema. É, inclusive, a melhor forma de garantir a sobrevivência desta notável engenharia política que é a União Europeia. Através da extinção acordada do euro e da desvalorização também acordada das moedas dos países endividados se obteria, de forma mais racional, o que está se buscando com a austeridade. Porque esta não tem como objetivo maior reequilibrar os países do ponto de vista fiscal, e sim, reequilibra-los no plano cambial. Mas de uma maneira extremamente ineficiente e onerosa, e, ao que tudo indica, inviável do ponto de vista politico. Através da austeridade se provoca recessão, que resulta em desemprego, que causa a baixa dos salários reais. Muito mais eficiente e razoável é extinguir o euro. Foi um erro criá-lo. Corrigi-lo agora é muito caro. E se isso for possível, nada impedirá que o problema venha a surgir novamente.

Baixar salários é sempre ruim, porque o objetivo do desenvolvimento é aumentar os salários, o padrão de vida das pessoas. Em qualquer das alternativas – da extinção acordada do euro ou da recessão – haverá baixa dos salários, mas a primeira será menos dolorosa, porque não recorrerá ao desemprego. E também é mais efetiva porque em breve os países voltarão a crescer e a aumentar salários, enquanto que a política de recessão é pró-cíclica (o corte de despesas reduz a receita, de forma que o déficit público baixa pouco). A extinção do euro pode parecer mais arriscada, porque é uma medida mais forte, mas na verdade é efetiva em resolver o problema, não abrindo espaço para uma crise descontrolada, enquanto que a atual política europeia está sujeita a uma crise súbita e descontrolada, que ameaçará a sobrevivência da União Europeia.

A política de recessão é demorada, é sofrida, é desumana. Países como a Espanha e a Itália, que não

podem ser acusados de falta de responsabilidade fiscal, devem estar pensando se vale a pena continuar na Zona do Euro. O problema que a Zona do Euro enfrenta é econômico, mas a solução é política. Apesar do autoritarismo de que se têm revestido as medidas até agora, o problema terá que ser afinal resolvido pelo povo de cada país, e eu não sou capaz de prever o que vai acontecer. Sei apenas que sair sozinho é muito difícil, e que saírem todos em comum acordo é a solução mais racional.

***

No Brasil, infelizmente, nós temos experiência de crises cambiais. Mas nesta crise, como nos disse hoje Maria da Conceição Tavares, o Brasil está razoavelmente bem. De fato, essa crise que vem de 2008 pode ser uma oportunidade, como foi a de 1929. A de 1929 permitiu o desencadeamento da industrialização brasileira em seguida. Celso Furtado faz uma análise clássica a respeito desse assunto. O mecanismo essencial foi que houve uma desvalorização do mil-réis (nossa moeda de então) muito grande naquela época, que permaneceu tempo suficiente para viabilizar a industrialização. A persistência de uma taxa de câmbio competitiva foi possível porque, entre 1930 e 1990, estabeleceu-se um imposto (não explícito mas real) sobre a exportação de commodities que neutralizou a doença holandesa, seja através de um sistema de câmbio duplo, seja através da combinação de tarifas de importação elevadas e de subsídios à exportação de manufaturados. Contribuiu, também, para isso o controle de entrada de capitais, mas este foi insuficiente para impedir algumas crises cambiais. Estas ocorreram em 1945, 1960, 1980 e 1987. Não obstante, entre 1930 e 1980 o Brasil conseguiu apresentar taxas muito elevadas de crescimento, principalmente graças a uma taxa de câmbio competitiva.

O Brasil só baixou a guarda na segunda metade dos anos 1970, quando deixou que muito capital entrasse no país, e o resultado foi a grande crise da dívida externa dos anos 1980 e da estagnação que prevaleceu nesses anos. Entretanto, quando essa crise estava terminando, em 1991, o governo brasileiro submeteu-se ao Consenso de Washington – a manifestação da hegemonia neoliberal para os países em desenvolvimento. Assim, através da abertura comercial, deixou de ter o sistema de tarifas e subsídios que neutralizava a doença holandesa. E, através da abertura financeira, deixou que dólares entrassem livremente no Brasil. Foi um grande erro, porque o Brasil perdeu o controle sobre a taxa de câmbio – um preço macroeconômico fundamental que, se não for bem administrado, tende a se sobreapreciar cíclica e cronicamente e, assim, inviabilizar a indústria.

Durante anos acreditei no que contavam nossos amigos estrangeiros e nossos economistas ortodoxos e liberais. Eles nos diziam sempre, como se fosse a verdade eterna: "cresçam com poupança externa, com déficit em conta corrente (que é a poupança externa); só tomem cuidado para não se endividar demais". E eu acreditava. E não era apenas eu. A grande maioria dos membros das elites brasileiras acreditaram – e ainda acreditam - que o normal seria aproveitar ao máximo a poupança externa e, assim, viver sempre endividado. Era um grande equívoco. A forma fundamental pela qual o imperialismo hoje domina os países em desenvolvimento não é mais o mercado, o comércio. Durante muito tempo foi o comércio e a lei das vantagens comparativas do comércio nacional e vocês sabem disso. Mas deixou de ser isso por dois motivos. Primeiro porque os países em desenvolvimento mais espertos, inclusive o Brasil, "deram uma banana" para a lei das vantagens comparativas (pura ideologia quando é entendida como uma recomendação para a liberação comercial, ao invés de ser entendida como um simples silogismo que depende de muitas premissas para se tornar política econômica) e promoveram a industrialização. E segundo, porque a partir do momento em que vários países em desenvolvimento realizaram a sua industrialização e se tornaram competitivos quem começou a se preocupar em proteger a sua indústria com tarifas não foram os países em desenvolvimento, mas os países ricos. A situação se invertera.

Logo, através do comércio o imperialismo não conseguia mais capturar o mercado interno dos países em desenvolvimento. Mas isto continuava possível

através dos investimentos diretos e das finanças. Através dos investimentos diretos, as empresas multinacionais capturavam nosso mercado interno oferecendo em troca muito pouco. Através dos empréstimos em moeda estrangeira – nas suas moedas fortes – os grandes bancos estrangeiros nos mantinham financeiramente fragilizados e permanentemente sob ameaça de crise – e nos obrigavam à triste política do confidence building – da construção de confiança junto aos credores às custas dos nossos interesses nacionais. Nos dois casos, as entradas de capitais apreciavam nossa taxa de câmbio e, por isso, implicavam uma elevada taxa de substituição de poupança interna pela externa. Ao invés da poupança externa se somar à poupança interna e aumentar a taxa de investimento, aumenta artificialmente os salários e o consumo.

A partir do acordo assinado com o FMI em dezembro de 1991, sua taxa de câmbio se apreciou – e, com altos e baixos, se mantém apreciada desde então. Isto é desastroso para a indústria nacional, que, desde então entrou em processo de desindustrialização prematura. Na verdade, a desindustrialização começou antes, no final dos anos 1970, quando as entradas excessivas de capital (que originaram a grande crise da dívida externa dos anos 1980) apreciaram a moeda nacional. A abertura comercial e financeira do início dos anos 1990 agravou o processo.

Dada uma taxa de câmbio flutuante e não administrada (que não neutralize a doença holandesa nem controle as entradas de capital), a taxa de câmbio girará em torno de R$ 1,70 por dólar. Ora, a meu ver, a taxa de câmbio de equilíbrio industrial – aquela que torna competitivas indústrias utilizando tecnologia no estado da arte mundial – tem que ser, pelo menos, de R$ 2,40 por dólar. Isso envolve alguns custos em termos de diminuição temporária de salário e de aumento, e, também temporário, da inflação, mas esses custos são pequenos quando comparados aos grandes benefícios que uma taxa de câmbio competitiva trará para o país.

O governo de Dilma Rousseff tem consciência da sobreapreciação cambial e da desindustrialização. É o primeiro governo que começa sabendo qual é o problema. Quando Fernando Henrique e, oito anos depois, Lula começaram seus governos eles não tinham a menor ideia disso. Lula começou a entender a armadilha da alta taxa de juros e da taxa de câmbio sobreapreciada em meados do seu mandato, já com Dilma Rousseff, Guido Mantega, Luciano Coutinho fazendo parte de seu governo. Este conhecimento maior do novo governo está permitindo que trabalhe na direção correta. É possível, portanto, que o Brasil aproveite a oportunidade da crise internacional para colocar a taxa de juros e a taxa de câmbio para os níveis certos. Para isso será necessário que o Banco Central baixe os juros e que o Ministério da Fazenda, além de aprofundar o controle da entrada de capitais, neutralize a doença holandesa – o que não é fácil politicamente.

O Banco Central não é mais um "banco estrangeiro" – um banco identificado com a ortodoxia liberal e os interesses estrangeiros. Desde que, em setembro de 2011, começou a baixar os juros, não obstante a surpresa e o protesto do mercado financeiro e dos economistas ortodoxos, tornou-se, novamente, um banco nacional, a serviço de seu país. E agora a taxa de câmbio está se depreciando. Maravilha. Mas há ainda um longo caminho a percorrer.

Algumas pessoas me dizem que dou importância excessiva à taxa de câmbio. De fato, até hoje a taxa de câmbio não está presente nos livros-texto de desenvolvimento econômico. Dou um doce para quem me mostrar um livro de desenvolvimento econômico com um capítulo sobre taxa de câmbio. Não existe! Há uns cinco anos atrás, telefonei para um amigo meu asiático, notável economista do desenvolvimento, perguntando se ele sabia de algum economista asiático que entendesse bem de taxa de câmbio. Ele me disse que não. Eu insisti e ele respondeu: "mas Bresser, sou um economista do desenvolvimento, não sou macroeconomista". Ou seja, antes se acreditava que a taxa de câmbio e sua volatilidade eram problemas de curto prazo e não tinham nada a ver com desenvolvimento. Mas nestes últimos dez anos, no quadro do novo desenvolvimentismo, foi surgiu um conjunto de modelos que explicam teoricamente algo que se percebia

no plano empírico: por que a taxa de câmbio é cíclica e cronicamente sobreapreciada nos países em desenvolvimento. Antes todos diziam que a taxa de câmbio era volátil, e, de fato, é; mas tanto na palavra volatilidade como na expressão "desalinhamento cambial" não se reconhece uma tendência. Mas essa tendência existe, e opera no sentido da apreciação da taxa de câmbio. Uma apreciação que vai aumentando até o ponto em que o déficit em conta corrente e a dívida externa se tornam muito grandes, e os credores externos perdem a confiança. Ocorre, então, a crise de balanço de pagamentos, o *sudden stop*, e a moeda nacional se deprecia violentamente, em poucos dias. Termina assim o ciclo, que recomeçará em seguida, na medida em que o país não administre sua taxa de câmbio. Durante grande parte do ciclo, a taxa de câmbio estará sobreapreciada. Por isso, além de ser ciclicamente sobreapreciada, ela o é cronicamente, ou seja, é sobreapreciada no médio prazo. Ora, problemas de médio prazo são problemas de desenvolvimento econômico.

Se o Brasil não quiser ter crises de balanço de pagamento, e quiser crescer a taxas elevadas, que assegurem o *catching up* – o alcançamento – deverá fazer como fazem os países asiáticos dinâmicos, deverá manter sua taxa de câmbio flutuante, mas administrá-la firmemente. Países como a China e a Índia sabem muito bem a importância da taxa de câmbio para o desenvolvimento e mantêm suas moedas competitivas. Nós também sabíamos, e, através do imposto sobre as exportações de commodities (que os cafeicultores chamavam de "confisco cambial") e através da administração do câmbio, o Brasil cresceu de forma extraordinária durante 50 anos – de 1930 a 1980. É fundamental, portanto, que discutamos com profundidade cada vez maior esse problema. O debate nacional ajudará o governo colocar o câmbio no lugar certo. Por falta de ortodoxia liberal diz que isso é impossível, mas foi possível no passado para nós, e, no presente, continua possível para os países que crescem rapidamente; por que não poderíamos fazer o mesmo? O Brasil já deu passos no sentido de uma estratégia nacional novo-desenvolvimentista. Poderá certamente dar novos passos. ■



Maria da Conceição Tavares

Economista portuguesa, naturalizada brasileira, é professora titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro e é autora de diversos livros sobre desenvolvimento econômico.

"Em todas as vezes - do século XIX para cá - que dá uma crise lá fora nós tomamos uma trombada. Desta vez, não. Eles é que tomaram a trombada e ficaram com pneumonia. Nós ficamos com um resfriado."

A atual crise internacional inaugurou-se nos Estados Unidos, potência reitora da economia mundial. Antes, ao longo do século XX, eles eram o maior credor mundial e hoje são o maior devedor mundial. O processo histórico americano foi marcado pelo predomínio de uma aliança histórica entre a oligarquia financeira americana e o Estado. Na verdade é uma oligarquia que só foi rompida na crise de 1930 e durante a guerra, quando o presidente americano deu uma degolada em Wall Street, botou o FED sob o controle do Tesouro e regulamentou os bancos.

Durante o governo Clinton – que supostamente fez uma política keynesiana interna – foi levado ao limite o paroxismo do sistema de desregulamentação financeira. Ali, sim, a oligarquia financeira ganhou para valer. Eram aliados de verdade. Não faz a menor diferença se são republicanos ou democratas, às vezes os democratas ainda são piores para esse tipo de coisa.

Então, isso deu lugar a uma financeirização da riqueza, sem precedentes. E a riqueza tomou forma líquida em vez da forma clássica patrimonial de bens físicos. O volume da nova riqueza financeira é de tal ordem que para um PIB de US$ 75 trilhões da economia mundial em 2008, o volume de derivativos financeiros – novos títulos que eles inventaram e expandiram desvairadamente até à crise – foi de US$ 600 trilhões sem contar os títulos primários das empresas e da dívida pública dos governos. Estou falando derivativos, isto é, no mercado secundário de títulos. Não estou contando nem o mercado primário, nem a dívida pública. Em resumo, é uma nuvem atômica financeira.

A crise começou como a crise do "*subprime*" no mercado financeiro imobiliário, onde, em 2007, a bolha especulativa foi sem precedentes. Houve também uma bolha imobiliária que precedeu a crise de 1930, mas nada comparável à que precedeu a crise de 2008. Ao longo dos primeiros anos do século XXI o valor dos imóveis estourou e o de crédito também. No auge do ciclo, eles emprestaram para pessoas que não tinham renda para pagar. Na inadimplência, renovaram os empréstimos, renegociaram as dívidas e as pessoas ainda levavam dinheiro para casa. Quem tinha uma dívida de um apartamento com sala e dois quartos ia ao banco, renegociava e ainda levava dinheiro para comprar outro imóvel. Obviamente, quando estourou o *subprime* o número de títulos financeiros podres

aumentou exponencialmente e ninguém pagou coisa nenhuma. Até hoje o setor financeiro de habitação não conseguiu se recuperar. A construção civil, que era um pilar do crescimento americano, no momento não está mais em condições de contribuir para o crescimento. Não está claro se conseguirá sair do pântano no começo de 2012.

Essa crise do sistema imobiliário levou a um aperto de crédito no mercado interbancário, porque muitos bancos tinham comprado derivativos podres do mercado. Dado que o mercado agora é global e que depois das desregulamentações não tem separação nenhuma entre os bancos comerciais e os bancos de investimento. Cada instituição faz o que quer expandindo o crédito sem nenhum controle e em qualquer direção. Assim, a crise do mercado imobiliário obviamente acabou atingindo os outros bancos, que estavam muito expostos em termos de crédito. O crédito das famílias, das empresas e do próprio governo bateu recorde, antes de entrar em crise. Esta foi enfrentada de imediato porque os Estados Unidos têm uma vantagem: não são a Europa. Eles são conservadores em relação ao povo, mas não com a oligarquia financeira e empresarial.

Então, na verdade, quando essa crise levou, em setembro de 2008, à quebra do Lehman Brothers – já tendo o setor financeiro de habitação semipúblico, Fannie Mae e Freddie Mac entrado em crise –, o Tesouro pôde financiar estes dois últimos, porque são semipúblicos. Como o Tesouro não pode financiar o setor bancário privado, então, ele empurrou para o Fed, o Federal Reserve, o Banco Central americano, o qual foi muito leniente com o setor financeiro. Como porta-voz – uma vez que foi criado historicamente pelo próprio sistema bancário americano – aceitou pelo valor de face os dois trilhões de dólares em títulos podres e que até hoje não digeriu. Com essa atitude, o FED promoveu uma onda de liquidez que não permitiu que nenhum banco maior quebrasse. Tecnicamente estavam todos quebrados, inclusive o Citibank e o Chase, mas na verdade eram "muito grandes para quebrarem" como dizem os próprios americanos. Dadas as grandes proporções, iria ter uma crise bancária sem precedentes se o FED não interviesse no mercado. As medidas não levaram a grandes reclamações até porque, insisto, o capital bancário financeiro americano é historicamente a classe dominante.

Como resultado de tudo isso, obviamente, o dólar sofreu uma enorme desvalorização, mas manteve-se como moeda dominante em matéria de moeda reserva bancária. Por quê? Porque a crise do euro não permite que ele seja moeda reserva bancária de ninguém. Ninguém ia apostar nisso, estão apostando no contrário. Os DES (Direitos Especiais de Saque) do Fundo Monetário Internacional não têm tamanho relevante, até porque os americanos vetaram uma reforma do sistema em que os DES fossem instrumento principal para as moedas reservas. Enfim, eles querem manter o dólar como moeda dominante e isso ocorre por falta de concorrentes efetivos.

A China não tem, apesar de todo seu poder financeiro – que serve, na verdade, de escora à dívida americana – moeda internacional. De suas imensas reservas mais da metade está em dólar. O yuan é muito pouco internacionalizado e, assim mesmo, só na Ásia. Não é uma moeda financeira conversível. Então não há alternativa.

Com o atual comércio internacional e uma globalização da economia mundial, vai se passar a fazer escambo? Evidente que não! Agora, para isso se aguentar, obviamente alguém tem de bancar a dívida americana. A China e o Japão bancam. Só estes dois, sozinhos, têm mais de dois trilhões de dólares em títulos da dívida pública americana. Não tem alternativa. As pessoas dizem: a China devia se retirar e colocar suas reservas em outra moeda. Mas eu pergunto: qual moeda? E vão se retirar e ir para onde, para a Lua? Fazer o que com os dólares? Portanto, a China só sairá desta encrenca muito lentamente na medida que for internacionalizando o yuan.

Qualquer reforma monetária mundial não está à vista, porque uma das coisas que a impede é que os americanos não poderiam comandar esta reforma. E

o susto com o dólar passou. Agora quem assusta é o euro, mas isso é problema europeu. Se bem que, a meu ver, não é só europeu. Mas enfim...

Outra coisa que nós – a esquerda – festejamos muito é o fato de nessa crise de 2008, todos os governos, de um modo geral, terem reagido fazendo políticas internas keynesianas, ou neokeynesianas. Mas o problema é que o neoliberalismo não está morto coisa nenhuma. Ele não é o cavalo do inglês que você tem de abrir o olhinho. Ele está com o olho muito aberto. Só está sendo criticado nesta época de crise, agora na Europa. Porque o neoliberalismo anterior, o da década de 1990, final do século XX, era favorável ao crescimento do G7. Era algo favorável a eles e desfavorável a nós. Mas a eles era favorável, era até "progressista". Agora não. Agora é dramaticamente regressivo, em particular na crise europeia.

O que eles estão fazendo na crise europeia em matéria de ajuste recessivo é um completo disparate. E acredito que a Alemanha tem muita culpa. Ela ainda vai pagar caro por essa brincadeira, porque se o euro estourar acaba estourando na cara dela também.

Bom, os impactos da crise – de setembro de 2008 - quando estourou o Lehman Brothers – apareceram em 2009. Foram intensos, mas muito diferenciados. Por exemplo, nos países grandes, no G7, o Japão caiu 5,8%; a Europa 4; e os Estados Unidos só 2,5.

Os EUA não tiveram uma crise violenta de produção desta vez, a crise foi basicamente financeira. Ou seja, esta crise de 2008 para os Estados Unidos não teve o mesmo peso que a de 1930. Ela teve para o Japão, que já tinha sofrido em 1930 e agora voltou a sofrer, e para a Europa.

E para os emergentes? Na América Latina, quem foi mais afetado? Foram os países do petróleo: México e Venezuela. Quer dizer, aqueles que têm a demanda internacional do comércio ligada aos Estados Unidos.

Os BRICS "[grupo de cooperação Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] evidentemente tiveram uma desaceleração, particularmente os asiáticos, mas relativamente menor. Quer dizer, China e Índia não sofreram com força o impacto da crise. Na América Latina foi muito diferenciado. A sua queda média foi de 1,8. O Brasil ficou abaixo da média, próximo a zero. Mas, por exemplo, Argentina e Bolívia cresceram, ficaram firmes, porque não têm nada a ver com o mercado internacional. A Argentina desde o desmonte e a Bolívia não tem mesmo coisa nenhuma haver com a crise financeira internacional, uma vez que não tomam empréstimos no mercado internacional. Mais adiante falarei das razões pelas quais o Brasil resistiu melhor e vai continuar resistindo melhor, no meu ponto de vista.

A recuperação do crescimento tem sido muito problemática. Os Estados Unidos recuperaram, mas de modo precário. E precário por quê? Porque eles não podem recorrer aos instrumentos convencionais, não podem expandir o endividamento das famílias, nem podem expandir indefinidamente o endividamento público, que já está uma barbaridade. Da crise para cá, a dívida pública de todos os países do G7 cresceu entre 20% e 40% – em alguns até dobrou. Portanto, hoje há uma crise da dívida soberana no mundo inteiro.

Nós aqui no Brasil não temos essa crise da dívida. Não temos mesmo. Então, quando ficam falando essa papagaiada que tem de fazer superávit nominal por causa da dívida, eu pergunto: que dívida? Nós estamos com 30 e poucos, 40% de dívida líquida em reais. Não é nada comparado com o resto do mundo. Quer dizer, a crise não impactou a dívida– pelo contrário, uma vez que a nossa dívida pública externa é nula.

Obviamente, se um país não tem nem o consumo e investimento privado, nem o setor público, nem o crédito, para desempenhar um papel ativo, obviamente vai ficar rastejando. Acredito que, em princípio, os grandes não têm muita chance de recuperação rápida. E deve se prolongar a instabilidade financeira mundial por causa do agravamento da crise europeia e uma ameaça de estagnação com deflação. Não é uma estagflação como a de 1970. Ao contrário, é uma estagnação, mas com deflação, porque os preços industriais estão caindo, e é capaz até que caiam também os das commodities. Para o Brasil não seria legal, mas enfim, sempre tenho o otimismo de pensar

que se as commodities caírem é provável que os industriais caiam mais e as relações de troca continuem favoráveis ao Brasil.

Em 2012 haverá – todos já anunciaram – uma desaceleração do crescimento. Nós já experimentamos isso em 2011. Este ano já não vamos crescer além dos 3%, talvez até menos. Mas continuamos tendo a possibilidade de usar o mercado interno para voltar a nos expandir. Não dependemos tanto das exportações como os demais BRICS.

Os dilemas da crise europeia é que são dramáticos. A discussão é se mantém ou não o euro. A esquerda quer manter, a direita não quer. A direita nacionalista não quer manter o euro, quer que passe para moedas nacionais para permitir a desvalorização da dívida em moeda nacional. É claro que permitir a desvalorização da dívida dos mais fracos seria justo, mas a dúvida é qual seria o resultado se ocorrem desvalorizações competitivas. Provavelmente iria restabelecer na Europa o clima da década de 1920, quando rompeu o padrão ouro.

Os sindicatos e a esquerda mais radical querem a desmontagem do Euro, querem que os governos anunciem os defaults, que façam a desvalorização da dívida, que nacionalizem os bancos e as companhias de seguros, que desmantelem os mercados de *securities* e de derivativos, e que controlem os movimentos de capitais. É uma agenda pesadíssima. Tudo bem, é um direito dos sindicatos pleitearem isso, até porque essa porcaria de crise, do jeito que vai, é a eles que está atingindo mais fortemente.

É a primeira vez, desde o começo do século XX, em que há rebaixamento de salário nominal. Eu disse nominal. Não é real não, é nominal. Bom, aí realmente, o Keynes deve estar se revolvendo na tumba, porque para ele, uma das vantagens dos sindicatos é que impediam o rebaixamento do salário nominal e com isso ajudavam que as depressões fossem mais leves. Agora não ajudam nada. Então eles ficam enfurecidos e propõem que se estoure toda estrutura. Isso evidentemente daria uma luta de classe para ninguém botar defeito! Quando se fala isso convém não esquecer que a Europa tem uma tendência que vai além do conservadorismo e tende periodicamente para o fascismo!

(George) Soros fez uma proposta moderada para manter o euro. Mas a Alemanha não aceita. Aliás, ela não aceita nada. Qual a proposta de Soros? Que o Banco Central europeu faça o mesmo papel que fez o Fed – vale dizer: dirija os bancos. É claro, no que toca à capitalização permanente do sistema bancário e uma securitização temporária, que os obrigue a manter o crédito e a levantar a situação que está num descrédito danado, e permitir o refinanciamento temporário, a baixo custo, da dívida dos países, dívidas soberanas – sobretudo Itália e Espanha, que são a bola da vez. São os que vêm agora depois da Grécia, e que realmente, se não conseguirem refinanciar não há dinheiro que chegue. Quer dizer, já emprestaram um dinheirão para a Grécia, que não sai da crise. Imaginem o quanto vão ter de emprestar para Itália e Espanha.

Se não der a desmontagem do Euro e continuar a Alemanha na posição em que está, estamos em pleno neoliberalismo raivoso. No meu ponto de vista, isso é de propósito, é para liquidar o "*welfare state*", é para atacar os sindicatos. Angela Merkel e companhia são muito conservadores. Mesmo o anterior governo socialista espanhol não fez nada heterodoxo. Dizem: "Ah, vai ganhar o socialismo francês". Bom, e daí? O que o socialismo francês representa hoje em matéria de socialismo? Nada! Aliás, estamos mal em matéria de socialismo.

Bom, a América Latina e o Brasil estão em uma situação intermediária para se preservarem da crise. E o Brasil tem as seguintes vantagens: vantagens comparativas em recursos naturais, bancos públicos, mercado interno grande – e a orientação do desenvolvimento tem sido para o mercado interno –, pequena dependência externa. Isso é uma novidade, porque a crise anterior o encontrou com vasta dependência externa. Agora foi a primeira vez que uma crise internacional não deu uma crise da dívida externa. Em todas as vezes, do século XIX para cá, que dá uma crise lá fora nós tomamos uma trombada.

Não desta vez. Eles é que tomaram uma trombada, e ficaram com pneumonia. E nós ficamos com uma gripezinha, um resfriado. Principalmente porque os bancos já estavam saneados desde antes, das besteiras do tempo da hiperinflação.

Ademais, o grosso dos passivos externos está em reais e não em dólar, porque, a partir da crise, o governo resolveu sair dos empréstimos em dólar e optou pelo endividamento em real que é uma moeda valorizada. Essa valorização, aliás, tem sido excessiva e prejudicado a competitividade externa da economia brasileira.

Espero que essa situação seja revertida e que exista mesmo certa possibilidade de protecionismo, sobretudo em relação à China, que está a fim de ferrar com o Cone Sul. Como ela não tem mais chance de aumentar as exportações nem para a Europa, nem para os Estados Unidos, só para a Ásia –, mas isso ela já está fazendo, e tinha nessas exportações um componente de crescimento muito alto –, então, ela se vira para o mercado interno. Mas embora ela faça isso, é difícil substituir o dinamismo externo apenas pelo interno. Como eles estão agressivos em matéria de concorrência, que está intensa, então o Brasil precisa se defender, inclusive praticando protecionismo aberto ou disfarçado. Claro que seria melhor ser disfarçado, porque se for aberto é certo que a OMC vai nos atazanar muito. E a China vai apelar para a OMC, o que vai ser a gargalhada final!

Nós, Brasil, do meu ponto de vista, podemos capear o agravamento, mas vai haver agravamento. E esta crise não é em V, nem sequer em U, essa crise é em L – significa que deve haver uma estagnação relativa, por causa da situação europeia. Não é previsível quando vamos sair desta rosca na economia global. Agora, como ela atingiu muito pesadamente o G7, mas não tanto os emergentes, vários emergentes têm muita chance de se segurar e continuar na sua trajetória de crescimento, com modificações na estratégia, se for necessário. ■



Carlos Lessa

Economista, ex-reitor e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), tem larga experiência acadêmica e política, tendo ocupado postos na administração federal e ministrado cursos em diversas instituições superiores de ensino no Brasil e no exterior. Foi presidente do BNDES entre 2003 e 2004.

"Não tem G7 nem G20. Se procurássemos alguma coisa, encontraríamos um G2. G2 é um matrimônio entre um país chamado Estados Unidos, que é o império, e uma periferia chamada China".

A exposição combinada de Maria da Conceição Tavares e Bresser ilustrou, a meu ver, de maneira extremamente satisfatória a progressão desta crise. Acredito que Theotonio já está querendo se debruçar sobre a sua natureza e creio que ele a entende como uma crise circular.

Tendo a percebê-la também como uma crise que tem a grande característica de permitir a fácil sabedoria da visão retrospectiva, porém apresenta uma opacidade em relação a seus desdobramentos. A única coisa possível de se afirmar (espero que sim, vamos bater na madeira) é que a solução não se dará via conflito mundial. Esperemos que as questões no Oriente Médio não sirvam de estopim para o Armagedon. Não é à toa que a coruja é a ave do intelectual, porque a coruja voa muito bem ao entardecer e à noite é de enorme precisão, porém é incapaz de perceber o dia, ela dorme durante o dia. Na verdade o intelectual é uma coruja, e essa crise é um desafio intelectual ciclope. Eu ousaria dizer, e posso afirmar com absoluta convicção, que daqui a 10 anos nenhum de nós será capaz de dizer, com razoável precisão, como será o mundo. Na verdade, é possível afirmar que será muito diferente do atual, e um dos ingredientes que faz a diferença é a dimensão geopolítica que, creio eu, de certa maneira esteve subjacente tanto na análise de Conceição quanto na de Bresser, e de certa forma Theotonio já começou a explicitá-la buscando a variável revolução tecnológica, algum simulacro de uma terceira revolução industrial. E quero dizer a vocês que para mim a revolução industrial ou passa pelo vetor de energia ou então é preliminar da preliminar da preliminar. Porque um insumo universal é o energético. Por isso, falar de uma revolução tecnológica profunda é no fundo pensar no que está acontecendo com a energia. Mas não vamos a isto. Doutor Roberto Amaral está aqui e é catedrático disto, tem as suas antenas totalmente organizadas nessa dimensão.

O que eu quero mesmo é agregar um pedacinho de provocação geopolítica.

Quero crer que o império continua império. As palavras saem de moda, mas o imperialismo está aí. Acho muito engraçado o discurso diplomático que fala do G7 e busca evoluir para o G20, sendo que o G20 nos colocaria lá dentro, a partir da inclusão de uma coisa que não sei bem o que é, chamada BRICS.

Quero começar dizendo que acho os BRICS uma composição inteiramente absurda. Porque não con-

sigo encontrar nenhum denominador comum entre Brasil, China, Índia e Rússia – a não ser grande território e uma população robusta. No mais são estruturas, padrões organizacionais, cenários institucionais, protagonismos, radicalmente diferentes. Estruturas, no sentido mais profundo da palavra, completamente diferentes. Desde o grau de organização até padrões culturais. Quer dizer, morro de rir. Juntar Brasil com Índia, que tem 160 idiomas diferentes e que é obrigada a usar o inglês na tentativa de criar uma cultura hindu. Acho muito engraçado colocar Brasil junto da China, quando esta tem menos de 50% da sua população na rede urbana e o Brasil já tem mais de 80% na rede urbana. Acho uma piada comparar Brasil com Rússia, uma piada. A China então é uma piada total, completa e absoluta, mas acontece que os BRICS permitem uma retórica: somos emergentes. Permite uma espécie de euforia, uma espécie de coparticipação dos bem-sucedidos. Acho isso uma empulhação da pior qualidade e gostaria de falar do império.

Primeiro – como Conceição já demonstrou há uns vinte ou trinta anos atrás –, o império está aí e continua. O orçamento militar americano supera a soma dos nove orçamentos militares que lhe sucedem, sendo que este ano está aprovado o maior orçamento militar de todos os tempos nos Estados Unidos. Só para começar, em termos de armamento dos xerifes. Agora, culturalmente, creio que o sonho do esperanto está se convertendo na hegemonia do inglês e que as pautas culturais norte-americanas são, de certa maneira, absolutamente universalizadas. Do McDonalds ao Mickey Mouse, há um processo de invasão cultural, ou de hegemonia cultural, que já permitiu ao McDonalds prosperar em Paris, em Pequim. Em Pequim foi fantástico! Soube de um empresário brasileiro que estava com um grupo de empresários em um hotel em Pequim, e eles reclamavam da comida chinesa. Porém um deles voltou e disse "encontrei comida nacional" e os levou para o MC Donalds. É uma coisa fantástica! É fantástico pela presença do MC Donalds e pelo grau de nacionalidade cultural desse empresário brasileiro. Acho fantástico, um episódio pedagógico.

Acho que não tem nem G7 nem G20. Na verdade, se procurássemos alguma coisa encontraríamos um G2. G2 é o matrimônio entre um país chamado Estados Unidos – que é o império – e uma periferia chamada China. Lembro sempre da indústria da "maquilas" [maquiagem] no norte mexicano, que permitiu aos mexicanos a fantasia de se integrarem na América do Norte. A "maquilas" era o quê? Aproveitar a mão de obra mexicana muito barata, aproveitar uma fragilidade institucional e operacional maior, instalar as subsidiárias das filiais americanas para montar artigos exportados para o México e basicamente reexportar para os Estados Unidos. A "maquilas" prosperou muito na zona fronteiriça entre México e Estados Unidos, e acho que as matrizes americanas aprenderam com a experiência mexicana e fizeram o mesmo, em escala muitíssimo maior, na China. Tem 3100 filiais norte-americanas na China produzindo produtos industriais de todos os espécimes e 70% das exportações industriais chinesas são dessas filiais. A maquiagem mexicana se mudou para lá! E as razões devem ser fáceis de entender. Primeiro que a mão de obra chinesa é mais barata, mais treinada, mais disciplinada etc.

Não sei o valor dessas comparações, mas outro dia me caiu nas mãos uma informação assustadora. Os chineses, como nós, anunciam que reduziram a população pobre e estão ampliando o deslocamento de gente da linha da pobreza. Aí aparece a linha da pobreza, 1/12 dela utilizada pelo Brasil. 1/12. Quer dizer, o chinês tem em média – segundo essa comparação, que eu não sei exatamente como é feita – 1/12 do que teria o pobre brasileiro.

A meu ver, a causa disso não é só o câmbio não. Mas vamos admitir que seja. Há mais de vinte anos acredito que devíamos voltar a centralizar o orçamento de câmbio. Mas, deixemos isto de lado. Não importa qual é a razão, porém a verdade é que tem um casamento absolutamente sólido no G2. Porque o superávit que se forma [no comércio] os chineses aplicam em reservas do Tesouro americano, em títulos dos EUA. Por isso, é um matrimônio absolutamente sólido. Eles

podem até brigar, porém vão dormir juntos. Na verdade, a polaridade só será resolvida quando a cama for quebrada. Mas como sou uma coruja não posso saber quando. Não tenho dúvidas de que a cama acaba quebrando, mas prognosticar, no momento, a decadência do império é uma bobagem monumental. Agora, dizer que dessa crise pode fazer emergir um mundo com confabulações diferentes é bastante provável, mas é preciso ter bola de cristal para dizer o que será.

Quero recordar um número que Theotonio mencionou. A população da China é de 1.360.000.000 de pessoas. Menos da metade está nas cidades. Muito bem. A diferença é que a renda média do chinês do campo em relação ao chinês da cidade é de três para um, ou seja, a propensão migratória da população chinesa é absolutamente colossal. Se eles reproduzirem nos próximos quinze anos uma configuração que se aproxime da brasileira as cidades chinesas terão de albergar mais de duas vezes a população do Brasil. Quero dizer com isso que nosso país já cumpriu um processo que a China apenas começa. Qualquer favela brasileira vai ser Miami em relação à periferia de qualquer cidade média da China.

Agora vou ter de deslocar um pouco desse assunto, para falar da proposta chinesa do Novo Plano Quinquenal, décimo segundo, se não me engano. O que a China se propõe fazer é rigorosamente acentuar esse processo e disputar o primaz do sentido tecnológico do planeta. Eu, que sempre fui meio fascinado pela China, quero dizer que na visão chinesa ela sofreu duas grandes derrotas. Uma para a Inglaterra Vitoriana no século XIX, e outra pela presença militar japonesa após a Revolução Meiji. E acho que o plano de expansão chinês é uma combinação da proposta da Inglaterra Vitoriana para a Revolução Meiji modernizada.

O que estou querendo colocar é que a visão chinesa de hegemonia é uma visão que passa por converter a periferia do mundo em mercado para as suas manufaturas e fornecedora preferencial de alimentos e matéria-prima. Até porque se os chineses cumprirem, apenas pela metade, essa translação de sua população do campo para a cidade, a China não tem sequer água suficiente para manter seus níveis atuais de produção agrícola. O seu lençol freático no norte está caindo. O que significa dizer, e é bom ter isso presente, que para a visão estratégica dos chineses, ou a China do futuro será uma reciclagem da Inglaterra Vitoriana ou não vai conseguir cumprir o projeto de reacomodação estrutural da sua população. É extremamente importante ter presente isso.

Por outro lado, os chineses foram derrotados pelos japoneses, não foram destruídos por eles, mas foram violentamente derrotados, depois da Revolução Meiji, onde pelo Estado centralizado foi produzida uma modernização absolutamente coordenada e programada da vida japonesa. Os chineses estão fazendo essa modernização. Começaram com a Revolução Cultural de Mao Tse-Tung e não pararam mais. E aqui é importante ter presente uma dimensão cultural da China muito singular. Não vou fazer nenhuma dessas recuperações conservadoras.

O Estado chinês historicamente sempre foi muito centralizador, desde os tempos dos antigos impérios, da antiga monarquia. E, mais do que isso, sempre foi culturalmente unificador, porque já sabia da importância que hoje tem esse domínio cultural, e de formar uma burocracia de Estado sofisticadíssima. A carreira de um mandarim é de uma sofisticação muito parecida com a carreira de um comunista que chega ao Comitê Central do Partido Comunista da China de hoje. Aliás, os chineses, os imperadores, tinham cuidados muito interessantes. Nenhum mandarim podia chefiar a sua região, a região onde nasceu. Segundo: o mandarim era classificado pelo volume de sabedoria que tinha e a sabedoria era dada pelo número de ideogramas que ele conhecia. Então por isso os chineses valorizavam enormemente a pesquisa dos ideogramas do passado para poderem chegar ao mandarinato. A burocracia do Partido Comunista Chinês não é muito diferente da organização mandarina do velho Império do Meio.

Por isso, acredito que essa combinação pragmática entre centralização de Estado e, pragmaticamente, operação do mercado, dá à China essa enorme força. Fico me perguntando onde está o poder sindical chi-

nês. Não tem, não existe, é uma ficção. Agora, o poder de deslocamento da população é brutal, apesar das tentativas de evitar essa transferência do campo para a cidade. É quase impossível operar isto.

Bem, esse matrimônio entre a potência americana e o projetão chinês vai acabar quebrando a cama, mas vai demorar muito. Em bom português, a cama vai ser muito usada! É, não se iludam a respeito. Acredito que nós brasileiros não temos que fazer crítica nenhuma disso. Temos de ter lucidez e perceber o que está aí. Por isso, quero botar algumas brincadeiras chinesas para contrastar com certas coisas tupiniquins.

A primeira brincadeira chinesa a que vou fazer referência é a Embraer, que acredito ser um episódio absolutamente fantástico. A nossa Embraer se deslocou para a China em cima da promessa do governo chinês de comprar pouco mais de cinquenta aviões. Lá instalou sua operação. Os chineses clonaram a Embraer, clonaram o avião da Embraer, que foi por acaso o projeto financiado pelo BNDES no passado, e hoje competem mundialmente com ela no mercado de aviões sub-regionais. Perfeito. Enquanto isso, a Vale do Rio Doce comprou 3 mil vagões de carga e não forçou a instalação de nenhum fabricante dos eixos de ligação que no passado eram feitos no Brasil. Vejam a conduta do governo chinês *vis-a-vis* a Vale do Rio Doce.

Agora vou contar outra historinha. Os chineses sabem da enorme importância (não é à toa que eles estudaram a Inglaterra Vitoriana profundamente) de ter controle de recursos naturais e de alimentos. Na África tem um país chamado Gabão, uma antiga colônia francesa, que tem, potencialmente, uma das maiores jazidas de minério de ferro do mundo, de boa qualidade. Ele está literalmente comprado pela China. A Vale do Rio Doce que se cuide em longo prazo, porque os chineses não vão permitir que a sua siderurgia tenha dependência estratégica de minério de ferro australiano, africano do sul e brasileiro. Vão criar uma fonte própria, absolutamente moderna usando o Gabão. Aliás, uma das coisas mais impressionantes é saber onde está a petroleira chinesa na África. Está em todos os pontos promissores de petróleo da África. Está no baixo Sudão, domina Angola. O domínio sobre Angola é uma coisa impressionante. O Banco Industrial da China financia mais de duas mil empresas chinesas em Angola, que pode ser qualquer coisa. Outro dia um dirigente africano conversava comigo e dizia: "é desesperadora a presença dos chineses porque eles nem sequer compram lavagem de roupa, tudo é circuito fechado". Lembro, como presidente do BNDES, que veio aqui o presidente da Banca Industrial da China, dizendo que tinha muito interesse em ajudar o Brasil em ferrovia – iriam financiar e fazer a ferrovia Norte-Sul e a Transnordestina. Porém disse "nós podemos fornecer o projeto básico, o projeto de engenharia, a locomotiva, o vagão, o trilho e a execução da obra". E eu lhe disse "é muito generosa a sua oferta, mas aqui o senhor sabe que não está em um país africano, o senhor está no Brasil". E terminamos por aí, trocando gentilezas e tal, não aconteceu nada. Quero dizer que, frente ao presidente do Gabão, quando chega uma oferta chinesa ele não pergunta quem vai lavar a roupa, mas a roupa vai ser lavada também dentro do complexo chinês.

Vocês não têm ideia do que é. É impressionante, é por isso que chamo de Inglaterra Vitoriana. Os chineses pegaram o modelo dos dois países que o derrotaram, a Inglaterra Vitoriana e o Japão da Revolução Meiji, e combinaram os dois num projeto para o futuro.

Muito bem, por que estou falando isso? Porque acredito que devemos, minimamente, nos preocupar com essa dimensão. Não podemos nos deixar levar por uma coisa boba do tipo "agora tem uma bipolaridade, mas haverá uma multipolaridade e o Brasil evoluirá pela astúcia diplomática para fazer parte do G20, talvez tenha assento no Conselho de Segurança". Acho tudo isso até bonito como discurso, mas não tem base nenhuma no real, nem nas tendências. Acredito que a cama vai quebrar, mas não tem quem diga quando. Então até lá é bom imaginar que a cama é sólida. E o Brasil se converter em celeiro do mundo é para mim uma aflição enorme, porque ainda há muitos brasileiros com fome. O Brasil abrir mão da ideia de indústria e de industrialização – quando tanto o argumento da indústria nascente quanto a visão de sistema industrial são dois vetores centrais – me assusta. Muito me assusta o Brasil virar exportador de petróleo, morro de

medo. É o pior pesadelo para mim. Acho que converter o Atlântico Sul no quintal do império e supridor preferencial de petróleo é o pior destino que se pode pensar para esse país.

Seria como chamarem aqui o ministro dos Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, para falar um pouco sobre a visão estratégica que ele tem a respeito do mundo. É interessante porque até onde eu sei ele pratica a arte do silêncio admirável, uma arte chinesa que ele talvez tenha aprendido. Vocês me desculpem se estou escorregando um pouco para fora do tema proposto pela mesa [crise mundial do capitalismo], mas quando se fala da crise, se nós não tivermos presente a dimensão geopolítica a que essa crise está associada podemos cometer equívocos fundamentais. A meu ver, o projeto para o Brasil, por exemplo, tem de ser um projeto de industrialização e incorporação ao social. Falou-se aqui de protecionismo, e vou dizer uma coisa que me chamou muito a atenção. Duas indústrias de calçado do Rio Grande do Sul se deslocaram para a Nicarágua sob o argumento de que lá a mão de obra está mais barata, há menos interferência do Estado e menor carga de impostos e, por conseguinte, de lá eles podem competir exportando para o mercado mundial. Então, estou vendo que estamos começando a copiar a "maquilas" mexicana, só que cada um faz sua "maquilas" onde pode. Parece que nossos produtores estão começando a pensar na Nicarágua como "maquilas" brasileira. É uma brincadeira, mas é assustador.

Mais assustador ainda, porém mais pedagógico, é o governo brasileiro começar a fazer algumas incipientes medidas protecionistas. Já houve um protesto importante do Japão em relação ao privilégio dado ao carro montado na região nossa, no Mercosul. O Japão se irritou com isso, mas o fato de ter se irritado não é o problema. O mais engraçado é que houve uma manifestação de protesto da associação das fabricantes norte-americanas de confecções e de calçados, em Washington, contra as medidas neoprotecionistas adotadas pelo Brasil para confecções e para calçados. O que prova, rigorosamente, que o tal calçado chinês, e a confecção chinesa, é deles e não dos chineses.

Então, por favor, incorporem essa dimensão na reflexão. Mesmo que seja para dizer que Carlos Lessa está gagá, está muito velho, está dizendo bobagem. Não se trata de um perigo amarelo, mas de toda uma proposta de colocar o Brasil, de novo, no padrão República Velha, agora a serviço do G2. ■



Theotonio dos Santos

Economista e cientista político, é um dos formuladores da Teoria da Dependência. Professor emérito da UFF (Universidade Federal Fluminense), coordena a Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN).

"A economia mundial funciona em torno de grandes paradigmas tecnológicos, que permitem taxas de crescimento durante períodos longos. E, quando há mudança de paradigma, a recuperação da acumulação capitalista leva a um período de crise".

Em primeiro lugar, considero extremamente importante que estejamos buscando um enfoque para ajudar a orientar este momento de crise mundial, mas que também é uma oportunidade histórica muito importante para o nosso país.

Uma coisa que me diferencia um pouco dos demais companheiros é uma insistência histórica na ideia de que o capitalismo funciona como um sistema cíclico mundial, e esses ciclos são longos, às vezes de quatro ou dez anos, outras de 25, 50 anos. Pretendo aqui apresentar um pouco isso. Mostrar que, dentro da ideia do ciclo, essa crise não é uma novidade absoluta. Ela faz parte de uma tendência que se desdobra no tempo.

Não será possível me aprofundar muito, mas apontarei alguns números, por exemplo, a variação do PIB – que é uma das principais referências para a teoria de Nicolai Kondratieff, o primeiro economista a levantar essa questão dos ciclos longos.

Entre 1900 e 1913, o PIB per capita cresceu cerca de 1,5%. Depois, na crise de 1914 a 1938, cresceu 0,8%. Este é todo o período em que está inserida a crise de 1929, em que há uma situação de queda em longo prazo do crescimento econômico.

Depois, no período de 1938 a 1973, o PIB cresceu cerca de 2,3%. Foi o momento chamado "de ouro" do capitalismo, com uma grande expansão. E depois, de 1973 a 1993, o crescimento foi de 1,2%, um período tipicamente de descenso de longo prazo. E, por fim, de 1994 para cá, o crescimento tem sido em torno de 2,3%, apesar de duas crises fortes – em 2000 e 2008.

Os números ajudam a olhar o problema, tendo em vista essa ideia de que há uma tendência de oscilação na taxa de crescimento da economia mundial. Há muitos anos estamos trabalhando na tentativa de explicar esse fenômeno, que muitos não aceitam. Mas os dados em geral têm comprovado a existência dessas crises. A explicação é um processo muito complexo.

Um dos aspectos mais interessantes é que a hegemonia neoliberal começa a se desenvolver a partir da década de 1970. E vai ter, no governo de Augusto Pinochet, no Chile, a primeira oportunidade de ser aplicada, produzindo essa conexão fascismo-neoliberalismo, aparentemente estranha, mas sobre a qual temos discutido muito e achamos que não é tão estranha assim.

O período do nazismo europeu e do fascismo italiano foi extremamente liberal, apesar de se ter uma ideia de intervenção estatal muito grande. De fato, houve uma enorme intervenção estatal, mas o liberalismo só é antiestatal no seu discurso. Na prática do desenvolvimento econômico contemporâneo, o liberalismo – e sua forma neoliberal da década de 1970 – aceita permanentemente a intervenção estatal a serviço do grande capital, particularmente, do capital financeiro. Ele é contra os investimentos sociais do Estado. Mas a intervenção a favor do capital financeiro é exigida e integrada dentro da visão neoliberal.

Há outro elemento que também tem a ver com o fascismo. Como a visão do neoliberalismo está apoiada em uma aplicação de cima para baixo das políticas econômicas, ela tem uma associação muito forte com o terror. E o terror exercido pelos regimes militares, por exemplo, na América Latina, foi uma das condições para a implantação de políticas neoliberais na região.

As políticas deflacionárias na década de 1990, sobretudo a partir de 1994, não eram só nacionais. Estavam inseridas em um contexto global extremamente violento de queda das inflações. Esta é uma ideia que sempre repetimos: os vários governos nacionais, naquela época, se apresentavam como tendo derrotado a inflação, mas a verdade é que estávamos dentro de um quadro mundial deflacionário muito forte e isso levou a uma deflação em nível mundial.

Quase todas as economias que estavam com inflações superiores a 10% caíram para menos de 10%, e a inflação se estabilizou em torno de 2% a 3% nos países desenvolvidos e em cerca de 4% a 5% nos países em desenvolvimento. Chamo a atenção, então, para o fato de, ao contrário dos demais países, o Brasil ter se mantido com uma inflação em torno de 8% a 9%, chegando – no momento em que se iniciou o governo Lula, em 2002 – a 12%. Era uma das maiores inflações do mundo e que, para piorar, foi combinada com uma política de câmbio fixo até 1999. Tudo isso tornou a crise muito radical e dura em 1999.

A partir da década de 1990, sobretudo de 1995, a inflação mundial se estabilizou, pelo menos entre os três países mais desenvolvidos, em um patamar inferior a 5%. O crescimento médio anual do deflator do PIB esteve tendendo à baixa e vai apresentar isso em 1990, exceto no caso da Europa e da Ásia Central.

Vivemos sob o império de uma visão da Curva de Phillips, teoria segundo a qual a inflação é resultado do pleno emprego e que, portanto, políticas de crescimento econômico provocariam inflação. Mas os dados indicam o contrário, mostram uma combinação entre altas taxas de crescimento e baixas taxas de inflação. Um caso extremo é o da China, que tem uma taxa de crescimento superior a 10% e mantém uma inflação relativamente baixa. E não se trata de um fenômeno isolado de alguns anos, são 30 anos de crescimento sem inflação importante. Isso tudo tem efeito no que vamos discutir mais adiante.

De 1994 para cá, estamos em um quadro de crescimento, que teve o seu ponto mais alto em 2007. Naquele momento, tínhamos – no ranking dos países com maior taxa de crescimento –, em primeiro lugar, a China com 11,9%; em segundo, a Índia com 9,3%; depois Venezuela com 8,9%; Singapura, em quarto lugar, com 8,5%; em seguida, Hong Kong, 6,9%; Indonésia, 6,3%; Chile, 6,1%; Malásia, 5,7%; Brasil, 5,4%; Taiwan, 5,1%; África do Sul, 5%; Coreia do Sul, 4,9%; e Israel, 4,4%, já em 13º lugar. Só depois apareciam os países desenvolvidos nesta lista. Tal quadro já era em parte previsível. Com a crise inaugurada em 2008, a China mostrou-se em melhores condições para enfrentar a situação com taxa de crescimento relativamente alta. Mas por quê?

Aqui entra uma problemática sobre a qual temos trabalhado durante muitos anos: a economia mundial funciona em torno de grandes paradigmas tecnológicos, que permitem essas taxas de crescimento durante períodos longos. E, quando há mudança de paradigma, a recuperação da acumulação capitalista leva a um período de crise, até que a taxa de lucro seja recomposta no sistema para um período de crescimento relativamente consistente.

Na década de 1980, houve uma mudança de paradigma tecnológico muito importante, com a robotização. Não que não tivéssemos robôs até então, mas os

Japoneses, com um investimento muito forte na inteligência artificial, conseguiram inserir o robô no processo produtivo diretamente, nas linhas de produção e – mais que isso – em uma série de outras atividades que permitiram um salto tecnológico extremamente radical. Esse salto vai abrir o caminho para a sua expansão na década de 1990.

Não entrarei em detalhes, mas uma mudança-chave viabilizou isso na década de 1990. Em 1987, houve uma crise muito forte, acarretando cortes nas taxas de juros muito altos, que possibilitaram uma recuperação da economia mundial e conseguiram manter algum grau de crescimento. Aí está todo o sistema financeiro mundial que se desenvolve nesse período, em torno da grande dívida mundial gerada na década de 1970, com os petrodólares. Depois do final da década de 1970, houve o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, para reestruturar a dívida mundial e, a partir de então, a dívida brasileira cresce muito fortemente porque o Brasil não pode pagar as taxas de juros que foram incorporadas numa dívida mundial, cujos devedores fundamentais éramos nós. A América Latina gastou cerca de US$ 500 bilhões em juros e serviços da dívida durante a década de 1990.

Isto faz parte de toda uma discussão, mas o que interessa é que, em 1987, há uma crise com este tipo de solução e o país entra, então, em uma queda da taxa de juros mundial, tendo os Estados Unidos como centro. Em 1994, quando Bill Clinton assume a presidência, a taxa de juros já tinha descido aos 4%, o que permitiu uma recuperação da economia norte-americana muito forte. Isso foi objeto de muita discussão. Os próprios responsáveis por essa política não sabiam e não acreditavam que iam ter uma taxa de crescimento tão alta.

Houve toda uma discussão que envolveu o Federal Reserve Board, que queria sempre impedir esse crescimento por achar que era inflacionário – mas não foi, pelo contrário. Também ocorreu a descoberta de que o aumento da produtividade tinha sido altíssimo nesse período dentro dos Estados Unidos. A economia americana teve um aumento de produtividade de cerca de 4% ao ano durante a década de 1990. Realmente, uma situação muito fora do comum para que uma economia já madura conseguisse uma taxa de crescimento tão alta.

Então, nos anos 1980, o Japão tinha 70% dos robôs no mundo. Na década seguinte, os Estados Unidos e a Europa chegaram a ter 34% ou 35%, enquanto o percentual do Japão havia caído drasticamente para algo em torno de 30%. Portanto, houve uma generalização desse novo paradigma tecnológico que vai se desenvolver nos anos 1990 e 2000.

Por que esse novo paradigma tecnológico favoreceu o Brasil? Parece incrível, mas na verdade ele se aplicou muito ao processo industrial. O avanço do processo industrial foi tal, que a participação dos trabalhadores, dos operários, na economia americana, que tinha chegado a 32% caiu para cerca de 18%, entre os anos 1990 e agora. Há uma queda brutal na década de 1980, porque já ali se tinha transferido grande parte da produção industrial para fora dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, com a ideia de que o crescimento econômico caminhava para um grande desenvolvimento dos serviços, por meio dos quais se controlaria o processo produtivo.

Isto de fato se mostrou real. O design, o gerenciamento, o setor financeiro, entre outros, permitiam que se controlasse o processo produtivo em nível mundial aparentemente. E, com isso, se deslocou grande parte do desenvolvimento industrial para os chamados *new industrial countries*. Houve inclusive um aumento da participação da classe operária muito grande nesse período (décadas de 1970 e 1980). No caso brasileiro – que conhecemos muito bem – o ABC explodiu com uma classe operária muito forte, que vai cair na década de 1990, quando se generaliza outra vez – agora para os próprios países em desenvolvimento – grande parte dessa robotização.

O que não se imaginava era que entre os países em desenvolvimento existia um – que foi a maior potência mundial até o século XIX – chamado China. Isso fazia ingressar uma população de 1,3 bilhão no jogo do mercado mundial.

Ao lado da China, temos a Índia, com outro grande processo de expansão da indústria e da exportação industrial e, em parte, também entrando na competição da tecnologia de informática. Os chineses, por sua vez, entram fundamentalmente por esse lado industrial e, mais ainda, com uma taxa de câmbio muito controlada, para permitir que o rebaixamento de custo interno sirva de base para essa expansão internacional, ao mesmo tempo em que se mantém um preço muito baixo.

Isso porque uma das características fundamentais desse processo de robotização é a diminuição do tempo de trabalho necessário. O que ela faz é eliminar grande parte da mão de obra necessária, do tempo de trabalho. E, portanto, o preço, pensado em termos marxistas de relação entre valor e preço, deve cair também. E cai o preço de custo, mas não necessariamente o de venda, porque estamos diante de uma economia monopólica, e os monopólios não vendem por um preço perto do custo, mas por um muito superior ao de custo.

Mas quando nos referimos a um país controlado principalmente por um grande capitalismo de Estado, a possibilidade de colocar o preço para baixo é muito grande. E a queda de preço é colossal. E não foi só a robotização, mas também uma série de outros setores em que os chineses entraram massivamente, como, por exemplo, a indústria de roupas (confecção). Produtos que eram vendidos por US$ 20, US$ 30 ou US$ 40 dólares hoje saem por, no máximo, US$ 1 ou US$ 2 dólares.

Portanto, a queda no preço é colossal, e esse é um dos problemas que está sendo discutido no Brasil. Se nós vamos entrar – aproveitando esse contexto geral – na finalização da implantação, em nível mundial, dessa nova tecnologia, temos de enfrentar uma competição a preços próximos do valor de custo. E aí está o mais complicado, pois temos de enfrentar os chineses com o protecionismo, mas até certo ponto.

A verdade é que podemos competir se tivermos a capacidade também de incorporar essas novas tecnologias. Não é impossível, porque elas são muito baratas. Os custos de capital constante são relativamente baixos. E é possível incorporar esta nova tecnologia, sobretudo com um excedente de exportação como o nosso. Aliás, isso foi feito em parte no período anterior.

Por trás de tudo isso está nossa capacidade de usar os recursos de que dispomos neste momento, sobretudo convertidos em reservas paralisadas nos Estados Unidos em forma de compra de títulos do governo americano – cerca de US$ 240 milhões.

Se pudermos usá-los – como grande parte dos países em desenvolvimento está fazendo – em fundos soberanos que nos permitam o investimento importante em nível regional, mas também o investimento interno com alta tecnologia, poderemos entrar nessa competição com certa divisão com os chineses. Temos de enfrentar essa problemática, para conseguirmos realmente aproveitar este nosso enorme potencial. Mas se nós não enfrentarmos essa problemática, não estaremos à altura do processo em curso. ■

PAINEL 2

O BRASIL FRENTE À CRISE - POLÍTICAS MACROECONÔMICAS









EXPOSITORES:

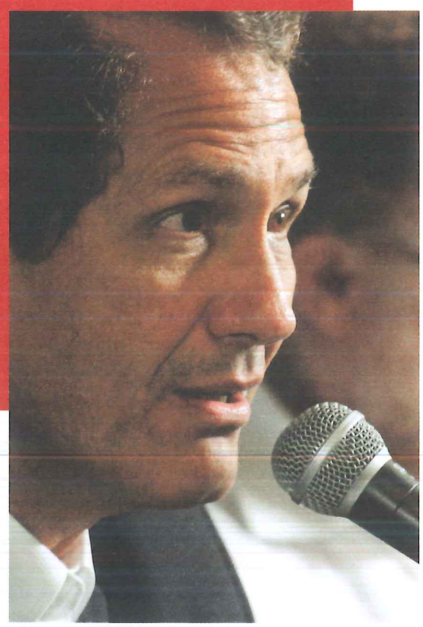
Ricardo Carneiro

Arno Augustin

Ricardo Bielschowsky

MODERADOR:

Adalberto Monteiro - presidente da Fundação Maurício Grabois



Ricardo Carneiro

Economista, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Centro de Estudos e Política Econômica da mesma universidade.

"Temos de ter uma política clara de recuperação do investimento público como fator fundamental para sustentar uma taxa de crescimento significativa e permitir a modernização e o incremento dos outros setores".

Espero que eventos como este sejam realizados com maior frequência. Até porque talvez isso seja um resultado bom da crise, certa perplexidade e a necessidade de discuti-la mais profundamente.

Quero dizer numa frase o seguinte: a crise é grave, é profunda. Ela tem desdobramentos ruins e muito ruins. Não há, digamos assim, um cenário de boas transformações, pelo menos em curto e médio prazo, na economia internacional. E teremos de lidar com esse cenário que pode se agravar. Pode se agravar mesmo. Vamos dizer: ele é um cenário de desaceleração, é um cenário de muita turbulência, e também de modificação, mas necessariamente um cenário que vai se arrastar durante muitos anos. Por isso, temos de nos preparar para lidar com isso. E preparar significa, pelo menos parcialmente, mudar o perfil de algumas políticas econômicas que vínhamos praticando aqui.

Acredito que há uma questão de fundo na discussão do Brasil hoje, da economia e da questão da economia política, que diz respeito ao modelo. Há claramente uma discussão muito significativa entre os social-desenvolvimentistas – como eu gostaria de chamá-los – e os nacional-desenvolvimentistas. A meu ver, essa é uma clivagem extremamente importante e temos de fazer um esforço para chegar a uma espécie de síntese dessas duas correntes que vai nos ajudar bastante na discussão do formato das políticas.

Pena que Conceição Tavares não esteja aqui, mas a ideia do social-desenvolvimentismo –a meu ver, a principal característica dos governos do PT nos últimos anos – de certa forma foi concebida e discutida bastante no âmbito do Instituto Cidadania, no âmbito do próprio partido. Fizeram parte dela, Conceição, um grupo grande de economistas, Bielschowsky e várias pessoas que circulavam em todo o partido e no Instituto Cidadania.

A política incorpora. E essa política é importante, porque ela incorpora, na verdade, a dimensão social como uma dimensão relevante, não só do ponto de vista da questão social, mas também do ponto de vista econômico no projeto de desenvolvimento. Essa é uma coisa extremamente importante. Aliás, produzimos, lá atrás, há mais de dez anos, documentos que destacavam o social como eixo do desenvolvimento. Alguns aqui certamente lembrarão isso.

Essa política terminou dando ao social e ao consumo das famílias um protagonismo muito grande

no modelo de crescimento recente brasileiro. Então, é uma coisa extremamente importante por dois mecanismos diferentes. O mais poderoso deles, a meu juízo, é a política de salário-mínimo e distribuição de renda. Essa é uma bandeira histórica dos economistas de esquerda, dos partidos de esquerda no Brasil: a elevação do piso salarial. Esta é uma política absolutamente decisiva e fundamental do governo Lula. Por duas razões: porque ela interfere e organiza o mercado de trabalho, reduzindo o leque salarial; e também porque ela tem o seu lado, digamos assim, de interferência nas políticas do governo, porque sobretudo ela aumenta o nível de transferências, e do caráter distributivo das transferências governamentais.

Esses são dois eixos, na verdade, absolutamente decisivos, e aí me refiro especificamente às transferências previdenciárias, sobretudo aquelas ligadas ao salário-mínimo. O aumento de 56% a 60% do salário mínimo nesses anos de governo Lula é, talvez, se eu pudesse isolá-lo, a política mais importante – sem querer desprezar questões como o Bolsa-Família. Bolsa-Família é uma política humanitária extremamente importante, reduz pobreza, mas não tem, nem de longe, o peso das políticas de transferência previdenciárias, de assistência social e do aumento do salário-mínimo.

Estamos falando de algo como 2,5% do PIB nas transferências previdenciárias e 0,4% no Bolsa-Família, para se ter uma ideia do que significa. E estamos falando, do ponto de vista da política de salário–mínimo, como política de crescimento, que aconteceu com os de baixo empurrando, se deslocando para cima. Essa história que eu via com certa antipatia, da nova classe média brasileira. Nós criamos, na verdade, uma classe C, no Brasil, extremamente importante, e que tem sido a base da diversificação do consumo, e cujo aumento de renda permitiu que houvesse por parte dessa população o acesso ao crédito. São cerca de 12% do PIB, na verdade. Não é brincadeira. O aumento do endividamento das famílias dinamizou, junto com a melhoria da distribuição da renda, o crédito dinamizou, digamos assim, de uma maneira muito significativa, o crescimento da demanda. É daí que vem o principal impulso para o crescimento brasileiro nos últimos anos. Essa é a verdade nua e crua.

Costumo mostrar para alguns alunos mais críticos e descrentes, usando dados da pesquisa de orçamento familiar, o que isso significou no padrão de consumo da população brasileira. Cem por cento da população brasileira têm televisão, 80% geladeira, 90% telefone celular – e não é só a camada mais alta da população. O consumo foi um instrumento extremamente relevante de dinamização da economia brasileira, sobretudo calcado nessas duas políticas e, é claro, no aquecimento do mercado de trabalho, na liberdade sindical, na capacidade de negociação. O Dieese documentou os ganhos. Cerca de 80% das negociações salariais nos últimos cinco anos tiveram aumento acima do INPC. Isso significa também o mercado de trabalho se movendo, mas num patamar melhor, do ponto de vista tanto de crescimento quanto da referência do salário-mínimo, que melhora a capacidade de negociação.

Continuar, na verdade, nessa trajetória não é trivial. Por duas razões. Agora, os ganhos iniciais são muito maiores. Eles tendem a diminuir com o passar do tempo. Demos um aumento de quase 60% do salário-mínimo em termos reais. Podem fazer essa conta pensando em seu salário e imaginando que ele cresça 60% da noite para o dia para perceberem qual o impacto disso. Isso é muito significativo. Agora, ninguém vai pensar nos próximos dez anos em dobrar o salário-mínimo, fazer crescer mais 40% ou 50%. É muito difícil, até porque existe uma regra já definida: o mínimo vai crescer indexado pelo PIB e isso dá um aumento real de 50% – se houver grande crescimento, em 10 a 12 anos, na verdade.

Portanto, digamos assim, estamos diante de uma desaceleração desse mecanismo. Insisto nisso. Isso não vai desaparecer, continua sendo importante. Nossa outra restrição, na verdade, para continuar aumentando o salário-mínimo, vamos falar claro, é a questão do impacto inflacionário. Por que falo nisso? Isso não significa uma negação da possibilidade de o salário-

-mínimo continuar crescendo. Ao contrário, estou defendendo isso, mas temos de nos preocupar com a seguinte questão: durante o governo Lula, o crescimento da taxa de salário da economia, que se reflete nessas coisas que todo mundo fala: "Ah, o preço dos serviços aumentou, é a inflação". Não é por demanda, é que a taxa de salário da economia mudou e foi incorporada nos serviços, certo? Essa é a questão fundamental. No governo Lula, isso pôde ser acomodado porque teve um processo longo de valorização da moeda nacional e isto reduziu substancialmente o impacto dos bens importados na inflação, que é crescente. O peso da importação é crescente no índice de preços. Agora não dá mais para brincar com isso, não dá mais para deixar que haja essa vertente de apreciação da taxa de câmbio. O que significa que, para fazer aumento de salário-mínimo real, continuar elevando a taxa de salário da economia, é preciso fazer uma desindexação da economia. Não se pode comprometer, digamos assim, a variação do índice de preços por um processo de indexação que é absolutamente desnecessário, que não cumpre nenhuma função a não ser transferir renda para os chamados monopólios naturais. Essa é uma questão grave, que precisa ser enfrentada. Foi parcialmente, mas acredito que isso vai cumprir um papel extremamente importante.

Outra questão essencial é a das transferências. Elas foram extremamente importantes para distribuir renda. É a base da pirâmide de que estamos tratando, mas o crescimento do salário-mínimo impacta diretamente nisso. Temos um nível de transferência muito alto na economia brasileira. Quinze por cento do PIB são destinados à transferência. Cerca de 9% são transferências previdenciárias e cerca de 4,5% de aposentadoria dos funcionários públicos.

Portanto, estou querendo dizer que há outra questão extremamente relevante, do ponto de vista prático: continuar abrindo espaço para as transferências de renda via política previdenciária e de assistência social supõe equacionar a aposentadoria do setor público. É muito alto. Quatro e meio por cento, ou 5%, do PIB não é um bom padrão em nenhum país do mundo. Nenhum país do mundo gasta isso com a previdência do setor público. Estou aqui falando contra os meus interesses na medida em que sou professor e funcionário público. Mas isso precisa mudar. A ideia do fundo é muito interessante para se estabilizar isso e fazer decrescer ao longo do tempo. Essa é outra questão que considero extremamente importante.

Muito bem. O papel do crédito pode continuar? Pode. O que limita o papel do crédito no Brasil é, digamos assim, o tamanho da taxa de juros. A taxa de juros básica da economia e do *spread* bancário. A taxa de juros no Brasil é uma anomalia. Não há nada que explique o seu tamanho no Brasil, exceto uma questão de jogo de poder. A meu ver, talvez este governo tenha acenado mais claramente para as possibilidades de fazer isso sem concessões demasiadas, que foram feitas no passado. Claro que alguém vai dizer: "não, mas tinha que ser feito". É verdade, no início do governo Lula, sim. Mas acredito que demorou demais, essa que é a questão principal. Para continuar com o canal do crédito funcionando e para resolver um conjunto de outras questões, temos de baixar decisivamente a taxa de juros do Brasil. Essa é outra política extremamente importante de ser feita no país nos próximos anos.

E ainda mais, o sistema bancário brasileiro é altamente lucrativo. Na verdade, é difícil regular administrativamente um sistema financeiro. Mas temos um sistema de banco público que pode fazer a contraparte e a concorrência, e forçar a redução dos *spreads* na economia brasileira. É outro elemento estratégico, digamos assim, de enfrentamento da crise, utilizar melhor, no bom sentido, o sistema de crédito brasileiro. Estou falando de sistema de crédito – não é o BNDES, o crédito de longo prazo – esse do dia-a-dia, do consumo. A taxa de juros no Brasil é uma aberração. Não há nada do ponto de vista fiscal ou cambial que a justifique. Talvez a única vantagem disso seja que agora ela sendo alta temos campo para baixar.

Outro aspecto que quero abordar é a questão das exportações e das contas externas brasileiras nos últimos anos. Tivemos um impulso muito bom e muito significativo do ciclo de preço de *commodities*. Foi

discutido aqui o papel da China nesta história. Há outros fatores importantes também por trás do preço. Carlos Lessa falou sobre isso, mas não explorou muito. A energia está cada vez mais cara. A produção de petróleo está sendo deslocada para a zona de custos mais elevados. Tem essa razão também.

Se o crescimento da China continuar – e coloco aí pelo menos uma dezena de pontos de interrogação – no patamar em que vem ocorrendo agora, deve-se ter algum ajuste de preço de *commodities*, mas ele ainda persistirá num patamar elevado. Esperamos que seja assim, vou trabalhando com essa hipótese. Porque, como há muita financeirização desses preços, pode-se, na verdade – se a desaceleração for muito grande – jogar os preços das *commodities* num patamar muito insatisfatório, confirmando uma velha tese de que esses preços são cíclicos.

Portanto, do ponto de vista das exportações, esperemos... O Brasil tem grande produtividade nesses setores, tem vantagens enormes, tem grandes empresas e se beneficia também disso. Não se trata, na verdade, de se pensar o desenvolvimento brasileiro a partir desses setores, mas eles são importantes para eliminar a restrição de divisas na economia brasileira. Inclusive o petróleo. Os projetos do governo na área de petróleo cuidam, na verdade, de vários aspectos importantes – desde a questão da política industrial até o uso do fundo soberano, do fundo social, para ampliar os gastos com saúde e educação. E vão ser decisivos. Porque temos de pensar que o governo tem 25% de carga tributária líquida sobre a qual ele tem alguma discricionariedade, dos quais 15% são de transferência – o que já diminui a discricionariedade. E 10% sobram para educação e saúde. É pouco. Se quisermos fazer política social de igualação, de cidadania, de ampliação de bens públicos na sociedade, teremos de subir isso para 15% ou 16% do PIB. E isso pode ser feito com dinheiro do fundo social. Pode ser uma saída. Estou falando do fundo social do petróleo, que pode ser uma coisa extremamente importante.

Agora, temos, na verdade, um problema no comércio exterior brasileiro, um problema grave. Não vamos fazer aqui o coro, digamos assim, de que é um problema sem solução. Mas ele é grave. Vejam os dados de coeficiente importado em vários segmentos da indústria brasileira. É muito elevado. Há indústrias trabalhando com 60% de coeficiente importado. Isso é uma combinação de coisas. É uma combinação de crescimento mais rápido nos últimos anos, é uma combinação de taxa de câmbio apreciada e é uma combinação também do chamado "efeito China".

O que temos de fazer? Duas palavrinhas só: proteção comercial. Mesmo antes da taxa de câmbio realinhar – se é que ela vai realinhar um dia. Delfim Neto costuma dizer que "tem três coisas que fazem os homens perderem a cabeça: mulher, dinheiro e a taxa de câmbio". Porque é uma confusão essa taxa de câmbio. Supõe-se que um realinhamento da taxa de juros vai produzir uma taxa de câmbio melhor. Guido Mantega tem feito coisas interessantes na área de controle de capitais. Mas isso é um jogo muito pesado porque por trás dele estão os grandes desequilíbrios internacionais. Há um grau de controle sobre isso relativamente pequeno. Então não tem conversa, é proteção comercial. E também na medida em que defende os empregos. E é por aí que nós vamos. Não vamos virar, e nunca fomos desde os anos 1930, um país exportador. Isso é uma balela. Sempre fomos um país que cresceu em cima do seu mercado interno. Então, vamos fazer proteção comercial, ou vamos à desvalorização da taxa de câmbio – não para virar exportador e competir com a China nos mercados centrais. Isso é uma ilusão. Nós vamos fazer isso para defender o nosso mercado interno. E criar um campo de expansão muito decisivo para a nossa economia a partir daí. Como foi sempre, na história do nosso país. Sempre. Nós sempre usamos política de proteção comercial e taxa de câmbio para defender o mercado interno, não para virar exportador. Essa, portanto, é uma discussão extremamente relevante. Até porque para exportar *commodities* não precisamos de taxa de câmbio – temos uma competitividade imbatível nesta área. Exportamos minério de ferro, suco de laranja, com qualquer taxa de câmbio. É claro, queremos reindustrializar o país, ele precisa ser

reindustrializado. A indústria esgarçou nos últimos anos. É uma frente extremamente importante. Através de proteção comercial, política industrial etc. Será decisivo, mas não é para exportar.

Com relação a investimento, tivemos um relativamente fraco. Não conseguimos recuperar aquela parte do investimento que caracterizava o nosso processo nacional desenvolvimentista. O que é isso? É um processo de investimento autônomo, que vem pela diferenciação da estrutura produtiva, novas indústrias que montamos aqui, que vem pela ampliação brutal da infraestrutura. Fizemos isso em vários momentos. Plano de metas segundo o PND. Mas não conseguimos recuperar essa dimensão do investimento brasileiro.

Ensaiamos isso no Plano de Aceleração do Crescimento. O PAC é um instrumento absolutamente fundamental para sair da crise porque, diga-se a verdade, quando Lula começou, a estrutura de planejamento do Brasil estava sucateada. Não se sabia nem onde investir. Hoje existe uma carteira de projetos grandes e importantes, mapeados, elencados por prioridade, que se pode usar para sustentar o investimento do Brasil.

Já tiramos as empresas – Arno Augustin vai falar sobre isso – da contabilidade do superávit. É um grande passo, mas temos de ter uma política clara de recuperação do investimento público como fator fundamental para se sustentar uma taxa de crescimento significativa e permitir a modernização e o incremento dos outros setores. E é fácil fazer isso porque esse circuito não depende de ninguém. Temos as grandes empresas, temos a demanda, temos os bancos para financiar isso. Então por que não fazemos? É absolutamente decisivo. Aliás, aqui também tem o mérito da atual presidente, porque ela é que reinventou de certa forma o PAC. Lula diz que ela é a mãe do PAC. E ela é mesmo.

Que tipo de restrição substancial existe para se fazer esse tipo de programa de sustentação de crescimento diante de uma crise que é grave e que vai se aprofundar? Não vejo nenhuma restrição significativa, nem mesmo do ponto de vista externo. Do ponto de vista das finanças públicas, há uma situação confortável, a meu juízo. Sobretudo porque há um superávit primário que se pode aumentar ou diminuir e existe margem para tanto, porque a arrecadação do Brasil é 35% do PIB. Portanto, o tamanho é decisivo. Poucos países têm isso. Na América Latina, nenhum. Então, temos massa de manobra para fazer política fiscal.

Do ponto de vista da dívida pública, não há problema nenhum. A dívida pública brasileira é pequena. E tem um perfil hoje extremamente adequado. Está inclusive lastreada, boa parte dela, em reservas. A contrapartida está em reservas. Por isso, não temos, a rigor, a meu ver, nenhuma possibilidade de uma crise internacional amanhã e a dívida pública explodir, como aconteceu em várias ocasiões no passado. Isto é um seguro. É verdade que custa caro, mas depende também de nossa taxa de juros interna. É um seguro que custa caro, mas é um seguro absolutamente decisivo.

Do ponto de vista das contas externas, temos, na verdade, um problema corrente: o déficit em transações correntes. Está um pouquinho acima do que poderia ser. Ele é financiável em 2%, e inclusive por investimento direto. Não vamos aqui querer zerar déficit em transações correntes porque isso não existe, em curto prazo, na economia brasileira. Não é nossa política. O câmbio e a política de proteção ajudam. Tudo vai ajudar. Mas temos de ir com calma nessa história.

E a boa notícia, que não vai nos acossar tanto no próximo período, está pelo lado dos estoques. O Brasil tem hoje um passivo externo líquido relativamente elevado, mas mais de 80% do passivo externo líquido brasileiro estão em reais. Em reais. Todos os investimentos externos que foram feitos no ciclo recente foram feitos aqui dentro. Portanto, ele está em real. Qualquer turbulência externa nos favorece. Vai valorizar a nossa riqueza. Então, temos, na verdade, um caminho para trilhar. Temos instituições. Temos certa tradição de retomada da política econômica desenvolvimentista. E vejo, de certa forma, não a situação internacional, mas a situação brasileira, com certo otimismo. ■



Arno Augustin

Economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado pela PUC/RS, foi secretário estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul (1999-2002) e secretário executivo-adjunto do Ministério da Fazenda (2003-2004). Atualmente, é secretário do Tesouro Nacional.

"Há razões para acreditar na capacidade do Brasil de sair desta crise internacional forte em condições boas, como de fato aconteceu na crise 2009-2010 (...) O nosso mercado interno é um dos pontos-chave para isso".

Quero fazer a mesma observação feita por Ricardo Carneiro sobre a importância de conseguirmos formulações comuns dos partidos de esquerda. Nesse sentido, quero expressar meu grande entusiasmo pela iniciativa de se organizar este seminário. Nós podemos conversar e trocar ideias, divergir ou não, mas isso por si só é muito importante, tem uma grande importância para a política brasileira e para a economia.

Concordo muito com a exposição do Ricardo. Eu trouxe aqui um conjunto de números com o objetivo de defender a tese de que o Brasil tem perfeitas condições de se sair muito bem neste contexto de crise e de dificuldades internacionais bastante relevantes. Acredito que, neste momento, podemos ser otimistas com nosso país, mas não com o mundo.

Hoje, a Europa passa por uma situação muito difícil, com risco de contágio para outras grandes economias, como Itália, Espanha e França – sem falar da Grécia, onde isso já ocorreu. Há uma falta de consenso sobre como construir saídas para esta crise.

Nos Estados Unidos, a expectativa é de baixo crescimento, com pressões fortes de seu Congresso para um ajustamento fiscal. O país enfrenta, portanto, dificuldades para fazer políticas anticíclicas. O presidente Barack Obama acabou fazendo um acordo com o Congresso, que amarrou os Estados Unidos. São enormes as dificuldades.

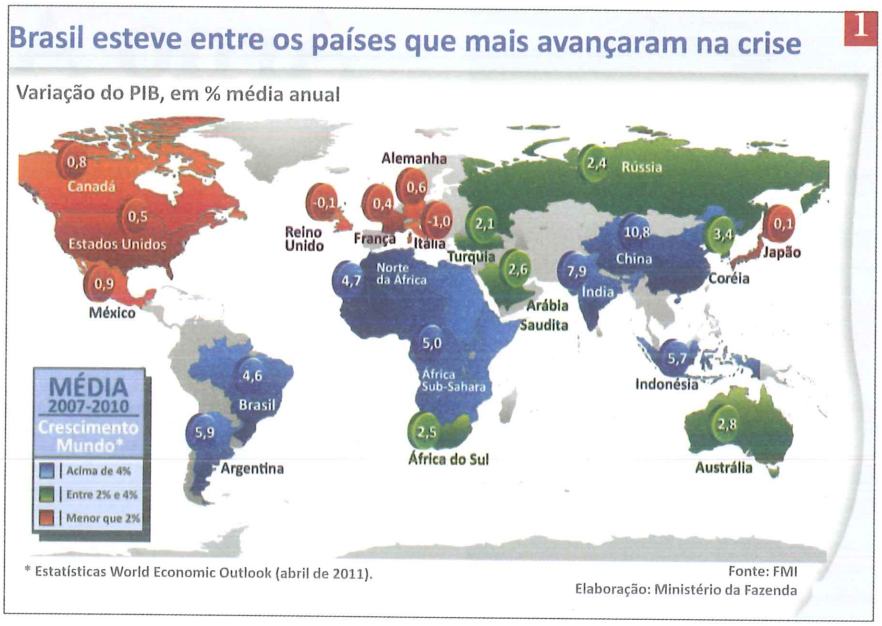
Em relação aos demais países, as projeções de crescimento mundial vêm sendo revistas para baixo, com impactos nos principais países emergentes. É, então, um cenário não muito promissor em termos internacionais. Mas defendo a tese – que vou tentar demonstrar aqui – de que o Brasil tem perfeitas condições de vencer este momento.

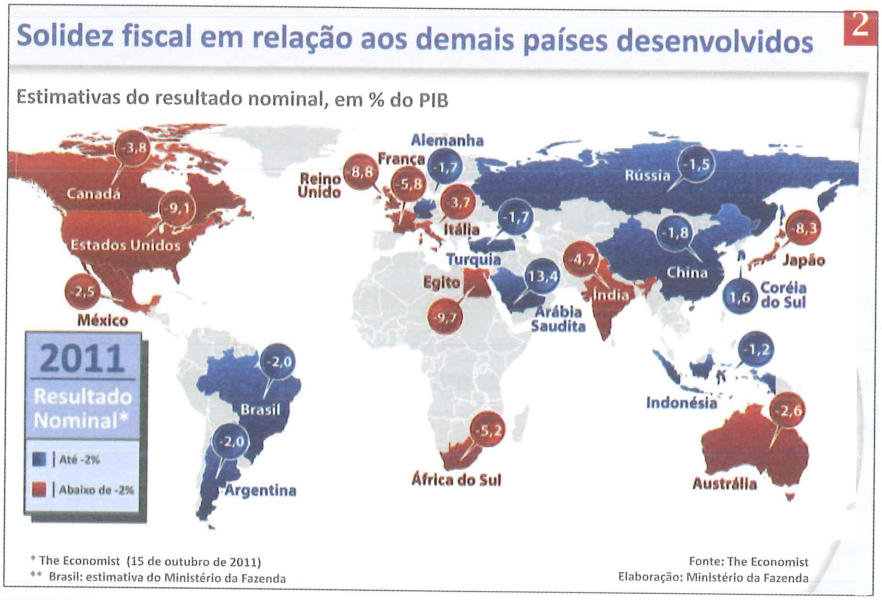
O gráfico da página seguinte exibe a variação do PIB, entre 2007 e 2010. Onde está em azul há uma taxa de crescimento acima de 4%; em vermelho são os locais em que a taxa é menor que 2%; e em verde onde ela ficou entre 2% e 4%. A imagem mostra que, na última crise internacional, o mundo mudou. Ou seja, os países do Sul são os azuis, aqueles que tiveram uma taxa de crescimento mais forte neste período. A Europa e os Estados Unidos – e a América do Norte como um todo – aparecem com enormes dificuldades. Brasil, Argentina, Índia e China são países com crescimento mais forte.

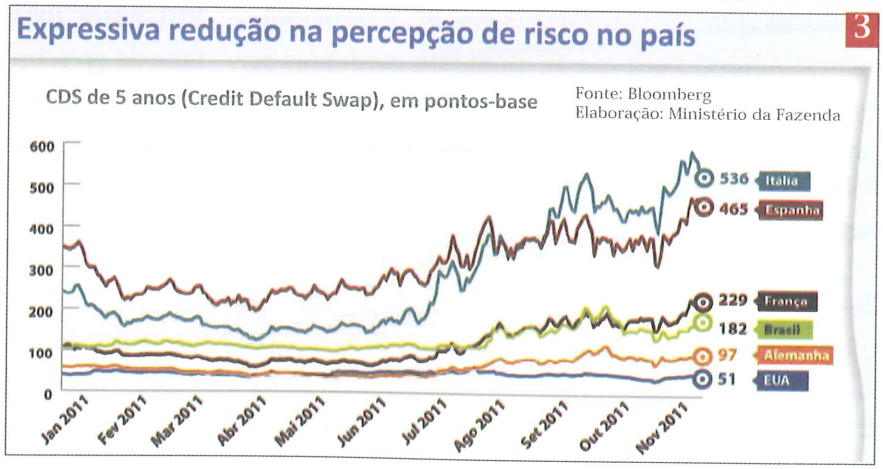
O segundo mapa mostra a situação fiscal dos países. Brasil, Argentina, China e Rússia aparecem com resultado nominal melhor. A Europa – com exceção da Alemanha – exibe um resultado nominal bem negativo, e os Estados Unidos -9,1. Portanto, do ponto de vista fiscal – e essa crise se caracterizou mais recentemente por ir para os governos –, o Brasil tem uma situação privilegiada em relação aos demais países.

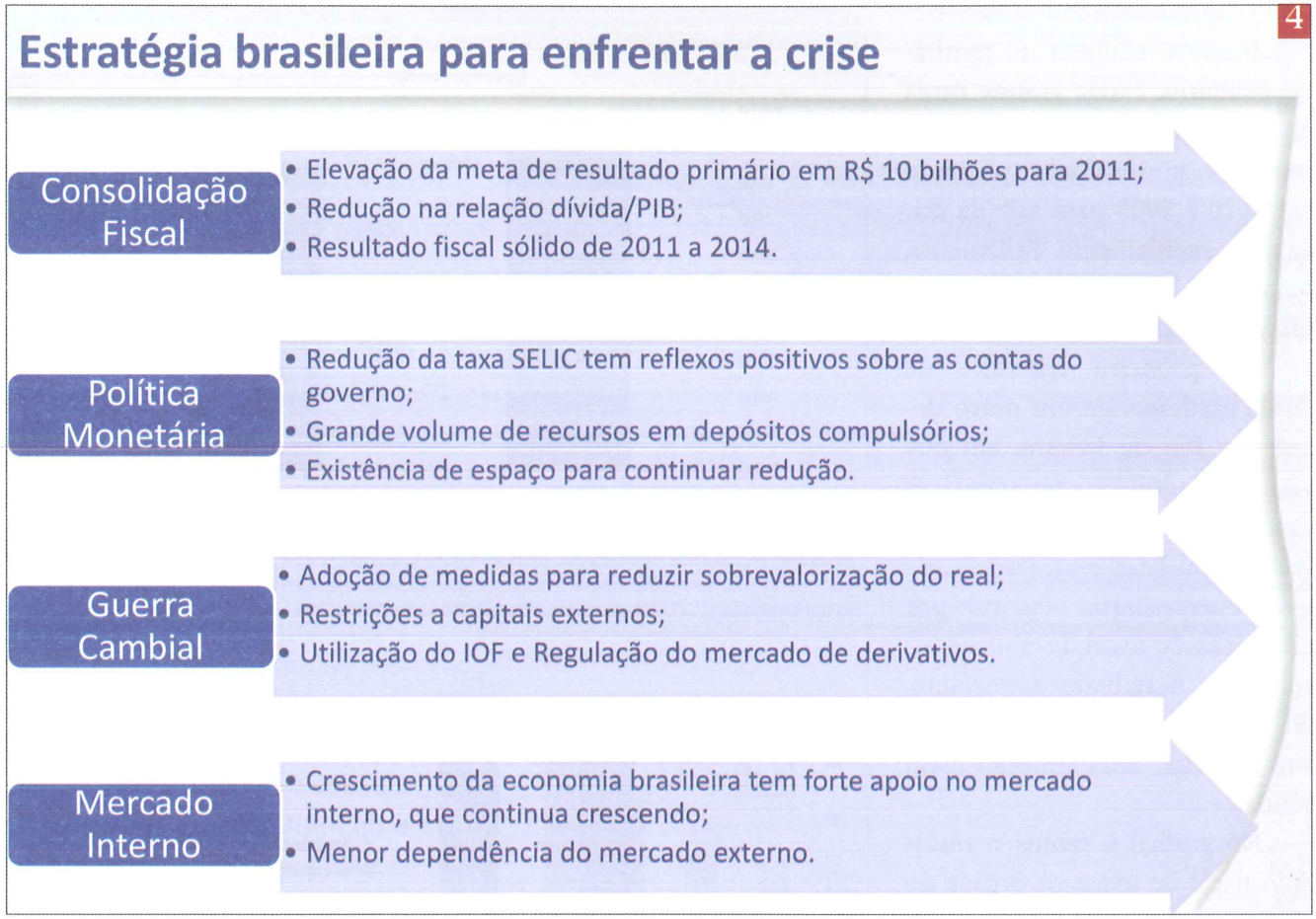
O gráfico 3 traz o *Credit Default Swap* (CDS) de cinco anos, que é a taxa de risco de não cumprimento das dívidas. Não considero este um indicador de suma importância, mas é uma curiosidade interessante. Ou seja, a Itália tem uma taxa de 530; a Espanha, de 460; a França, de 220; e o Brasil, de 182. Então, cada vez mais, nós nos aproximamos das taxas de risco dos Estados Unidos, que são historicamente as menores.

E qual estratégia o governo tem traçado para este momento? Primeiro: consolidação fiscal. Acreditamos que, já que a crise teve esse perfil fiscal forte, é importante dar sinais de consolidação fiscal. Fizemos isso aumentando a meta de resultado primário em R$ 10 bilhões em 2011 e criando, assim, condições para uma política monetária com maior liberdade. Ou seja, um novo *mix*, em que a política monetária possa ser realizada com um pouquinho mais de velocidade, portanto, reduzindo taxa de juros e criando melhores









condições para a retomada de médio prazo. Esse foi o nosso objetivo há alguns meses atrás: aumentar o resultado primário e, assim, criar uma forte redução da relação dívida-PIB.

Em relação à política monetária, criou-se espaço para a adição da Selic. Consideramos isso fundamental, é uma necessidade do país há muito tempo. Também houve uma utilização forte dos depósitos compulsórios, como importante instrumento da política monetária. Em um momento de crise, podemos reduzir compulsório, se for o caso.

A questão da guerra cambial também é de enorme importância. O mundo vive hoje um momento em que muitos países têm trabalhado o seu câmbio de maneira mais favorável às suas exportações. E há uma enorme dificuldade nas demais nações. Estamos tentando resistir a isso, com algumas restrições à entrada do capital, como, por exemplo, a utilização do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e as regulações do mercado de derivativos, além de um conjunto de medidas que temos tomado – inclusive o próprio aumento de reservas –, para evitar uma sobrevalorização do real. Acreditamos ser muito importante que o real não se valorize excessivamente. Essa é uma luta cotidiana, e talvez o assunto sobre o qual mais nos detenhamos.

Por fim, há o ponto que, em minha opinião, é o motivo principal da melhor condição do Brasil hoje: o mercado interno. Tivemos um crescimento, no último período, com forte apoio no mercado interno. Reproduzo a seguir mais alguns números que mostram isso.

Começo pelo monitoramento da Meta Fiscal de 2011 (quadro 5). A nossa meta para o ano era de R$ 91,8 bilhões e, em outubro, já estávamos com R$ 85,6 bilhões. No início deste ano, toda vez que eu apre-

sentava o resultado do Tesouro, os jornalistas diziam que não conseguiríamos cumprir o resultado primário. Havia grande carga de descrédito porque tínhamos reduzido o resultado primário em 2010 e 2009 para sair da crise mais rapidamente. Felizmente, demonstramos na prática que eles estavam errados.

No primeiro trimestre de 2011, participei de um outro debate no Rio de Janeiro, em que vários economistas conservadores desenvolviam a tese da deterioração fiscal brasileira, ou seja, de que o Brasil estaria então indo por uma situação fiscal de enorme insolvência. Acreditamos, portanto, ser importante demonstrar, neste ano de crise, uma situação fiscal sólida.

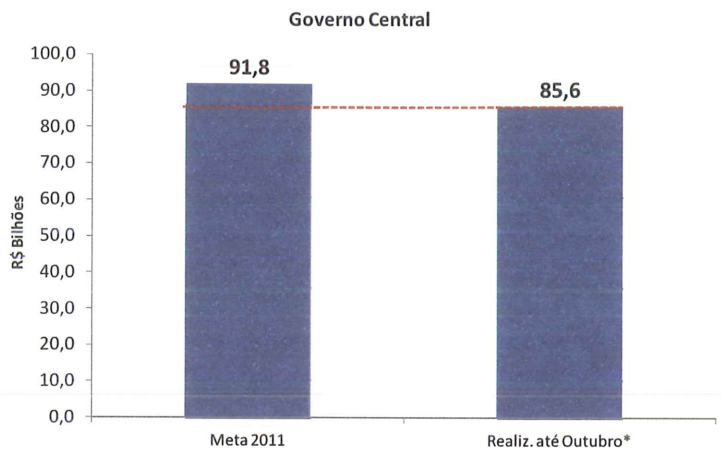
No gráfico 6 temos o resultado fiscal de todos os órgãos do setor público, incluindo governo federal, estados e municípios. Nosso resultado primário era de 118,6 bilhões até outubro. A meta para o ano era de 127,9 bilhões – aumentada com esses dez bilhões. No ano passado, os estados e municípios não atingiram a meta de resultado primário, mas isso aconteceu porque o governo federal entendeu que seria muito importante que eles continuassem a manter investimento.

Em 2010, fizemos o PEF (Programa de Educação Financeira), de empréstimo de curto prazo aos estados, para investimentos, nos termos da legislação, de algo em torno de R$ 10 bilhões. Esse é exa-

5

Monitoramento da Meta Fiscal 2011 (Resultado Primário)

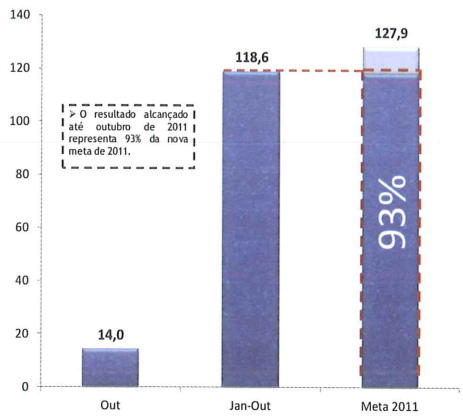
Decreto de Programação Orçamentária e Financeira nº 7.575/2011



6

Fortalecer os fundamentos: perseguir resultado fiscal sólido de 2011 a 2014

Resultado primário acumulado do Setor Público Consolidado, em R$ bilhões

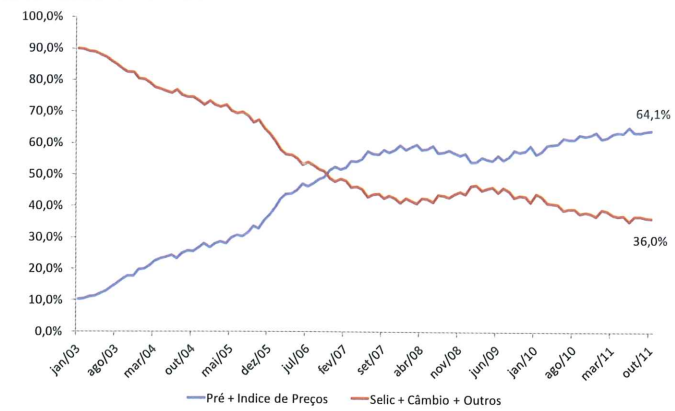


- ✓ Aumento do primário em 2011
- ✓ Controle das despesas correntes
- ✓ Ampliação do espaço para investimentos e desonerações
- ✓ Condições para redução da taxa de juros

7

Gestão do Risco de Mercado – Composição da DPF

Avaliação de Riscos



Mudança gradual da composição da DPF desde 2002, com crescente participação dos títulos remunerados a índices de preços e prefixados, conjugada com uma menor participação de títulos indexados a juros e câmbio, sujeitos a maior volatilidade.

Fonte: Tesouro Nacional

tamente o valor que aparece a menos no resultado primário dos estados. Mas isso foi planejado. Ou seja, o governo entendeu que era o momento de investir e segurar o crescimento. Por isso, a taxa de crescimento do país no ano passado foi mais forte.

Quero tratar aqui também da nossa dívida e do seu perfil, outra questão que considero importante esclarecer. O Brasil não melhorou apenas a relação dívida-PIB, como também melhorou o perfil da sua dívida. O que está em vermelho, no gráfico 7, é o percentual da nossa dívida em Selic e câmbio. E em azul, o percentual em títulos pré-fixados e em índices de preços. Nosso objetivo é aumentar o que está em azul e diminuir o que está em vermelho, ou seja, diminuir a desindexação dos títulos públicos – a Selic e a câmbio –, que é onde há o maior risco.

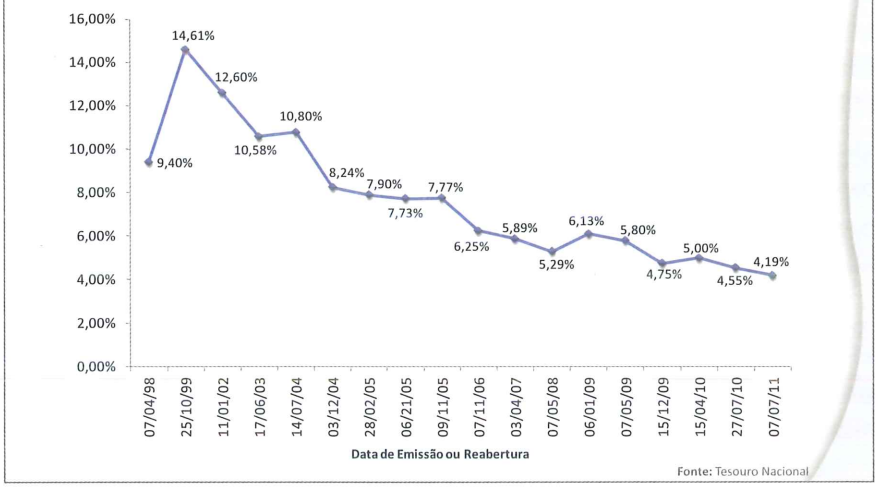
No passado, em 2003, esses dois tipos de título eram 90% da nossa dívida, e 10% pré-indexados a preços. Hoje, estamos com uma relação de 36% e 64%, respectivamente. Ou seja, o perfil da dívida é bem melhor. Isso é importante para a política monetária. Atualmente, a área fiscal é menos relevante em termos de razão para taxas de juros altas que no passado. Basicamente, as razões de taxas de juros decorrem da política monetária. Não há uma pressão fiscal, na minha avaliação, e isso se percebe em vários elementos.

O gráfico 8 mostra as nossas emissões externas. O Brasil costumava lançar títulos externos com juros em torno de 10%, até 2003. E nossa última emissão externa teve a sua menor taxa: 4,19%. Ou seja, é uma taxa de juros muito menor do que historicamente os nossos títulos internacionais tinham e esta é uma evolução construída e positiva.

O resultado de tudo isso pode ser visto no gráfico acima (9). É uma relação dívida-PIB declinante e que sai de 60%, em 2002, para 38,2%, em 2011. Esse resultado tem a ver, inclusive, com o fato de a nossa dívida cair quando o real se desvaloriza, porque hoje nós somos credores líquidos, temos mais moeda estrangeira do que devemos em moeda estrangeira. Então há uma tendência clara e forte de redução.

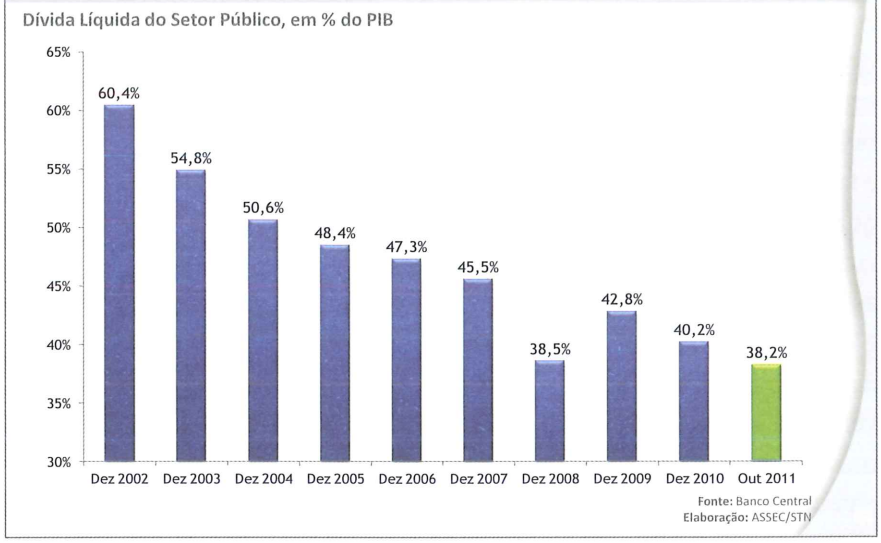
Nos números a seguir (gráfico 10) vemos que nossas reser-

Emissões externas – custo de captação decrescente 8



Fonte: Tesouro Nacional

Dívida do Setor Público declinante 9



Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC/STN

vas internacionais também estão em alta, atingindo US$ 352,9 bilhões em 2011.

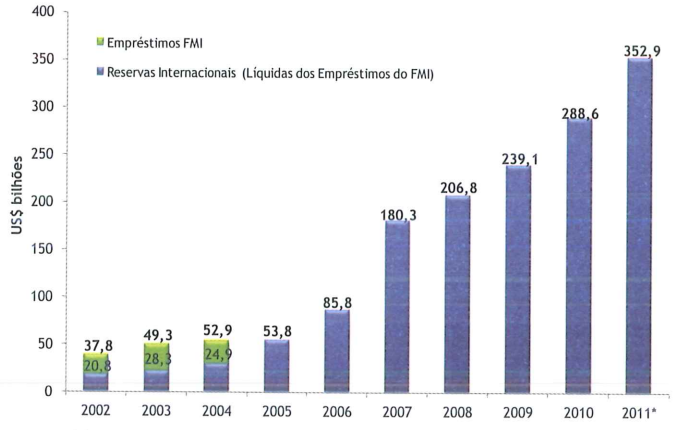
Esta é a conta do impacto da desvalorização cambial na nossa dívida líquida sobre o PIB. Atualmente, quando há desvalorização do câmbio, a nossa dívida cai. Como mostra o gráfico 11, a cada 1% que o câmbio decresça, a nossa dívida diminui 0,11%. Hoje o valor líquido das nossas reservas é US$ 80 bilhões, ou seja, somos credores líquidos em US$80 bilhões.

Outro dado que considero interessante é a participação do setor público na dívida externa (gráfico 12). Atualmente, temos basicamente uma dívida do setor privado. A parte do setor público é menor que US$ 100 bilhões hoje. E vimos reduzindo isso e fazendo emissões que chamamos de qualitativas, com o objetivo de reduzir a curva de juros do Brasil. Porque as emissões do setor público formam a curva soberana do país e, em cima dela, isso cria condições mais favoráveis para a dívida do setor privado ou mesmo das empresas estatais. Então entendemos que essa é uma estratégia importante, de dar mais condição de crescimento econômico para o Brasil. E fizemos isso conscientemente, reduzindo e melhorando o perfil da dívida do setor público.

A questão dos juros é uma das mais importantes do Brasil e nós, que estamos no governo, sempre somos muito cuidadosos ao falar desse assunto. Mas os dados não são tão negativos, como se pode ver no gráfico 14. Ou seja, temos uma tendência clara de redução da taxa de juros real

Reservas Internacionais 10

Reservas Internacionais crescentes permitira uma posição confortável a economia brasileira

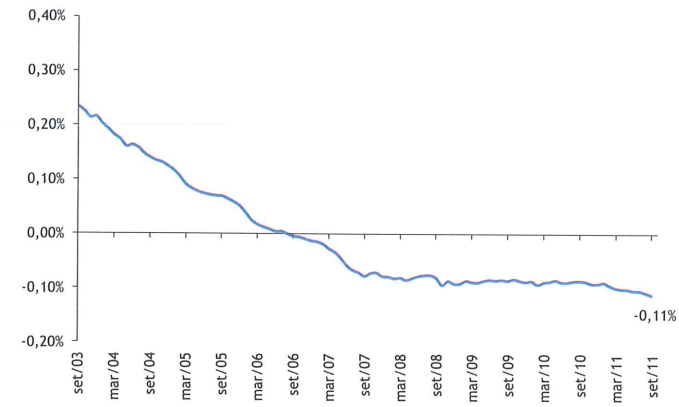


(*)Posição de outubro de 2011

Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC/STN

Composição da DLSP reduziu os riscos com taxa de câmbio 11

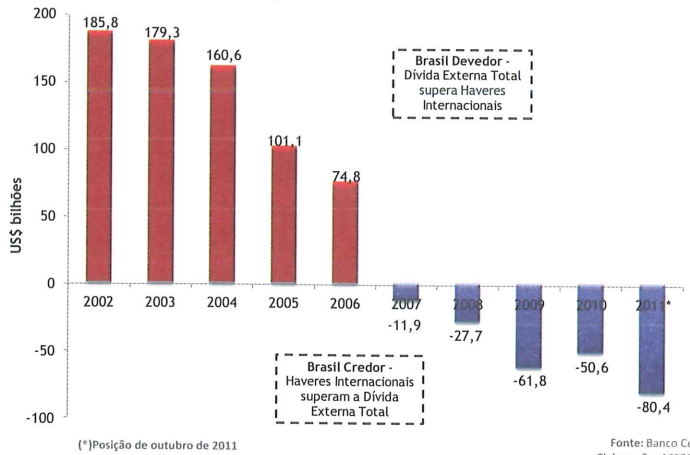
Impacto na DLSP/PIB de 1% de Desvalorização Cambial



Fonte: Banco Central

Dívida Externa Líquida 12

Brasil se torna credor internacional líquido



(*)Posição de outubro de 2011

Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC/STN

no Brasil. Saímos de uma taxa em torno de 18% ou 20%, para patamares cada vez menores. Acreditamos que há espaço para essa tendência de queda continuar, e nosso trabalho é para que continue, porque é necessário. A meu ver, poucos, pelo menos neste campo, questionam a necessidade desta queda.

Os depósitos compulsórios (gráfico 15) também são um elemento de informação que considero relevante. Temos hoje um nível de depósito compulsório de mais de R$ 400 bilhões. Isso é importante porque, em um momento de crise, é um instrumento que podemos decidir usar ou não. Países como Estados Unidos e da Europa têm uma enorme dificuldade de utilizar instrumentos de política monetária nessa crise – já usaram todos. Nós não. Podemos tanto diminuir taxas de juros quanto, se for o caso, compulsórios. Qual é a diferença? Essa política tem um custo menor que a Selic. Então usamos isso por um objetivo também fiscal.

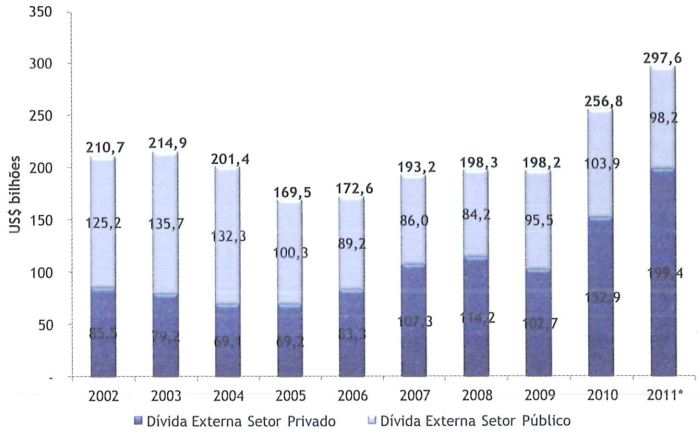
A questão do investimento talvez seja um dos fatores historicamente mais fortes de restrição do crescimento do Brasil. Tivemos uma enorme dificuldade na crise de 2009. A taxa de investimento caiu muito, mas estamos retomando a tendência de crescimento. Na página seguinte temos o gráfico 16 que mostra que saímos de uma taxa de 102, em 2000, para 178, em 2011. Ou seja, houve uma melhoria significativa da taxa de investimento.

Quando, em 2009, houve uma queda grande nesta taxa, o que fizemos? Muitos devem ter visto como se-

13

Dívida Externa Total

Queda na participação da Dívida Externa do Setor Público



(*)Posição de outubro de 2011

Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC/STN

14

Tendência de queda na taxa de juros real

Previsão de taxa de juros real para 1 ano*, em % a.a.



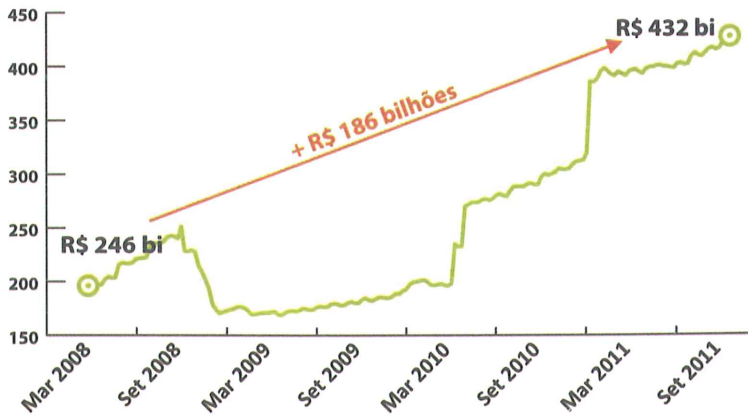
*Taxa de juros dos contratos de swap de 360 dias, deflacionada pela expectativa de inflação para 12 meses (IPCA).

Fonte: SPE/MF
Elaboração: Ministério da Fazenda

15

Brasil dispõe de instrumentos de política monetária

Depósitos compulsórios no Banco Central, em R$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração: Ministério da Fazenda

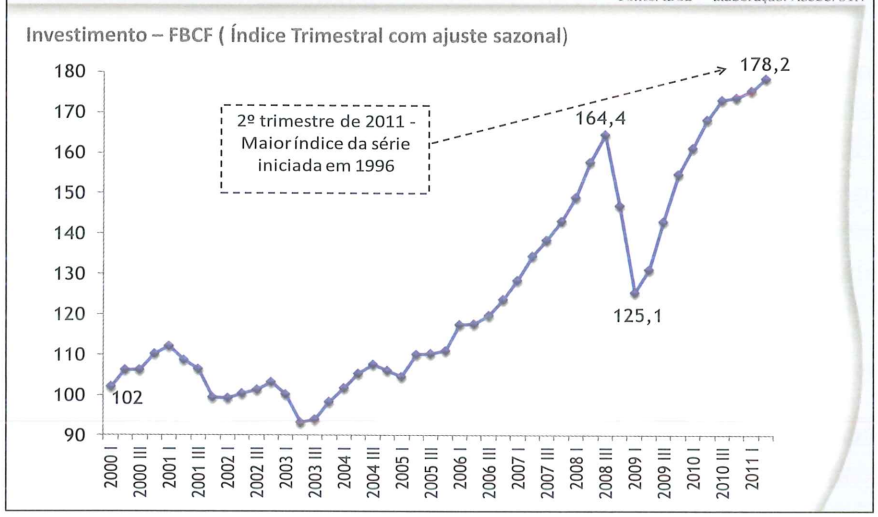
tores conservadores criticaram as medidas do governo no sentido de financiar o BNDES. Nós promovemos três capitalizações do BNDES – de 100 bilhões, de 80 bilhões, e depois de 50 bilhões – para lhe dar *funding* para aumentar o investimento no Brasil, porque para nós isso é essencial. Se o Brasil não tiver condição de manter a taxa de investimento forte, o nível de melhoria do mercado interno tende a sofrer enorme pressão inflacionária e então vai aumentar o juro e reduzir o crescimento.

Por isso, precisamos aumentar a taxa de investimento. O investimento de longo prazo do Brasil, o financiamento de longo prazo do setor privado, é muito pequeno e difícil. Implementamos uma série de medidas para estimular o setor privado, mas enquanto isso não acontece o próprio setor público, através do BNDES, tem de atuar assim. Uma das coisas a respeito das quais mais nos criticam é porque o governo faz empréstimos para o BNDES. Mas acreditamos que isso é fundamental. Ter capacidade de manter taxa de crescimento alta é um debate político, ideológico e econômico essencial para o Brasil.

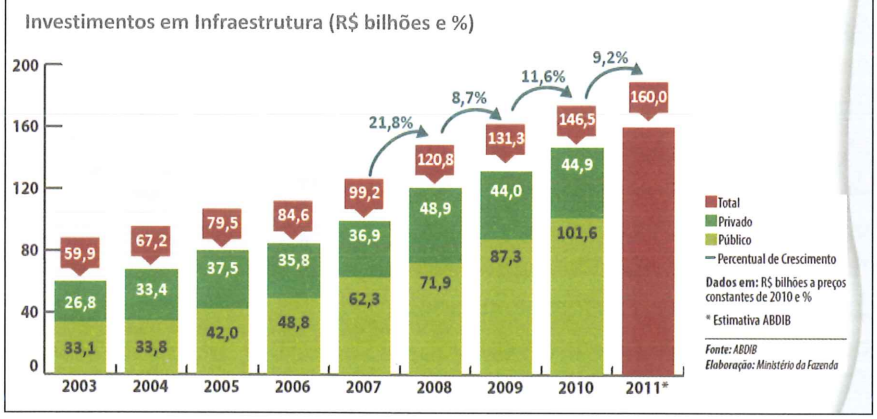
Em relação aos investimentos em infraestrutura – públicos e privados –, mantivemos uma taxa crescente (gráfico 17), que adquiriu outro patamar com o PAC. E a previsão para esse ano também é de um valor maior de investimentos. O PAC é, antes de mais nada, um instrumento de retomada do planejamento governamental.

Crescimento da taxa de investimento 16

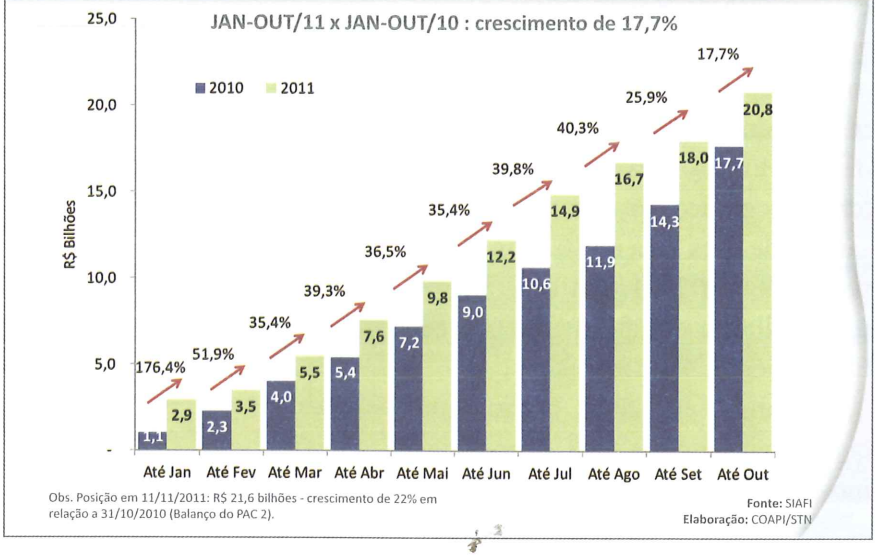
Fonte: IBGE Elaboração: ASSEC/STN



Crescimento dos investimentos em infraestrutura 17



Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - Valores Pagos 18



O gráfico 18 mostra os pagamentos do PAC até outubro passado, que este ano tiveram um crescimento menor, porque é o primeiro ano de governo e houve muita troca de equipe. Mas ainda assim houve crescimento.

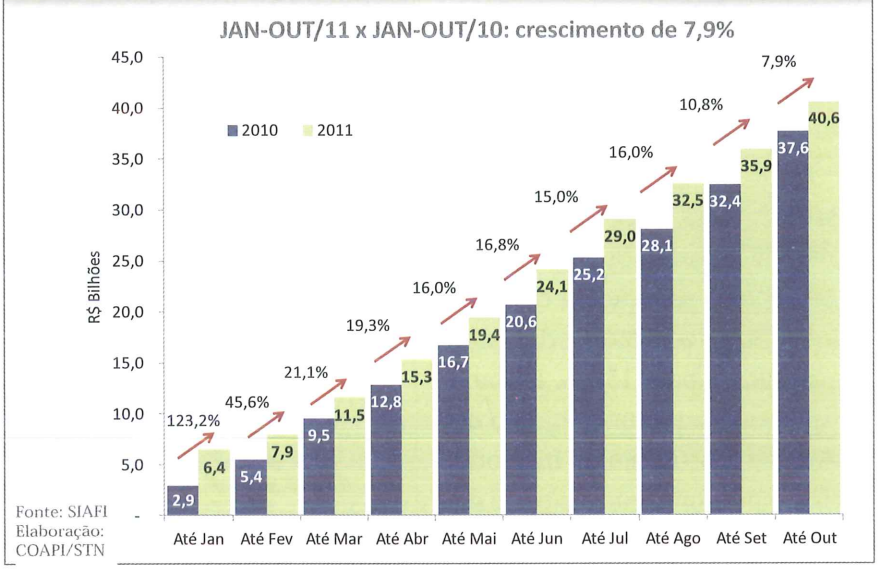
O nosso programa habitacional Minha Casa, Minha Vida é um elemento muito importante também (gráfico 19). E tivemos ainda uma criação líquida de cerca de 2 milhões de empregos novos por ano, no último período – inclusive nos momentos de crise (gráfico 20).

Por fim, ressalto a mudança do mercado interno e da área social, que alavanca esse crescimento econômico. Não vou falar aqui da ampliação do investimento em educação e em outras áreas, restrinjo-me à parte do mercado interno.

Em primeiro lugar, o desemprego no Brasil caiu de 13,1%, em abril de 2004, para 5,8% em outubro de 2011. Essa linha (gráfico 21) mostra uma tendência clara de queda da taxa de desemprego, com esse patamar de criação de emprego anual.

No gráfico 22, na página seguinte, vemos que em relação ao índice de Gini – que mede o nível de desigualdade –, nós caímos de 0,561 em 2009, para 0,54 em março de 2011. Ou seja, há também uma tendência forte de redução da pobreza. O índice exibido na imagem abaixo mostra que, nos últimos oito anos, a pobreza no Brasil diminuiu 52%. Ela caiu de 28,1% da nossa população, para 13,5%. Ainda é muita gente, ainda é inaceitável. E, por isso,

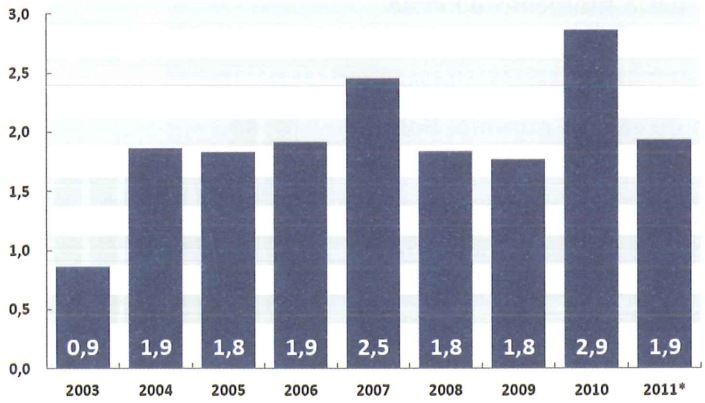
Investimento Total + MCMV – Valores Pagos 19



Fonte: SIAFI
Elaboração: COAPI/STN

Mesmo com arrefecimento do crescimento, criação de empregos é forte 20

Criação líquida de empregos, em milhões de postos de trabalho

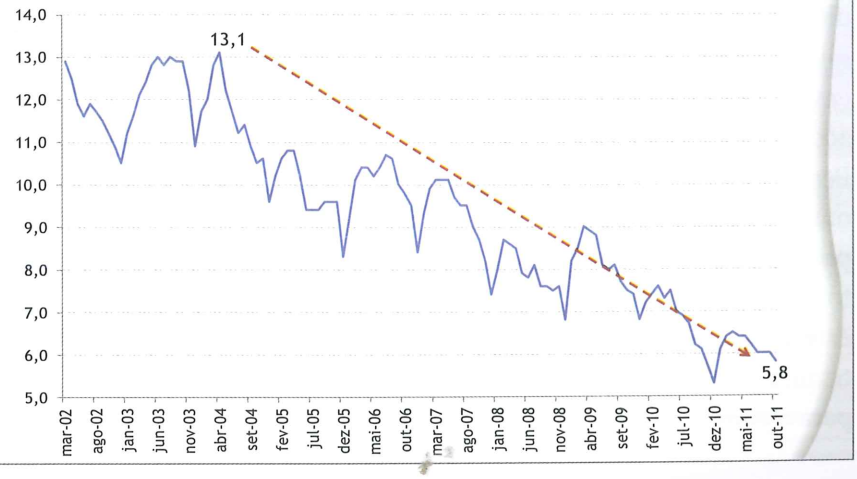


(*) Dados de 2011 referem-se apenas aos empregos celetistas informados pelo CAGED até outubro.

Mesmo com arrefecimento do crescimento, criação de empregos é forte 21

Queda consistente na Taxa de Desocupação, % da PEA

Fonte: IBGE Elaboração: ASSEC/STN



essa é uma das maiores prioridades do governo da presidente Dilma Rousseff: continuar e aprofundar o combate à pobreza absoluta e à miséria no Brasil.

Houve a formação de uma classe C forte, que cresceu de 37,6% da nossa população para 50,5%. E uma redução da classe D – de 26,7% para 23,6% – e da classe E – de 28,1% para 15,3%. Portanto, apresentei aqui um conjunto de dados que mostram uma melhoria social importante, que faz parte da nossa análise. Ou seja, o mercado interno dinâmico que foi construído é um dos elementos que garantem ao Brasil a capacidade de se sair bem deste momento de crise internacional.

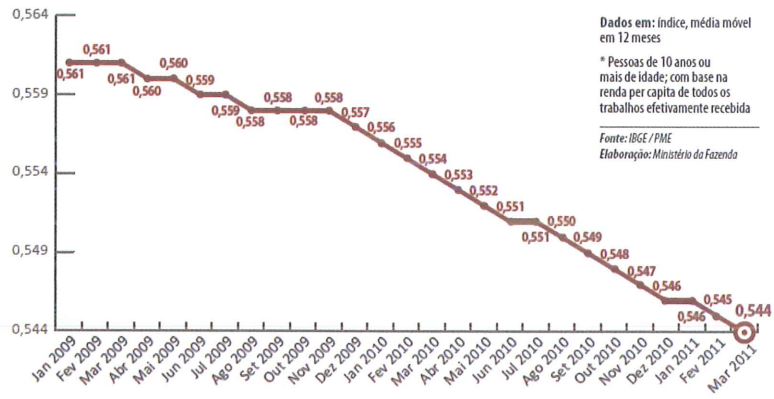
Isso se deve a várias políticas. Aumento do salário-mínimo, Bolsa Família, conjunto das políticas previdenciárias – demos reajustes para os demais benefícios, também acima da inflação –, as políticas sociais de uma forma geral e as políticas de educação são essenciais para o crescimento econômico e uma capacidade de médio prazo.

A tese que queria demonstrar aqui é que há razões para acreditar na capacidade do Brasil de sair desta crise internacional forte em condições boas, como de fato aconteceu na crise de 2009-2010. Penso que, de uma forma ou de outra, construímos saídas para as principais restrições ao crescimento – que são históricas: a restrição externa, o investimento, a infraestrutura pública. Ou seja, há razões para algum otimismo. ■

Redução da desigualdade de renda e da pobreza

22

Distribuição da Renda – Índice de Gini



Dados em: índice, média móvel em 12 meses

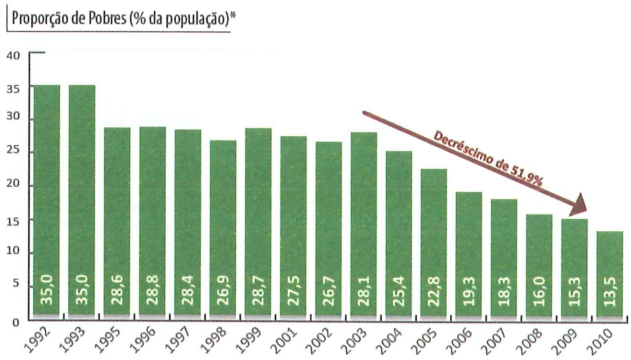
* Pessoas de 10 anos ou mais de idade; com base na renda per capita de todos os trabalhos efetivamente recebida

Fonte: IBGE / PME
Elaboração: Ministério da Fazenda

Pobreza caiu 52% em 8 anos

23

O Brasil antecipou em oito anos as Metas de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidas em 1990, pelas Nações Unidas, para a redução da pobreza pela metade em 2015. No período compreendido entre 2003 e 2010, a pobreza foi reduzida em 52%



Dados em: % da população

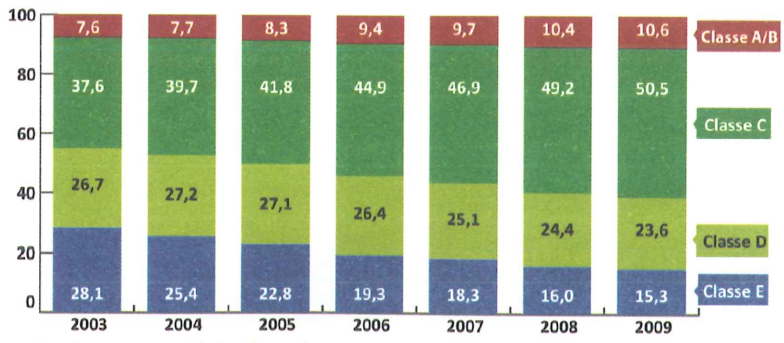
* Pessoas com renda per capita inferior a R$ 137

Fonte: FGV
Elaboração: Ministério da Fazenda

Formação do mercado de consumo de massa

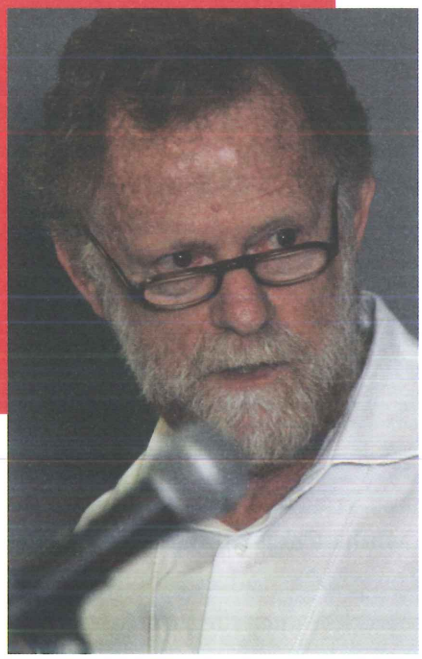
24

Aumenta participação das classes A/B e C, e reduz-se a participação das classes D e E.
Em % da população*



* Renda per capita mensal do domicílio por classes a preços de 2009:
Classe A/B: mais que R$ 4.800
Classe C: entre R$ 1.115 e R$ 4.800
Classe D: entre R$ 804 e R$ 1.115
Classe E: até R$ 804

Fonte: FGV
Elaboração: Ministério da Fazenda



Ricardo Bielschowsky

Economista, professor doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão ligado às Nações Unidas.

"Investir é a forma de compatibilizar crescimento com estabilidade macroeconômica e de "governar" o atual padrão de desenvolvimento iniciado nos governos da coligação partidária que organizou este seminário".

Estou beneficiado aqui pelas intervenções excelentes, que me antecederam. Vou continuar aqui na toada do "otimismo moderado" e discutir um pouco se estamos vivendo um novo padrão de desenvolvimento no Brasil. O otimismo moderado consiste em chegarmos à conclusão de que sim.

Vou focar na ideia de motores e freios do investimento, que é uma boa forma de conectar a macro com o desenvolvimento, porque afinal de contas o investimento é função objetiva, em médio e longo prazo, de uma boa macroeconomia. Ao mesmo tempo, é a fórmula fundamental, a variável fundamental, o processo fundamental de transformação.

O desenvolvimento econômico é crescimento com transformação estrutural, que leva ao progresso técnico, aumento de produtividade e, quando bem conduzido, aumenta o bem-estar da população.

Então, começo minha apresentação neste seminário com uma perspectiva histórica rápida e apresento dois argumentos como introdução. As taxas de investimento a preços correntes chegaram a 22% do PIB na média de 1971 a 1982, como podemos ver no quadro ao lado.

Persistência de baixas taxas de investimento desde 1983

TAXAS MÉDIAS DE INVESTIMENTO (% do PIB, a preços correntes)	
1971-1982:	**22,2**
1983-1994(*):	**19,3** (*exclui 1987-89)
1995-2002:	**16,9**
2003-2006:	**16,0**
2007-2011:	**18,3**

Conservei 1971 e 1982 no quadro por ser o finalzinho do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Depois, a taxa cai a 19% do PIB. Não é muito exato, pois esses números são muito ruins por causa da hiperinflação, que não deixou medir direito. Mas o importante é que de 1995 a 2002 a taxa de investimento foi próxima de 17%; de 2003 a 2006 desce a 16%; e finalmente, em 2007, começa a crescer. No ano passado, tivemos um trimestre que quase bateu em 20%. De qualquer maneira é uma taxa de investimento bastante baixa e é necessário aumentá-la.

Segundo ponto que quero colocar para ter uma perspectiva histórica: que fase é essa que estamos vivendo? Tivemos, entre 1930 e 1980, uma fase, um padrão de comportamento de industrialização. Ideologicamente foi uma era desenvolvimentista, sobretudo a partir de 1950. E a estratégia correspondente foi a de industrialização puxada pelo Estado, com taxas de crescimento superiores a 7% ao ano. Entre 1981 e 2002 prevaleceu a perplexidade, seguida da ascensão do pensamento liberal. A estratégia aí foi de sobrevivência, administração da estabilidade macro, reformas neoliberais e depois prioridade absoluta ao Plano Real, deixando a questão do crescimento e do desenvolvimento de lado. Tivemos 2% de crescimento em média. Meu colega Carlos Mussi, da Cepal, e eu chamamos isso de "a era da instabilidade econômica inibidora do crescimento e das ideias desenvolvimentistas". A partir de 2003, enfim, a partir do início do nosso governo, estamos vivendo um novo padrão de desenvolvimento e um novo desenvolvimentismo? Temos uma nova estratégia de desenvolvimento que corresponde ao novo padrão?

Uma estratégia de desenvolvimento é o desenho da condução deliberada por governos e atores sociais de um padrão. E o padrão é uma coisa muito idiossincrática, muito própria de cada país. Depende dos recursos de que dispõe esse país, depende se o investimento se destina mais ao mercado externo ou ao interno, mais a consumo de elites ou a consumo de massas. Depende de coordenação e liderança do processo de investimento, inclusive das políticas macroeconômicas. Primeiro porque o Brasil se encontra nos estágios iniciais, desde o primeiro governo, de um possível novo padrão de desenvolvimento – o novo modelo iniciado no governo Lula e em curso no governo Dilma.

É possível identificar nas políticas do governo uma série de convergências na direção de uma estratégia de desenvolvimento correspondente a esse novo padrão.

Se a crise tivesse arrebentado dez anos atrás seria um chororô geral hoje. Estamos numa situação brasileira muito melhor do que há dez anos. Podemos identificar um padrão de desenvolvimento e uma estratégia correspondente que nos permitirá atravessar bem esse período, acredito eu.

Meu segundo argumento: é fundamental e possível, para confirmar esse padrão, implementar uma macroeconomia pró-investimento. Um modelo de crescimento com estabilidade via aceleração dos investimentos (na linha do que Arno Augustin afirmou que é desejo da equipe macroeconômica do governo).

É possível identificar um novo padrão de desenvolvimento e é possível extrair notícias neste sentido dos planos do governo federal. São vinte: três planos plurianuais, três de política industrial (o último agora é o Brasil Maior), o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), o Minha Casa, Minha Vida – que é parte do PAC – e os programas todos. São vinte e não conversam muito entre eles, mas a leitura sistemática deles nos permite verificar que convergem na direção de uma estratégia. É preciso uma coordenação maior entre esses planos todos. Mas por detrás podemos ver uma convergência na direção de uma estratégia. E essa estratégia corresponde a três eixos ou motores de investimento. Isso é uma tentativa de síntese para facilitar a reflexão nossa, dos partidos, do governo e da sociedade. Uma modesta contribuição nesse sentido.

A estratégia corresponde a três eixos ou motores e um eixo transversal aos três cuja função principal é potenciá-los. Depois tem outras quatro dimensões críticas do processo de desenvolvimento.

Primeiro eixo ou motor do desenvolvimento: o crescimento com redistribuição de renda por meio da produção e consumo de massa. Bens finais e suas cadeias produtivas. Um eixo ativo e promissor. Segundo: as atividades baseadas em recursos naturais, e em suas cadeias produtivas. Também está ativo e é promissor. Terceiro: a construção de infraestrutura e atividades em suas cadeias produtivas. E quarto (menos ativo, e é transversal aos três primeiros, e pode efetivamente turbinar os três outros motores, pelos efeitos sobre produção e emprego nas cadeias de valor): inovação e produção nacional de bens e serviços nos setores de alta intensidade tecnológica.

Vou falar um pouco sobre a ideia do modelo de

Novo padrão e nova estratégia de desenvolvimento de desenvolvimento (1): Os três motores do investimento

1) Crescimento com redistribuição de renda por produção e consumo de massa: bens finais e suas cadeias produtivas (ativo e promissor);

2) Atividades baseadas em recursos naturais e em suas cadeias produtivas (ativo e promissor);

3) Construção de infraestrutura e atividades em suas cadeias produtivas (ativo e promissor);

Quarto eixo de investimento, transversal aos demais (ainda insuficientemente ativo), que pode "turbinar" os três outros efeitos sobre a produção (e o pemprego) nas cadeias de valor: inovação e produção nacional de bensa e serviços nos setores de alta intensidade tecnológica (bens de capital, TICs, etc).

consumo de massa. Ela está no programa de campanha do Lula, que nós fizemos em 2001-2002. E também no plano plurianual que Guido Mantega nos pediu para organizar, no Ministério de Planejamento. É uma ideia simples, que correu nos bons tempos do crescimento europeu, japonês e até americano: os investimentos em bens de capital e em conhecimento geram progresso técnico e aumento de produtividade e competitividade. Isso viabiliza, quando se tem uma política social e organização sindical voltada para esta finalidade, o aumento de rendimento das famílias trabalhadoras, que amplia a demanda popular aos setores modernos, e isso pressiona os investimentos em bens de capital, em conhecimento.

Faço agora uma homenagem ao mestre Celso Furtado. Nos anos 1960, ele comparou a estrutura produtiva brasileira, que estava indo por setores cada vez mais intensivos em escala, à semelhança dos países desenvolvidos, e a estrutura distributiva. Verificou e argumentou que essa estrutura produtiva é feita para as elites, e isso então estaria dando rendimentos decrescentes de escala e estagnação.

E, em seguida, a mestra Conceição, no texto clássico com Serra, disse: "Olha, não dá estagnação!". Não deu. Foi brilhante a construção analítica de Celso Furtado, mas não deu. E então foi colocado por Conceição e Serra que é possível, sim, o capitalismo crescer concentrando a renda. Depois então ficou no imaginário coletivo das forças progressistas deste país, na luta contra a ditadura, recuperar a democracia para pressionar os governos a mudar o modelo. Mas naquela época pensávamos tanto no modelo produtivo como no distributivo. E nosso querido Antônio Barros de Castro, que faleceu tragicamente e está fazendo uma falta tremenda, observou dados que estavam sendo produzidos e disse: "Olha, quando o pobre aumenta o seu rendimento, consome bens da modernidade". Portanto, é possível crescer e aumentar a produtividade concentrando a renda, mas também é possível, é promissor, crescer e aumentar a produtividade desconcentrando a renda, através do mercado de consumo de massa. Isso, então, nós resgatamos, foi colocado no programa de campanha e deu certo.







Não basta fazer consumo de massa. Tem que fazer produção e consumo de massa. Não é para consumir em massa aqui no Brasil e produzir em massa na China! É por isso que o desenvolvimento social também é o desenvolvimentismo nacional. Porque se não se produz aqui, não se aumentam o salário, as transferências de governo, o financiamento do social. Quer dizer: é a mesma coisa, dentro desse modelo, o social e o nacional não têm diferença. É a fusão, de que nos falava Ricardo Carneiro, que seria necessário fazer. Está feita pelo modelo, se ele for cumprido dessa forma, com a produção e consumo de massa.

O segundo aspecto é o das atividades baseadas em recursos naturais. É algo novo para nós, com a expansão chinesa, com incorporação de centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo moderno. Viramos uma fronteira de expansão de recursos naturais. Gosto muito de uma expressão usada por Alicia Bársena, secretária executiva da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), "governança de recursos naturais". Acho boa essa expressão porque é preciso tributar as rendas "ricardianas", as rendas dos altos preços de *commodities* para fazer o social, para financiar a P&D (Pesquisas e Desenvolvimento) etc., para financiar as estratégias de desenvolvimento nacionais. Em segundo lugar, é preciso aproveitar para fazer encadeamentos produtivos internos, tal como já estamos vendo na Petrobras. Enfim, há várias outras possibilidades porque os recursos naturais têm um potencial de incorporação e inovação enorme, só que temos de incorporar aqui, e não vender matéria bruta para os países centrais e deixar que eles incorporarem internamente. Portanto, esse é um motor poderoso de crescimento e de investimento, mas que precisa dos seus encadeamentos produtivos porque se não vai dar enclave. Dá enclave, por exemplo, com pouca mão de obra como já vimos na agricultura moderna.

O terceiro motor é o da construção da infraestrutura e das atividades nas cadeias produtivas da infraestrutura – também ativo e promissor. Aqui há muita inovação, e muitas cadeias de valor para ativar. Aqui, aliás, temos duas coisas: além da adição do Pré-Sal, em termos de arrecadação, a queda dos juros, que vai nos permitir ampliar os investimentos em infraestrutura. Felizmente, temos o PAC e todo esse esforço em torno disso.

O quarto eixo é a inovação. É a que permite turbinar esses três motores. Eu pergunto: que outro país do mundo tem todas essas possibilidades? Talvez haja um ou outro. A Argentina, de alguma maneira, se aproveitar o mercado interno brasileiro, pode se aproximar. Mas, enfim, há raríssimos países, hoje, com esses três motores, inclusive uma tradição de política industrial e um sistema nacional de ciência e tecnologia que potencialmente poderia ser aproveitado para turbinar esses três motores.

Claro, não podemos esquecer as outras dimensões críticas da estratégia: bem-estar social e inclu-

são; redução das disparidades regionais; integração territorial; desenvolvimento sustentável; e reformas institucionais.

Questões levantadas à estratégia centrada nos "motores de investimento" pela perspectiva estruturalista (da Cepal)

Quais seriam essas questões?? Três características do subdesenvolvimento latino-americano, segundo análises estruturalistas "cepalinas", infelizmente ainda estão vivas porque o subdesenvolvimento não foi superado. Houve, claro, nos últimos 60 anos muito progresso, mas o subdesenvolvimento não foi superado em três elementos básicos: heterogeneidade estrutural; baixa e inadequada diversidade produtiva e exportadora, que dá vulnerabilidade externa; e institucionalidade inadequada no que se refere a funções de realização de investimento no progresso técnico. O Estado é pouco vocacionado, e o empresariado também, para isso.

Então temos algumas perguntas.

- O modelo atual do consumo de massas é um processo relativamente intensivo em trabalho?

- O modelo está determinando investimento em produção em massa no Brasil ou de consumo em massa no Brasil e produção em massa na China?

- O que está ocorrendo com o investimento nos setores *high-tech* e na inovação? Isso aqui pertence à ideia da inadequada diversidade produtiva.

- O que está acontecendo com investimentos em bens e serviços "transáveis", que suprem os investimentos em recursos naturais e em infraestrutura?

- Funcionalidade inadequada. O planejamento dos investimentos em infraestrutura e petróleo está provendo os incentivos adequados aos encadeamentos para frente e para trás?

- O que dizer (pergunta feita por Carlos Lessa) dos estímulos às inovações?

Enfim, vamos colocar um pouco de moderação nesse relativo otimismo. Mais moderação ainda porque a questão dos encadeamentos produtivos e da inovação tira um pouco do entusiasmo, porque sabemos que temos uma batalha muito grande pela frente. Não bastam só os motores, é preciso turbiná-los através desse eixo vertical.

Três características do subdesenvolvimento latinoamericano segundo a análise estruturalista cepalina	Algumas questões relativas aos impulsos potenciais de investimento a partir de uma perspectiva estruturalista
Heterogeneidade estrutural (produtiva e social)	1) O modelo atual de consumo de massa é um processo relativamente intensivo em trabalho? 2) O modelo está determinando investimento em produção de massa no Brasil? (ou trata-se de consumo de massa no Brasil e produção de massa na China?)
Baixa (inadequada) diversidade produtiva e exportadora (volatilidade de capitais internacionais) e vulneralbilidade externa	1) O que está ocorrendo com o investimento em setores "high-tech" e na inovação? 2) O que está ocorrendo com investimentos em bens e serviços "transáveis" que suprem os investimentos em recursos naturais e em infraestrutura (nas cadeias produtivas?)
Institucionalidade inadequada no que se refere a funções de realização de investimento e progresso técnico	O planejamento dos investimentos em infraestrutura e petróleo estão provendo os incentivos adequados aos encadeamentos para frente e para trás?

Freios ao investimento

Os freios ao investimento são muitos, apesar de tudo. Não só a crise mundial. Temos de reconhecer esses freios, identificá-los, reconhecê-los para saber que não é fácil investir. É difícil. Temos de nos dedicar muito a essa tarefa de aumentar o investimento porque as causas para uma baixa taxa de investimento são muitas. É preciso de alguns anos de crescimento para renovar o espírito empreendedor que havia lá atrás. E quando se está finalmente chegando a um entusiasmo maior de investimento vem alguma coisa e atrapalha. Há muitas causas para o baixo investimento.

Se abrimos a economia, naturalmente baixamos a rentabilidade e são introduzidos riscos e incertezas que eram de fora. Então, é um quadro que para o empresário privado se torna mais difícil. É uma dificuldade de um novo padrão de investimento dessa nova fase.

O que significou a privatização, em termos de investimento? Não estou falando de eficiência macro e microeconômica, nada disso, mas de investimento. Ela significa uma exigência maior de rentabilidade e uma aversão maior a riscos e incertezas. Portanto, isso aqui é mudança, isso foi a década de 1990.

Muito bem. As taxas de juros têm sido elevadas, estão baixando. Tomara que dê certo essa queda nos *spreads*, que é muito importante. Estamos atrasados na busca de menores *spreads*. Se alguém quiser duplicar uma fábrica pega o dinheiro barato do BNDES, mas tem que quase duplicar o seu capital de giro com taxas médias de 20% a 30% ao ano. É muito caro. Isso também trava e aqui tem muita coisa para fazer.

A apreciação da taxa de câmbio enfraqueceu investimentos em bens transáveis (outros, mas não os recursos naturais), especialmente nas condições de competição acirrada com a Ásia e com a China. Corre-se o risco de ter uma redução no efeito acelerador por conta de uma desindustrialização. Essa desindustrialização não pode acontecer, porque inclusive ela vai bater numa redução do investimento, vai vazar para o exterior a energia da demanda efetiva interna.

Até 2006, o investimento público foi restringido por políticas fiscais bastante ortodoxas, e nesse primeiro semestre foi preciso fazer um freio de arrumação. Claro, baixo investimento público significa menor incentivo ao investimento privado – o famoso fenômeno do *crowding in*. Está havendo menos *crowding in* por causa do baixo investimento público. Está crescendo o investimento. É fundamental que cresça e se multiplique. Foi uma recuperação sem a qual seria muito difícil efetivamente ingressar nesse novo padrão.

Mas a expansão do investimento ainda se mantém relativamente modesta: 4,2% ao ano, em média, de 2004 a 2011. E isso, pelo lado dos estímulos de demanda efetiva, não é um estímulo extraordinário. Finalmente, com a crise internacional, as perspectivas com relação às vendas futuras restringem também razoavelmente o investimento.

Repito: não é para desanimar, é para fazer um mapa das futuras dificuldades. Dada a relativa solidez do quadro macro brasileiro – muito bem apresentada aqui por Arno Augustin e também na linha do Ricardo Carneiro –, e dado o extraordinário conjunto de causas para uma baixa taxa de investimento, é possível e necessário praticar agressivas políticas macroeconômicas e industriais pró-investimento e pró-inovação e competitividade. Além de intensificadas políticas de inclusão social que fortalecem o modelo de consumo de massas. No âmbito macroeconômico, políticas fiscais pró-investimentos produtivos sociais. Políticas de menores juros e taxas de câmbio menos apreciadas, questão central da economia política brasileira desde 1994. No âmbito das políticas industriais, ampliação do investimento em infraestrutura, inovação e no setor de *hi-tech*. E no de políticas sociais, o aumento do salário-mínimo, Bolsa-família, Minha casa, Minha Vida, Pronaf, com três efeitos: justiça social, eficiência econômica e mercado de consumo de massa. São três efeitos.

E finalmente, dada a presença de poderosos motores de investimento, após ter políticas macroeconômicas, industriais e sociais para fortalecê-los, temos altas chances de ser plenamente recompensados com um ciclo de desenvolvimento de longo prazo.

Investir é a forma de compatibilizar crescimento com estabilidade macroeconômica e de "governar" o atual padrão de desenvolvimento iniciado nos governos da coligação partidária que organizou este seminário. ■

PAINEL 3

O BRASIL FRENTE À CRISE - POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS









EXPOSITORES:

Tânia Bacelar

Marcio Pochmann

Wilson Cano

Nelson Barbosa

MODERADOR:

Paulo Rubem Santiago - deputado federal pelo PDT-PE



Tânia Bacelar

Economista e socióloga, doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, exerceu vários cargos públicos e atualmente é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo também sócia da CEPLAN (Consultoria Econômica e Planejamento).

"Precisamos considerar que o fato de estarmos em um país continental, com uma história de construção desigual, é, ao mesmo tempo, um problema e uma oportunidade".

Considero muito positiva a realização deste debate, organizado por quatro instituições diferentes, que têm uma responsabilidade no que está acontecendo no nosso país e, portanto, têm de continuar pensando o Brasil. Tratamos aqui de um mundo em crise, mas, pela conclusão de outras mesas deste seminário, no Brasil, temos de estar com um olho na crise e outro no futuro. Porque estamos em uma situação privilegiada.

E podemos olhar para o futuro – no meio de um turbilhão pelo qual passa o mundo – exatamente por causa dos avanços que construímos nos anos recentes, em um ambiente de redemocratização, que talvez tenha sido a nossa principal conquista. A redemocratização foi criando as condições para pensarmos alternativas diferentes daquelas que vivemos no passado. Então é muito positivo podermos, num cenário como este, olhar para o futuro e divergir em relação a ele.

EDUCAÇÃO

Pela minha avaliação, o Brasil tem um grande desafio, que é a educação. Nesse sentido, vou discordar de quem considera que já avançamos bastante. Acreditamos que caminhamos, mas o Brasil ainda está longe de fazer o que precisa.

Concordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, que diz não ser possível escolher entre a educação fundamental, a média ou a superior. Mas a nossa educação fundamental é muito ruim e é uma das máquinas de gerar desigualdade no Brasil. Porque ela já seleciona na porta de entrada. Os que vão para a rede pública ruim já entram na vida social em desvantagem em relação àqueles com chance de estudar em uma escola razoável. E digo razoável porque o nosso ensino privado também não é uma maravilha.

Um país como o nosso, que tem diante de si as oportunidades já abordadas neste seminário, precisa ter como objetivo colocar todos os jovens e crianças na escola de qualidade, com educação integral, pela manhã e à tarde. O potencial cultural do Brasil nos remete a este compromisso. E estamos muito longe disso. Nós nos contentamos com a definição do tal percentual de 7% do PIB a ser investido em educação. Para mim, isso não diz nada.

Esta não é a questão. O que outros países fizeram – e que deveríamos seguir – é proporcionar educação

de qualidade, de manhã e de tarde, para todos. A meu ver, essa é uma bandeira que não conseguimos pegar. E a sociedade brasileira, desse ponto de vista, está mudando.

Confesso que, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o ProUni (Programa Universidade para todos) – sou professora de universidade federal –, eu fui contra, sob o velho argumento de que esse dinheiro deveria ser investido em escolas e universidades públicas, que são as melhores do país. Mas, dois ou três anos depois, ao ver o resultado do ProUni, me calei. Porque os números do programa são fantásticos: 700 mil jovens foram beneficiados.

Na universidade pública brasileira, hoje, há um milhão de jovens. No sistema de ensino superior federal, cerca de 700 a 800 mil pessoas, já que São Paulo tem universidade estadual. Então, é como se tivéssemos dobrado a oferta. O que isso está sinalizando? Uma fome de acesso ao ensino superior, que é algo fantástico. Esse é um recado que a sociedade manda aos partidos de esquerda. A meu ver, não podemos parar de discutir sobre isso.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em minha opinião, a segunda prioridade deve ser desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. O economista Theotonio dos Santos foi muito feliz em sua fala durante o seminário, ao dizer que esta crise mundial não é só financeira. Há uma crise financeira brutal, mas, por dentro dela, existe uma mudança de paradigmas técnicos que é de grande profundidade.

O Brasil é um país que está construindo o seu futuro, no meio desta mudança. Então, em relação a esta segunda prioridade não nos podemos dar por contentes porque já conseguimos avançar. De fato, melhoramos. Montamos um sistema de ciência e tecnologia. Temos hoje prioridades claras neste sistema. Há um trabalho, feito nos anos recentes, que merece o nosso reconhecimento. Mas falta muito. Quando consideramos China ou Índia, vemos que estamos muito longe dos desafios e das necessidades que vêm por aí.

Por isso fico muito triste com o debate que estamos fazendo sobre o uso dos recursos públicos do Pré-Sal. Creio que esses quatro partidos – PCdoB, PT, PSB e PDT – têm uma grande responsabilidade nesta discussão. Trata-se de um recurso não-renovável, que vai gerar uma receita adicional para o país em um momento muito especial da vida brasileira. É uma oportunidade e não encaminhamos a discussão sobre a destinação destes recursos como deveríamos. Porque quem tem dez prioridades, não tem nenhuma. Nesse sentido, estes quatro partidos são muito importantes porque têm peso no Congresso – não só em quantidade, mas em qualidade. Eles são referência no debate dentro do Congresso. Este é mais um desafio muito grande a ser enfrentado.

DESIGUALDADES REGIONAIS

Quero também trazer uma discussão a partir da minha especialização, que é o desenvolvimento regional. Porque todo mundo fala da desigualdade social, mas existe a outra, que é também uma herança pesada: a desigualdade regional. Nenhum outro país teve a ousadia que o Brasil teve no século XX: colocar 80% da indústria brasileira em uma única região – e quase metade em uma única cidade. Isso gerou consequências muito graves e que são sentidas até hoje.

Foi muito interessante o que aconteceu no Brasil nesta primeira década do século XXI. Porque nós, de fato, não fizemos políticas regionais. Quando observamos o Ministério da Integração – trabalhei lá no início, mas tenho que ser sincera –, vemos que não fizemos políticas regionais. Continuamos tendo, como políticas regionais, os fundos constitucionais, que são interessantes, mas são, na verdade, créditos à atividade produtiva.

Mas houve uma experiência muito interessante, que foi inserir a discussão regional nas políticas nacionais. Esta questão também já foi tratada neste seminário. O padrão de crescimento do Brasil não gerou só a classe C. Ele teve também um impacto favorável às regiões mais pobres do Brasil, porque lá está a maior concentração de pobres.

É muito interessante ver que o jeito que escolhemos crescer, nesta primeira década do século XXI, fez com que a taxa mais elevada de criação do emprego formal fosse a do Norte e do Nordeste. Não é a do Sul e do Sudeste. Lideram as vendas no varejo, nos últimos anos, as regiões Norte e Nordeste. E o consumo puxou o investimento. Grandes grupos começaram a desembarcar nas regiões mais pobres, para ocupar aquele espaço de mercado. O dinamismo foi tão forte, que teve a capacidade de atrair os investidores.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também teve um impacto muito grande. No Norte há as obras de infraestrutura, que têm um peso enorme. Mas, no Nordeste, ocorreram ainda algumas obras importantes, como a Transnordestina, a Transposição, a duplicação da BR-101. Houve um aumento significativo do investimento, que vai deixar outro padrão de infraestrutura e ajudou a dinamizar a realidade daquelas regiões mais pobres.

Avalio também que houve uma mudança no investimento em educação que foi muito importante. Ousamos colocar o investimento em educação no interior do Norte e Nordeste do Brasil. Porque uma coisa é colocar uma escola técnica no interior de São Paulo, outra é instalá-la no interior do Ceará, onde causa um impacto impressionante. Atrai os professores, os alunos e mexe com a vida das cidades.

Acredito que, nesta década, aprendemos também que escolhas certas em nível nacional – com a leitura adequada da realidade territorial do Brasil – são um caminho muito adequado.

O Brasil tem três grandes concentrações: no litoral, em oposição ao interior; no Sudeste e Sul *versus* Norte e Nordeste; e das grandes cidades. E, neste último caso, há também uma novidade: o crescimento mais rápido das cidades médias brasileiras, confirmado pelo Censo.

Aquele Brasil que crescia nas grandes cidades é o Brasil do século XX. O Brasil do século XXI está crescendo nas cidades com população entre 100 mil e 2 milhões de pessoas – uma oportunidade muito interessante para construir um Brasil diferente.

Na verdade, hoje há dois grandes desafios: consertar o Brasil que construímos no século passado – o que é muito difícil e muito caro –, e aproveitar esta outra oportunidade para fazer direito agora nas cidades médias – e isso não é tão caro e nos levaria a um padrão de cidade muito melhor.

São mudanças que estão ocorrendo na dinâmica de ocupação do espaço territorial do Brasil e que têm de estar presentes em nossas discussões. Precisamos ter esta visão segundo a qual o fato de estarmos em um país continental, com uma história de construção desigual, é, ao mesmo tempo, um problema e uma oportunidade. E que este não pode ser um tema marginal. É necessário cravar todas as discussões de política também com a leitura da dinâmica regional do país.

Por fim, exponho outra preocupação, com um olhar menos otimista. Precisamos prestar atenção agora na modesta desconcentração industrial que fizemos nos anos recentes. Todos os estudos de economia regional mostram que, na verdade, o padrão de concentração diminuiu, mas está ocorrendo o que temos preferido chamar de uma desconcentração concentrada. Porque ela vai do Sudeste na direção do Sul; da cidade de São Paulo na direção do interior de São Paulo e rumo ao Mato Grosso do Sul; no Nordeste, ocorre no litoral; no Norte, em Manaus. Portanto, é uma desconcentração concentrada.

Mas acredito que o Pré-Sal – para vermos como é importante discutir esta questão – pode introduzir um viés concentrador. Já tomamos decisão de não exportar petróleo bruto. Vamos transformar o petróleo, para vender produtos mais elaborados. E usaremos o potencial deste segmento para puxar a indústria de fornecimento.

Então, quando pensamos onde está a tal indústria de fornecimento – que na verdade é eletro-metal-mecânica –, 70% delas estão no Sudeste. E não podemos trabalhar com a visão de que o Pré-Sal não é importante. Ele é muito importante, já lidera hoje os investimentos na indústria do Brasil e isso tende a se ampliar nos próximos anos. O Pré-Sal será uma maquininha de puxar desenvolvimento industrial nos próximos anos no Brasil. Portanto, é uma discussão que também precisa estar na nossa agenda.

Um setor menos importante, mas que também vai na mesma direção, é o da produção de automóveis, a indústria automotiva. Pelos dados disponíveis, estas empresas querem crescer muito no Brasil. A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) trabalha com a ideia de praticamente dobrar a produção de automóveis no país nesta década. Há cerca de nove ou dez grandes unidades sendo anunciadas.

E, de novo, quando olhamos as preferências locacionais, elas estão todas de Belo Horizonte para baixo. O Nordeste conseguiu levar a Fiat agora, mas com base em muito incentivo fiscal – apesar de o mercado do Norte e Nordeste também estar muito dinâmico e ter sido uma das surpresas para quem não acreditava neste potencial.

Então, já que estamos olhando para o Brasil do futuro, a dimensão territorial precisa estar presente em nossas discussões. Porque o país tem um potencial muito grande de se dar bem nas próximas décadas, mas também pode ser que desfaçamos algumas conquistas da década recente.

Manter o Brasil crescendo, para mim, não é o grande desafio. Apesar da crise que está lá fora, dos seus desdobramentos e da longevidade com que ela vai se desenrolar, temos margem de folga para ir empurrando a bola do crescimento. Portanto, devemos discutir qual Brasil queremos no futuro, quais são mesmo as nossas bandeiras. E sugiro que não seja esquecida a dimensão territorial, num país continental e tão desigual como o nosso. ■



Marcio Pochmann

Economista, professor livre-docente licenciado na área de economia social e do trabalho na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou em instituições como Dieese, Sebrae e OIT. Foi secretário municipal do desenvolvimento, trabalho e solidariedade da cidade de São Paulo entre 2001 e 2004. Desde 2007 é presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

"Fizemos muito bem as ações de distribuição de renda pelas políticas sociais, mas estamos longe de ter uma política de redistribuição de renda, que é algo diferente".

Vou dividir minha fala em três partes. Na primeira, brevemente destaco os elementos que, em minha opinião, caracterizam a inflexão da trajetória brasileira neste início do século XXI em relação às duas últimas décadas da virada do século passado. Na segunda, quero questionar se essa inflexão que vivemos tem continuidade, se há obstáculos à continuidade. Finalmente, na terceira parte procuro questionar também se essa inflexão é suficiente para nos levar a um quadro de desenvolvimento.

Vivemos o final de um século muito difícil do ponto de vista econômico-social. Poderia, assim, simplificadamente, dizer que houve uma combinação de regressão econômico e social. Há três dados neste sentido para os quais quero chamar a atenção. Em 1980 éramos a 8ª economia do mundo, os salários representavam 50% do PIB e tínhamos 1,2 milhão de desempregados. Vinte anos depois, o Brasil é a 14ª economia do mundo, os salários representam 39% do PIB e temos 10 milhões de pessoas desempregadas. Esse é o quadro de duas décadas.

Em 2010, temos menos de 6 milhões de desempregados, somos a 7ª economia do mundo e a participação dos salários no PIB está ao redor de 44%. Há um movimento diferente, no meu modo de ver, uma inflexão, e essa inflexão pode ser caracterizada por três elementos – para mim, elementos de uma novidade. O primeiro está relacionado à formação de uma nova maioria política. Maioria política com a clareza de que não podemos mais seguir no chamado voo de galinha.

Essa nova maioria política pôs fim certamente àquela que coordenou o Brasil dos anos 1930 aos anos 1970 e que se desfez com a crise da dívida externa. Passamos por duas décadas de acordos pontuais que, de um lado, foram favoráveis, quando nós analisamos a Constituição Federal de 1988, a constituição de políticas sociais universalizantes. Mas, de outro, acordos pontuais também resultaram na privatização, na abertura comercial, em coisas extremamente desfavoráveis ao país. Essa nova maioria política é democrata, diferente um pouquinho daquela que conduziu o país dos anos 1930 aos anos 1970, período que em sua maior parte foi antidemocrático. Além de democrática, ela é heterogênea e não reformista. Essa é a nossa dificuldade, mas vamos falar mais adiante sobre este ponto.

O primeiro aspecto a ressaltar é que estamos diante de uma nova maioria política que tem clareza de

que o Brasil precisa crescer. Isso me deixa tranquilo do ponto de vista de que nós vamos crescer. É claro, tem uma série de razões que podem nos impedir, mas existe uma maioria política formada com base num acordo político de que o Brasil tem que crescer. O que não está claro dentro dessa maioria política – e que é uma disputa no interior dela – é como crescer e para onde crescer. É o Brasil dos primários ou do valor agregado? Enfim, há outra discussão aí.

O segundo elemento que quero destacar está relacionado ao reposicionamento do Brasil no mundo, analisado a partir da presença externa brasileira. Há uma ampliação das parcerias comerciais brasileiras. Nós tínhamos, em 2002, mais de ⅔ da nossa exportação destinada aos países ricos, isto foi reduzido a menos de 40%. Houve uma ampliação das relações no âmbito Sul-Sul. É forte a presença do Brasil nos fóruns internacionais, e não apenas no G20, no BRICS e também no IBAS [Fórum de Diálogo Índia-Brasil--África do Sul]. Isso significa um papel de maior protagonismo do Brasil. Temos desenvolvido muito mais a cooperação técnica. Isso significa uma mudança nas relações exteriores, que se desenvolviam praticamente para buscar dinheiro do exterior. Hoje o Brasil tem uma postura muito mais ativa em termos internacionais, até no perdão da dívida externa de países. E tem sido muito importante sua posição do ponto de vista da presença sul-americana, no que diz respeito inclusive à integração através de infraestrutura. Estamos longe do ideal, mas é um reposicionamento em relação ao que ocorria até então. Por isso, quero ressaltar esse aspecto, decorrente da mudança da política externa brasileira.

E o terceiro elemento que nos ajuda a entender a inflexão está justamente associado ao crescimento econômico com distribuição de renda. Isso foi realmente um fato marcante, importante, que se deve justamente a um crescimento centrado no trabalho. O Brasil gerou 20 milhões de postos de trabalho nesses últimos nove anos. Não ficamos prisioneiros do dado do emprego formal, mas do conjunto das ocupações. No entanto, 95% das ocupações geradas foram de até um salário--mínimo e meio. É por isso que as pessoas de menor escolaridade e os pobres tiveram acesso a uma ocupação. Se tivéssemos gerado emprego de maior remuneração, possivelmente os pobres não teriam acesso e certamente estaríamos com um estoque de desempregados em um patamar muito expressivo. No nosso modo de ver (isso é outra discussão), não se trata de classe média, mas de classe trabalhadora. Nos anos 1970 se entendeu a ascensão social dessa época – decorrente do crescimento econômico – como ampliação da classe trabalhadora. Os sindicatos, associações de bairros, comunidades eclesiais de base tiveram um papel muito importante na politização desse cimento social. Infelizmente, isso não vem ocorrendo agora e esse crescimento social emergente não tem muitas vinculações com as instituições tradicionais da democracia.

Analisemos se essa inflexão, a trajetória nacional iniciada na primeira década do século XXI, é sustentável e quais são seus obstáculos. Em primeiro lugar, em relação à maioria política para conduzir a expansão econômica, temos sérias dificuldades do ponto de vista do exercício do presidencialismo em composição. Ele agrega a maioria para podermos conduzir as decisões do ponto de vista do Congresso Nacional, mas é insuficiente para armar um projeto de médio e longo prazo. Ocupa-se em grande parte das vezes de questões de curto prazo, e não de médio e longo prazo. Então temos um problema, no nosso modo de ver, da forma como se organiza essa maioria política.

Em segundo lugar, do ponto de vista das debilidades de nossas instituições democráticas de hoje, justamente para engajar os novos personagens, estamos falando de 20 a 30 milhões de pessoas que emergiram que não vão à igreja, que não vão a sindicato, que não participam de partidos políticos. Digo isto porque tenho frequentado fóruns da igreja e os pastores também reclamam que não estão acolhendo muito esses novos pecadores.

Então, não sei. Tem sido justamente uma emergência, uma ascensão pelo mercado, pelo consumo, e é um equívoco, no meu modo de ver, entender isso como sendo classe média (deve haver uma disputa no fundo das análises sobre o tema), porque se é classe média a agenda dela é muito diferente da agenda da classe trabalhadora. Então, eles vão querer mais planos

de saúde privados, educação privada. É preciso notar a debilidade das instituições que poderiam estar com um envolvimento direto com esse segmento. Isso sem falar ainda do ponto de vista da transição – que abordo no final – em relação à emergência do trabalho no setor de serviço, trabalho imaterial, que é outra natureza de classe trabalhadora. As instituições dos trabalhadores estão bem aquém da realidade desse segmento em expansão.

Essa maioria política, para conduzir o desenvolvimento, está diante da questão das reformas, que sempre se postergam e não são realizadas. Esse é um problema do reformismo nunca realizado no Brasil. Mas são reformas clássicas para viabilizar a continuidade dessa expansão, que é a reforma do Estado, e também a questão do federalismo brasileiro. Acredito que temos uma deturpação do ponto de vista da forma de condução das políticas. São políticas muito setorializadas ou particulares, pouco articuladas, não obstante os esforços feitos nos últimos oito anos para corrigir isto.

O segundo ponto diz respeito ao reposicionamento externo brasileiro, por exemplo, a presença do Brasil no espaço sul-americano. Essa é uma oportunidade para o Brasil discutir a questão sobre a existência ou não de uma nova centralidade dinâmica, se estamos saindo de um mundo unipolar para um mundo multipolar. Acredito que o Brasil não disputa a hegemonia, mas não há dúvida de que no espaço sul-americano ele pode exercer um papel de dinamismo muito mais pronunciado. Isso implica avaliar como tem sido sua postura nesse espaço sul-americano. Em primeiro lugar, em relação ao Mercosul – que é a nossa experiência mais longa, de mais de 20 anos –, ele não tem sido uma boa experiência do ponto de vista de ajudar na redução das assimetrias. Em 1990, o Brasil era três vezes maior do que a Argentina, hoje é seis. É difícil construir um espaço de combinação de países quando um cresce mais do que os outros, sem falar nos déficits [comerciais] crescentes nas relações do Brasil com Argentina e Uruguai. Se o Brasil quer exercer um papel muito mais importante na região, certamente deve desenvolver déficit e não superávit em relação a esses países.

O segundo aspecto diz respeito à postura das empresas brasileiras nos países do Mercosul. Tem sido uma postura de agilidade muito grande de compras de empresas na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Isso está gerando uma certa tensão, especialmente porque a forma como as empresas brasileiras atuam nesses países não diferencia muito da de outras empresas transnacionais e, possivelmente, teremos problemas políticos de alguma medida neste sentido mais à frente.

E a questão externa certamente dependerá também da nossa capacidade de convencer as grandes empresas brasileiras a fazerem políticas industriais que não digam respeito apenas ao Brasil, mas também a alguns países do Mercosul. A Petrobras poderia, por exemplo, ter um papel muito mais amplo do ponto de vista das compras, dos seus fornecedores, envolvendo países do Mercosul, se queremos de fato ter um papel dinâmico na região – assim como o papel da China na Ásia, tal a forma de seu relacionamento com os seus países vizinhos.

O papel da transição da liderança econômica dos Estados Unidos para a China na região, especialmente no Brasil, é de uma violência brutal. Os Estados Unidos eram o principal parceiro brasileiro, hoje é a China. Em 2000, as exportações para a China do Brasil representavam 2% do total, hoje quase 20%. Se projetarmos isso – é uma mera projeção –para os próximos doze anos a China pode representar quase 60% das nossas exportações, sendo que 80% dessas exportações são de produtos primários.

Por fim, o ciclo de expansão interna. Repito o que já foi dito. A taxa de investimento é muito baixa. Temos problemas sérios a enfrentar de como fazer com que a taxa de investimento cresça de forma continuada. Há um esforço inegável nesse sentido, mas começaremos a tratar de temas muito complexos. É a questão da indexação, do chamado monopólio, mas também da poupança e dos fundos compulsórios. Não é muito simples. O Brasil poderia utilizar – como já foi sugerido na primeira mesa – o recurso de liberar mais rapidamente poupança em poder do setor financeiro para investimento e taxar algumas *commodities* para financiar a infraestrutura.

Um tema importante é o do apoio para as micro e pequenas empresas. Acredito que, apesar dos esforços feitos nos bancos públicos, nada justifica o Brasil não ter um banco para micro e pequenas empresas, uma difusão de bancos comunitários. Temos hoje 500 municípios sem agência bancaria, há deslocamento da poupança do Norte/Nordeste para o Sul/Sudeste. Algumas questões relativas ao tema precisam ser melhor tratados. Não vejo por que não temos uma Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para micro e pequenas empresas.

Temos ainda a questão da política social. A meu ver, fizemos muito bem as ações de distribuição de renda pelas políticas sociais, mas estamos longe de ter uma política de redistribuição de renda, que é diferente. Melhoramos muito o perfil da despesa, gastamos melhor os recursos, mas continuamos a tributar muito mal a população. A receita que arrecadamos é derivada de uma forte regressão. Isso faz com que o Estado não seja de fato um bom exemplo de políticas redistributivas. Temos excelentes políticas de distribuição de renda, mas não de redistribuição. O Estado brasileiro é muito bom para cobrar impostos dos pobres.

A questão é se essa inflexão é suficiente para nos levar ao desenvolvimento. Cito três pontos para pensarmos. Em primeiro lugar, concordo com o que Nelson Barbosa disse em relação ao tema da demografia. Temos duas décadas favoráveis para organizarmos bem as políticas públicas e o fundo público, mas daqui a duas décadas o povo brasileiro será completamente diferente do que o que vemos hoje. Então, temos um momento-chave para nos preparar. Hoje, há 8 milhões de pessoas com 80 anos de idade e mais. Em 2030 serão 20 milhões e, a partir de 2030, poderá haver uma redução absoluta no número de brasileiros. Não sei se é razoável ou não. Até a ditadura discutíamos muito a demografia como um tema da agenda política. Não se discute mais demografia com esse ponto de vista. Há quinze anos os demógrafos estimavam que chegaríamos a 2030 com 240 milhões de habitantes – e vamos chegar a 207 milhões. E se for reduzida a população depois de 2030, o número de nascidos será menor do que o dos que vão morrer. Portanto, se em 2030 chegamos a 207 milhões, em 2040 seremos 205 milhões.

Não é um problema apenas da demografia, mas o fato é que estamos, cada vez mais, avançando a expectativa de vida. A expectativa deve rapidamente aumentar e nós vamos caminhar para 100 anos de idade. Esse é um tema para o qual não estamos muito bem preparados porque implica mudança nas políticas públicas: o tipo de gasto na saúde, por exemplo. Daqui a 10, 15 anos começarão a sobrar escolas no nosso país, porque não terá mais alunos suficientes.

Por isso, existem aspectos relevantes a serem considerados, como a alteração brutal na estrutura familiar. Até há pouco tempo sempre havia nas famílias dois adultos, três ou quatro crianças, com condições de apoiar o envelhecimento do pai, da tia, do sogro etc. Hoje, as famílias que mais crescem no país são monoparentais, formadas de um adulto e uma criança. Esse adulto geralmente é uma mulher, quando não um idoso. Essa estrutura familiar é muito complicada do ponto de vista dessa mudança etária.

Quero ressaltar outro ponto que está relacionado à questão do desenvolvimento no espaço nacional. O fato para o qual quero chamar a atenção é a importância que passaram a ter, especialmente pela forma da globalização das duas últimas décadas, as corporações transnacionais. Qualquer setor da atividade econômica que analisarmos é dominado por meia dúzia de grandes corporações, que determinam o preço, quando não a distribuição. As 500 maiores corporações do mundo hoje respondem por 47% do PIB. Elas são maiores do que países. Cada vez mais. Isso impõe, certamente, dificuldades para que os governos dentro dos espaços nacionais possam de fato fazer políticas mais autônomas. Essas grandes corporações financiam partidos, financiam presidentes. São as grandes corporações em todos os lugares. E esse poder faz com que certamente precisemos rever o tema da democracia: em que medida nossos países têm de fato democracia e soberania? É igual àquele exemplo daquela cidade de 5 mil habitantes onde de repente se instala uma siderurgia de qualquer empresa. Vai contratar três mil trabalhadores, ótimo para aquela cidade. Vai ter emprego, melhorar um pouco da renda, vai tributar, melhorar o orçamento, mas ao fim e ao cabo, quem manda na ci-

dade: o prefeito democraticamente eleito ou o dono da grande empresa? Esse é um problema da governança global. Mas o fato é que nos ensinaram que o capitalismo se organiza a partir do Estado nacional e o Estado nacional é maior que as empresas. E no quadro de hoje, muitas empresas são maiores que o Estado nacional.

Temos a questão das novas bases do trabalho. O trabalho imaterial, digamos assim, o trabalho vinculado ao setor de serviços, que tem cada vez mais a ideia de que o conhecimento é a expressão, o principal ativo do próprio desenvolvimento. Isso implica, no nosso modo de ver, duas revoluções: uma na educação, como já foi muito apresentada, e outra no sistema de proteção do trabalho.

Em primeiro lugar, dado o tema do conhecimento, não há mais razão para que se entenda o ensino superior como teto da sociedade, mas sim, cada vez mais, como piso. O que significa dizer que cada vez mais o jovem precisará postergar o ingresso no mercado de trabalho, de forma a ingressar no mercado de trabalho depois da conclusão do ensino superior. Os ricos no Brasil já fazem isso, nenhum filho de rico costuma trabalhar antes de ter completado o ensino superior, e a questão é como universalizamos isso.

O segundo tema relacionado à educação é a educação para a vida toda. Acabou a fase de apenas jovens, crianças e adolescentes estudarem. Nessa nova sociedade a educação passa a ser um elemento contínuo na nossa vida. Como estudar a vida toda? Como financiar a educação? É outra questão.

Por fim, a possibilidade maior da redução da jornada de trabalho, porque na verdade os serviços – que representam hoje 70% dos empregos abertos no Brasil (em outros países chega a ser muito mais) – permitem que se efetue o trabalho em qualquer lugar e não somente no local em que a pessoa é contratada, como era o chamado trabalho na indústria, construção civil, agricultura. Para realizar um trabalho material na indústria precisava estar dentro de uma empresa ou em uma fábrica. O trabalho de serviço, associado às tecnologias de informação, permite que ele seja exercitado em qualquer lugar. Então, isso significa dizer que estamos cada vez trabalhando mais porque exercemos o trabalho não apenas no local do trabalho, mas cada vez mais fora dele. Hoje mesmo o jornal apresentou uma pesquisa sobre isso – temos pouca pesquisa no Brasil, mas onde há pesquisa mais avançada, ela mostra uma extensão da jornada de trabalho, além da intensificação. Isto traz problemas enormes do ponto de vista das doenças profissionais. Mudar isso implica uma revisão do Código do Trabalho. E o nosso Código do Trabalho é muito centrado no trabalho material, que é definido nas empresas, enquanto o trabalho imaterial faz com que as pessoas trabalhem em qualquer lugar, a qualquer horário. Isso aumenta a produtividade, isso não está sendo tributado e poucos sindicatos se deram conta disso.

Os obstáculos precisam ser superados e acredito que pela primeira vez tivemos a capacidade de organizar este tipo de debate aqui, promovido de forma unitária por quatro fundações de partidos de esquerda, que têm clareza de que é possível coordenar essa construção para o desenvolvimento. Faço votos de que nos seja possível organizar eventos desta natureza nos próximos anos e dizer que o Brasil finalmente foi capaz de fazer reformas. ■



Wilson Cano

Economista, é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro vitalício do conselho curador da Fundação Economia de Campinas e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Industrialização e Desenvolvimento

"É através da industrialização que a inovação e o progresso técnico se disseminam por toda a sociedade, e passam para a agricultura, para os serviços, enfim, para o uso geral da população".

Neste debate, vou me restringir à discussão sobre a questão industrial, por considerá-la fundamental. Seja neste governo, seja nos vindouros, este tema tem de ser profundamente debatido e deve haver uma atuação mais ativa do Estado no que tange a uma possível reformulação das políticas industriais.

Começo lembrando que nenhum país do mundo se desenvolveu sem que se industrializasse, tampouco se desenvolveu tendo uma industrialização frágil ou fragilizada, como a que atualmente estamos vivenciando.

Entre os anos 1970 e o início da década de 1980, a América Latina – ou pelo menos seus principais países – deram um salto espetacular no que tange ao impulso à industrialização, não só em termos quantitativos, mas também em termos de diversificação estrutural. No México, por exemplo, o peso da industrialização na economia passou de 22% para 24% do PIB. No Brasil, o salto foi ainda maior. A participação da indústria de transformação no PIB saiu de 27% e chegou a 33%, no começo dos anos 1980.

Já as cifras atuais são simplesmente sofríveis. A Argentina está com apenas 17% do PIB em indústria de transformação; o México com 18% (mesmo com a Nafta e com as maquiladoras); e o Brasil ostenta a pior taxa: 15,7% em 2010.

As razões são mais que conhecidas: a política de escancarada abertura comercial, a forte valorização cambial, a elevada taxa de juros e a agressividade das exportações por parte da China –, mas não exclusivamente dela. Estamos sendo invadidos por montanhas de importações oriundas da Ásia. Além disso, as exportações chinesas também estão afetando as nossas exportações, já que estamos sendo marginalizados no mercado internacional.

A China deslocou recentemente não só o Brasil do mercado norte-americano, como o México – que é beneficiado pela lei das maquiladoras, além do NAFTA –, e a América Central em termos de confecções, que é uma coisa extremamente banal de ser produzida. O peso dos produtos manufaturados na pauta exportadora da América Latina – excluindo o México –estava crescendo. Passou de 19% para 31%, em 2000. Porém, já despencou para 25% em 2010.

E, neste cenário, o caso brasileiro mantém a pior cifra. Passamos de 44% em 1980, para 59% em 2000. No ano passado, infelizmente, ela foi de apenas 37,5%[1]. Ou seja, quase a metade do que tínhamos.

(1) Baixou ainda mais em 2011, para 36%

Vários indicadores mostram claramente efeitos perversos, como a diminuição da relação entre o valor agregado pela indústria de transformação e o valor bruto da produção industrial, cadente de 1996 para cá. O nosso déficit comercial de produtos industriais cresceu assustadoramente. A última vez que tivemos um superávit nessa área foi em 2005, quando houve um saldo comercial de US$ 3 bilhões. Em 2010, houve um déficit de US$ 35 bilhões de dólares (dos quais os produtos de alta tecnologia foram responsáveis por 23% e os de média por 38%). Não fosse a exportação de alimentos e produtos agroindustriais, que viabilizou um superávit colossal, o rombo teria sido consideravelmente maior. As cifras de janeiro a setembro deste ano são ainda mais trágicas. Elas projetam um déficit para 2011 de quase US$ 50 bilhões na balança comercial de bens industriais.

Tenho ouvido falar e entendo que o governo brasileiro deverá tentar negociações com a China, porque ela nos está invadindo. Eu lembraria um pequeno e grave problema: a China já foi responsável, no ano passado, por 55% do nosso superávit comercial. Ou seja, não vai ser muito fácil convencer os chineses que eles têm de fazer qualquer restrição voluntária ou qualquer outra atitude no sentido de se conter.

Muito se falou neste seminário sobre inovação, ciência e tecnologia. Destaco então que a China acelerou de tal sorte o seu programa de inovação, que os seus gastos de PID são hoje três vezes maiores que os do Brasil, em termos proporcionais ao PIB. O país asiático ainda pretende quase que duplicar esse valor até 2030. Ou seja, ela não está para brincadeira.

Muitos pesquisadores brasileiros que não acreditam em uma desindustrialização teimam em dizer que a estrutura produtiva industrial não mudou. Mas mudou sim. O erro deles é tomar emprestada a estrutura produtiva fornecida pelo IBGE, que tem outra metodologia, já que inclui a indústria extrativa mineral na estrutura industrial. Mas é evidente que não podemos fazer isso quando temos de discutir a questão industrial sob o ponto de vista macroeconômico.

Estávamos avançando qualitativamente na estrutura produtiva, até meados dos anos 1980, quando a nossa produção de bens de consumo não durável perfazia 44% e baixou para 34%, ampliando espaço tanto para produtos intermediários quanto para bens de consumo durável e bens de capital. Contudo, fiz uma pequena depuração nesse agregado que se chama "bens de consumo durável mais bens de capital", de 1970 até 2009.

Em 1970, o setor de bens de capital significaria, pelas minhas estimativas, a 13,5% da produção industrial de transformação; em 1980, teria atingido 19,9%. Foi um salto fantástico. Mas esse percentual caiu tremendamente e teria voltado a 13%, na abertura dos anos 2000, e chegando a 10% no final de 2009. Trata-se de uma regressão muito complicada.

A que se deve isso? Já expus algumas razões. Não é, evidentemente, devido à ausência de política industrial. Ainda que possamos fazer críticas às políticas industriais dos anos mais recentes, elas não são más em si. O problema é uma coisa elementar demais para mim, mas na qual, curiosamente, muitos economistas parecem não acreditar: se não há uma política macroeconômica consistente no país, não pode ser pendurada nesse cabideiro nenhuma outra política setorial ou temática.

Não se pode inventar uma política agrícola, uma política industrial, uma distribuição de renda ou uma política de ciência e tecnologia, se não houver a coerência necessária de uma política macroeconômica, para dar apoio ao desenvolvimento daquela política.

Quero chamar a atenção para o fato de que não devíamos estar discutindo a questão da crise de 2008-2009 ou da crise de 2011-2012. Estamos anos em crise desde 1980. São 31 anos em que esse Estado se debilitou, não conseguiu se reconstruir – nem fiscal, nem financeiramente –, que destruiu boa parte da sua burocracia técnica e do seu sistema de planejamento econômico.

Estas coisas têm de ser reconstruídas, sob pena de embarcarmos numa continuidade dessa regressão, que é muito complicada. Porque não adianta querer, isoladamente, inventar uma política, um plano nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. É através da industrialização que a inovação e o progresso técnico se disseminam por toda a sociedade, e passam para a agricultura, para os serviços, enfim, para o uso geral da população. ■



Nelson Barbosa

Economista, professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lecionou em diversas instituições de ensino no Brasil e no exterior e ocupou funções de destaque no BNDES, Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda, onde atualmente ocupa a função de secretário-executivo.

"Nós estamos indo além daquela política macroeconômica em que se foca um objetivo só e se ignora os demais, deixando que o mercado se encarregue do resto".

A ideia desta exposição é discutir um pouco o que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos e quais as oportunidades e os desafios para o nosso país, principalmente na área de desenvolvimento econômico e social. Para isso, vou adotar uma perspectiva mais estrutural. Um aspecto que destaco aqui, para reflexão, são as oportunidades que o Brasil tem hoje, o momento histórico pelo qual passamos.

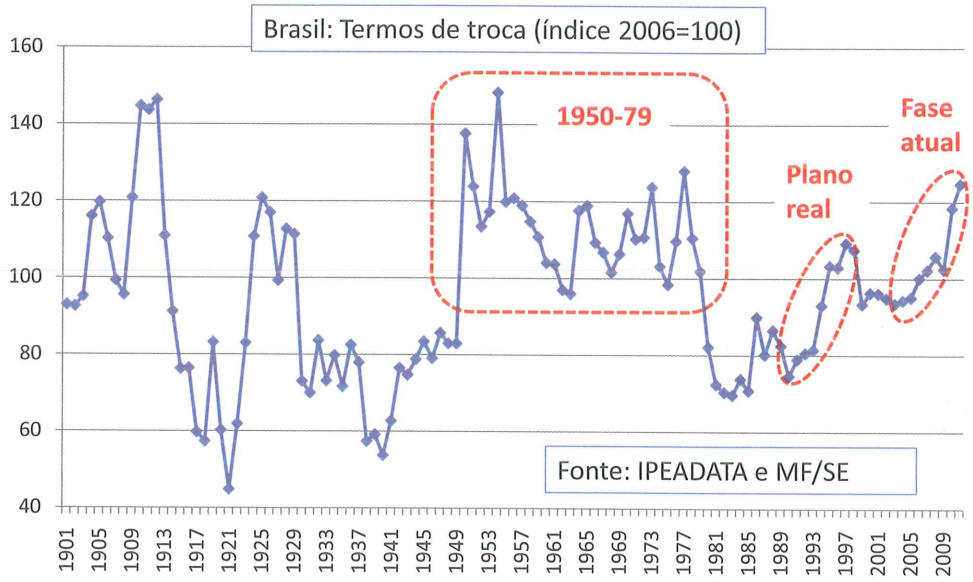
Uma primeira oportunidade está relacionada ao fato de, pelo menos nos últimos seis anos, ter havido um movimento muito favorável, para o Brasil, nos termos de troca. Na linguagem econômica, termo de troca é o preço da exportação dividido pelo preço da importação. Ou seja, é uma maneira de medir o poder de compra internacional do país. E, nos últimos anos, houve um aumento muito forte nesses termos de troca.

Historicamente, quando houve termos de troca favoráveis ao Brasil, isso não foi necessariamente uma maldição ou um problema para o desenvolvimento. Desde que se saiba como aproveitar essa oportunidade. Por exemplo, de 1950 a 1979, os termos de troca estiveram bem elevados – é o período da "era de ouro", de reconstrução da Europa e de desenvolvimento dos Estados Unidos. E, nessa época, o Brasil se industrializou, cresceu rápido. Em seguida, veio a crise da dívida. Depois, em meados da década de 1990, tivemos outra recuperação em termos de troca. E o que o Brasil fez? Foi a época do Plano Real. O Brasil aproveitou esse poder de compra para controlar a inflação e fazer a estabilização focada mais na questão macroeconômica.

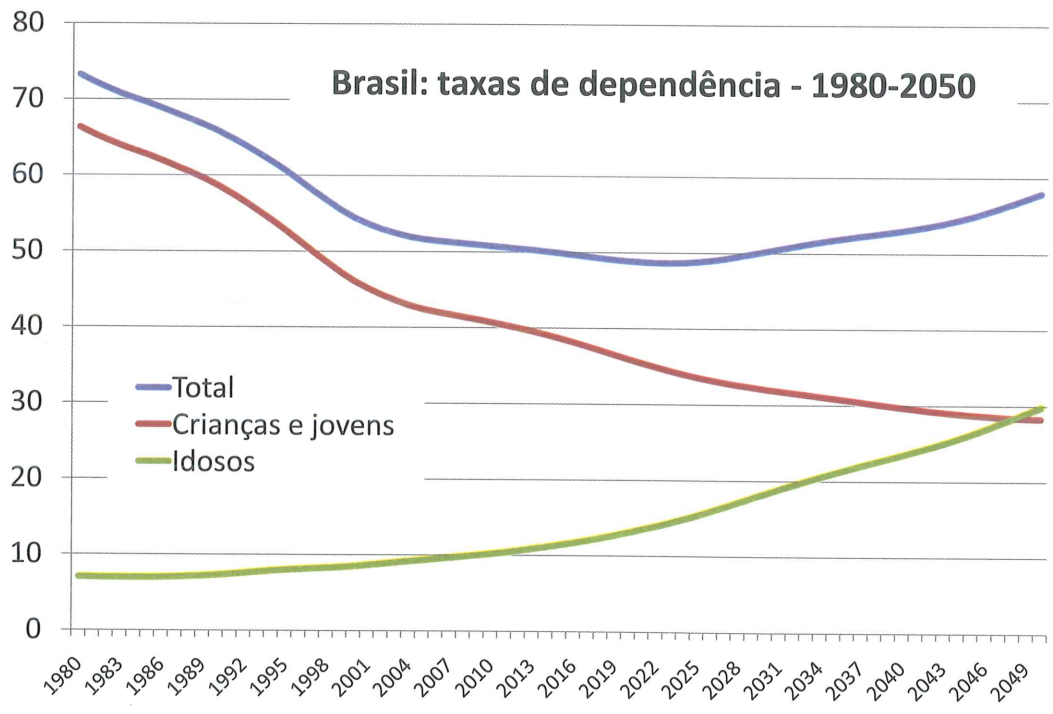
A partir de 2005, inicia-se a fase em que estamos agora – marcada por uma elevação de grande magnitude nesses termos de troca. Então, esta é uma oportunidade que existe, vem de fora – do resto mundo – e tem possibilitado um aumento na renda disponível da sociedade brasileira e uma ampliação do poder de compra no nosso país. Significa mais autonomia e mais renda para o Brasil.

Há também um fator não tão recente, que é uma mudança demográfica em curso. O número de crianças por adulto está caindo, o de idosos por adulto está subindo, mas a queda do número de crianças por adulto ainda é maior que o aumento do volume de idosos. Ou seja, a população em idade ativa está crescendo e isso representa mais gente em idade de produzir, mais possibilidades econômicas. Algumas interpretações tendem a colocar que o momento que vivemos hoje seria basicamente fruto desse bônus demográfico, de ter aumentado a população ativa. De fato, isso contri-

Termos de troca e desenvolvimento: períodos de termos de troca favoráveis são geralmente associados com crescimento mais rápido e mudanças estruturais no Brasil. Termos de troca favoráveis não são necessariamente uma maldição para o desenvolvimento.



3



4

bui, mas não se trata de um fenômeno recente, e também há a questão de que esses números já foram ainda mais favoráveis que agora.

Além do mais, temos – desde os anos 1980, da luta da democratização e da Constituição de 1988 – um país politicamente estável, com respeito de contrato e baixa incerteza jurisdicional. Na nossa atual situação, o Brasil é um país com mais previsibilidade – tanto econômica quanto política – que muitos outros lugares do mundo.

Por isso, há estas questões estruturais que independem de quem está no governo e de qual é a orientação deste governo. São movimentos dos preços internacionais e da demografia. Mas, a partir daí, pode-se escolher o que fazer com essas condições.

E quais as duas escolhas fundamentais dos últimos anos? A primeira foi a opção de apostar no crescimento, com distribuição de renda. Os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff adotaram uma estratégia de política econômica não só mais pró-crescimento, mas, principalmente, de crescimento com redução da desigualdade, distribuição de renda e aumento sustentável dos salários reais. Isso sim é uma escolha política: como usar as oportunidades que nos são dadas.

Outra decisão importante foi reduzir a fragilidade da economia brasileira, em relação a choques tanto internacionais (acumulando reservas, pagando a dívida com o FMI), quanto fiscais (praticando resultados primários bem acima do que seria necessário para reduzir a dívida pública). Então, está sendo promovida uma queda mais forte do endividamento público. Isso deu capacidade, tanto fiscal quanto externa, para lidar com os choques que, quando ocorriam antigamente, acabavam desestabilizando a economia.

Durante muito tempo, predominou o chamado Consenso de Washington – uma visão mais neoliberal da política econômica. O papel do Estado seria manter a estabilidade macroeconômica, e o mercado se encarregaria de promover o desenvolvimento econômico. Então, quero apontar dois pontos em que estamos indo além do Consenso de Washington, em direção a uma nova abordagem.

Política macroeconômica

O primeiro diz respeito à própria política macroeconômica. Estamos indo além daquela política macroeconômica em que se foca um objetivo só e se ignoram os demais, deixando o mercado se encarregar do resto. O mais fácil, em termos de escolha de uma política macroeconômica, é optar por um extremo e ignorar suas consequências. Por exemplo, concentrar-se em reduzir a inflação ou maximizar o crescimento o mais rápido possível e a qualquer custo e ignorar as consequências disso.

O difícil da política macroeconômica é tentar compatibilizar os conflitos. Se houver uma redução da inflação mais rápida, pode ocorrer um crescimento mais lento; se apostamos muito no crescimento, podemos ter uma inflação mais rápida. Tentar compatibilizar isso é a arte da política macroeconômica. Não é preciso, necessariamente, optar por um ou por outro. E hoje saímos daquela "camisa de força" em que se tinha de escolher um ou outro objetivo e subordinar todo o resto da sua economia a esse objetivo.

Nos últimos anos, esta opção tem se refletido nas três grandes esferas da política macroeconômica. Frequentemente se diz que mantivemos o arcabouço institucional da política macroeconômica: metas de inflação, câmbio flutuante e meta fiscal. Isso vem desde 1999, mas não é o mais importante. O principal é como este arcabouço institucional está sendo administrado agora.

Atualmente, temos uma política de metas de inflação, mas adequadas à realidade da economia brasileira. E, desta forma, isso tem sido compatibilizado com a aceleração do crescimento e com a redução da taxa de juros. Há uma política de câmbio flutuante, mas com acumulação de reservas internacionais e com regulação dos fluxos de capitais.

Todos estes aspectos têm permitido também diminuir a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos. E temos uma política de metas fiscais, mas nesta também estão incluídas metas de desenvolvimento social, de transferência de renda (aumento de salário-mínimo e o Bolsa-Família) e de investimento (com o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC).

Ou seja, há uma tentativa de compatibilizar objetivos aparentemente conflitantes, e é nesta administração que está o segredo de se ter uma espécie de política de meio termo – na falta de uma expressão melhor –, em que é possível tanto atender aos objetivos sociais quanto manter a estabilidade macroeconômica.

Papel do Estado

Afora o aspecto da política macroeconômica, também estamos evoluindo para uma discussão maior sobre o papel do Estado na economia, para além daquela visão de que o Estado só tem de manter a estabilidade macroeconômica.

O Estado tem de ter um papel ativo no desenvolvimento, principalmente em um país como o Brasil, que tem muitas diferenças estruturais, muitos problemas que não serão resolvidos sem uma atuação ativa do Estado. E estamos vendo, gradualmente nos últimos anos, uma evolução nesse debate.

Isso inclui, primeiramente, um maior papel do Estado na regulação do mercado. Sendo este um encontro das fundações de quatro grandes partidos de esquerda, seria interessante abordar a importância de reordenar a agenda do debate político. O papel do Estado hoje não é mais só uma discussão sobre câmbio e juros, mas também sobre o que o Estado tem de fazer e onde fazer.

Então, gradualmente, estamos evoluindo na questão da regulação de mercado, saindo daquele paradigma, dos anos 1990, de que o foco era principalmente proteção ao investidor, para pensarmos também a proteção ao consumidor. Como proteger o consumidor, em um mundo caracterizado por oligopólios e grandes corporações? É um debate que está assumindo um papel importante no Brasil, a exemplo das discussões sobre tarifas bancárias, preço de energia, medicamentos e planos de saúde. E a tendência é ganhar ainda mais relevância.

Obviamente, precisamos do Estado também no planejamento, na coordenação de grandes projetos de infraestrutura – que o mercado, por si só, não faz sozinho. Mas, principalmente, no financiamento. O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, já havia falado sobre o papel fundamental do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento). Na ausência de um mercado de capitais de longo prazo capaz de dar o financiamento necessário para os investimentos que o Brasil tem de fazer, é vital o papel do Estado. E este é um dos fatores que diferenciaram o Brasil no enfrentamento da crise.

A outra frente em que é preciso um papel ativo do Estado é a oferta de serviços públicos e universais, como saúde, educação e segurança. Mas, na medida em que a sociedade vai evoluindo, as suas demandas vão se tornando mais intensas sobre o Estado. Por isso, uma sociedade de classe média vai requerer cada vez mais serviços públicos universais de qualidade.

E, por fim, em toda e qualquer democracia avançada, o Estado tem um papel fundamental em reduzir a desigualdade na distribuição de renda. Através da tributação das transferências de renda, o Estado pode fazer essa redução.

Estes aspectos devem orientar e fazer parte do debate de política econômica. Porque câmbio e juros são importantes, mas estas outras questões também são porque afetam bastante a vida da população. E qualquer projeto de política econômica, ou qualquer projeto progressista de sociedade, tem também de fazer propostas nessas quatro esferas – regulação de mercado, planejamento e financiamento, oferta de serviços e redução das desigualdades.

A política econômica nos últimos anos

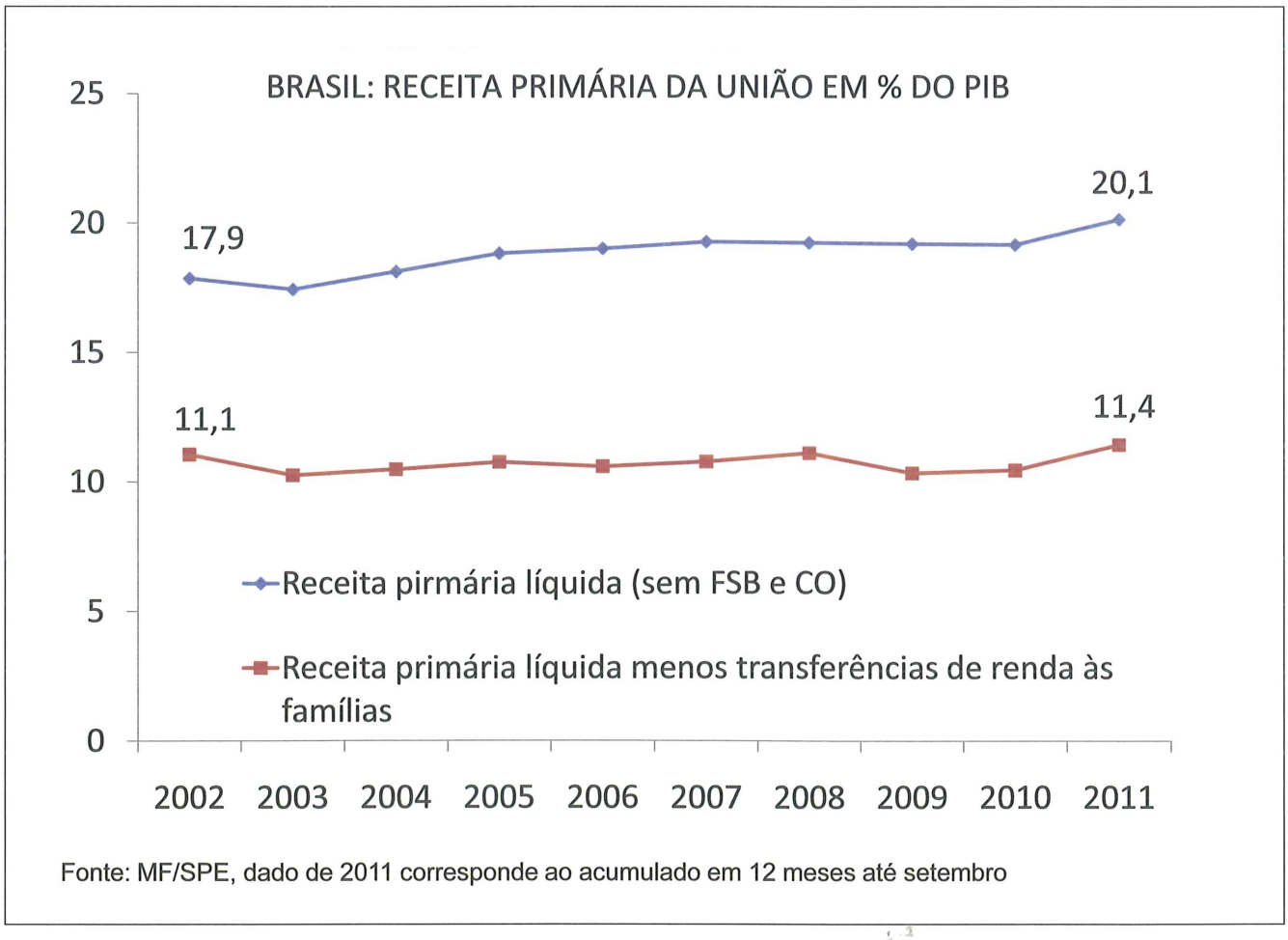
Quero fazer aqui uma interpretação do que foi a estratégia de política econômica e como ela vem fazendo sentido. A primeira fase desta política econômica, que começa em 2003, foi a de recuperar a estabilidade econômica. A inflação estava em 12,5% no final de 2002 e, em fevereiro de 2003, chegou a 17,7%. Foi necessário, então, um trabalho forte de recuperar a estabilidade macroeconômica e de apostar, primeiro, em uma expansão, puxada pelos salários.

Como fazer a economia começar a girar? A resposta foi criar uma política para aumentar a renda disponível, principalmente das parcelas mais pobres da população, por meio de um programa de combate à pobreza – que depois foi concentrado no Bolsa-Família – e do salário-mínimo. Com isso, foi possível dar um primeiro estímulo para a economia, através do consumo.

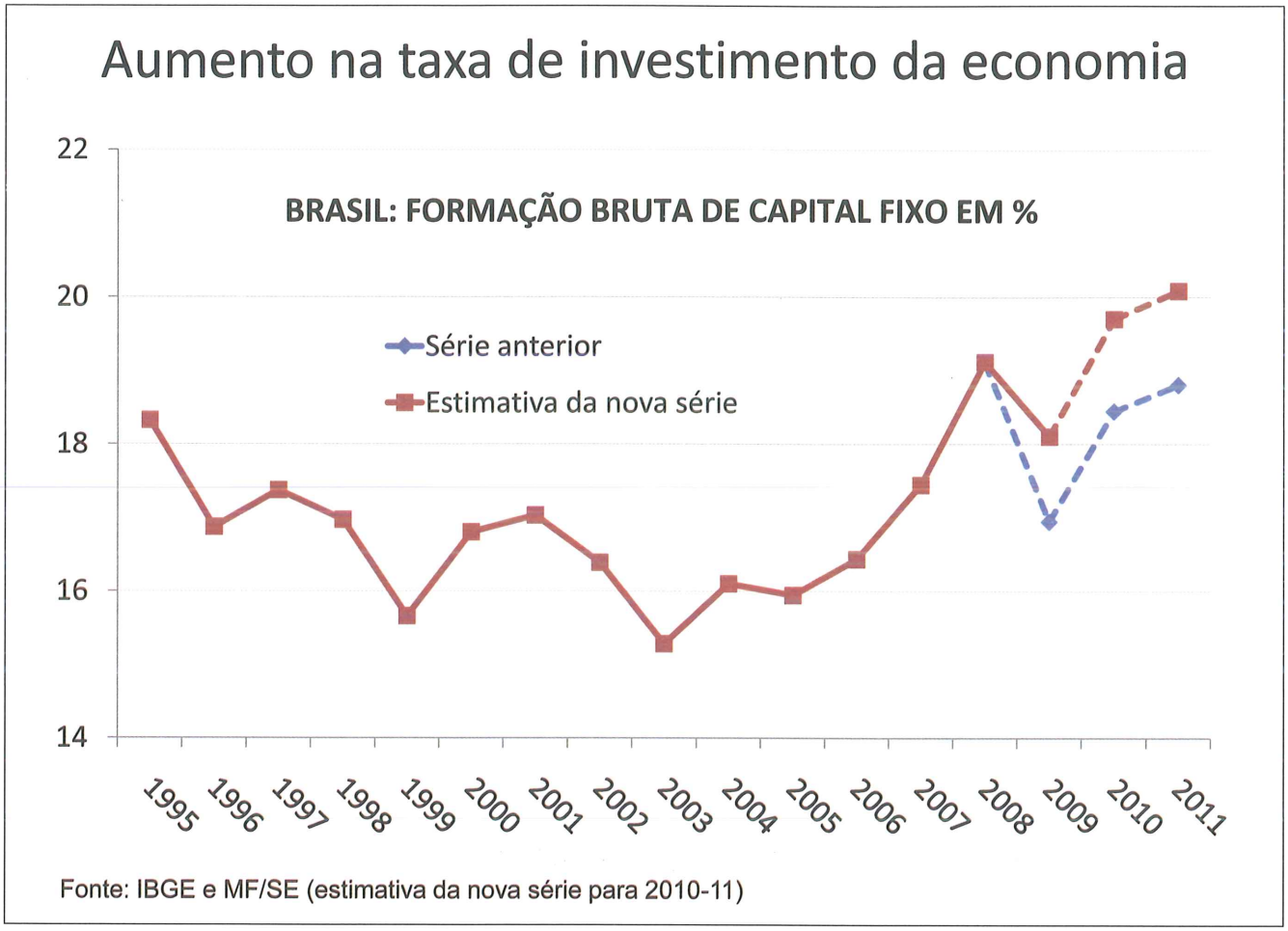
Havia uma capacidade ociosa. A roda começou a girar e a ocupação da capacidade ociosa criou as condições para começar a aumentar o investimento, junto com uma política de maior disponibilidade de crédito. O governo apostou no crescimento do mercado interno, puxado pelos salários e pelo poder de compra da população, para começar o ciclo de desenvolvimento.

Para ilustrar esta estratégia, a arrecadação líquida do governo federal saiu de 17,9% do PIB em 2002, para 20,1% em 2011 – cerca de 2,2 pontos percentuais de aumento de arrecadação. Se subtrairmos deste total as transferências de renda – o que o Estado devolveu para a sociedade, na forma de Bolsa-Família, Previdência Social, seguro desemprego e benefícios de prestação continuada – o percentual sai de 11,1%, em 2002, para 11,4%, em 2011. Ou seja, houve um aumento de 2,2% na arrecadação como um todo e houve de 0,3% na arrecadação líquida. Então, cerca de 2% do PIB foi arrecadado pelo governo e redistribuído para a sociedade – recolhido de quem ganha mais e distribuído para quem ganha menos. E isso significou um impulso inicial na economia.

A segunda fase da política econômica começa a partir da necessidade de sustentar o crescimento, para evitar um voo de galinha. Veio então a ideia de criar um programa forte de incentivos ao aumento do investimento, especialmente em infraestrutura, com o PAC, o financiamento do BNDES



Fonte: MF/SPE, dado de 2011 corresponde ao acumulado em 12 meses até setembro



e o aumento do investimento residencial com o programa Minha Casa, Minha Vida. Esta é a fase de 2007 até 2010, que mantém as políticas anteriores e acrescenta esse novo desafio.

A partir da adoção do PAC, a taxa de investimento da economia brasileira sai de cerca de 16% para 19%. São três pontos percentuais de aumento, devido a esse esforço de política econômica de criar as bases para sustentar o crescimento.

A terceira fase – iniciada já no final do governo Lula, mas que ganha mais força agora – é caracterizada pelo maior investimento em educação e inovação. O governo agora, além do investimento em infraestrutura, em capital físico, também tem uma política de mais investimento em capital humano.

Desde a gestão do presidente Lula, temos o ProUni, o REUNI, o aumento dos recursos da educação. E, este ano, o Congresso aprovou, e a presidente Dilma já sancionou, o PRONATEC (Programa Nacional de Ensino Técnico). Esta iniciativa pode revolucionar o ensino técnico no país, concedendo bolsas de estudo e financiamento com taxas de juros mais baixas para que as pessoas possam seguir este caminho. Além disso, há também um esforço grande para aumentar os investimentos na área de tecnologia da informação e comunicação e os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento.

Desafios

No contexto internacional, atualmente temos uma situação de recessão ou desaceleração nos países mais avançados e um aumento muito forte na competitividade por parte dos países emergentes, principal-

mente da China. A busca de uma austeridade fiscal e de cortes competitivos nos salários nos países avançados – seja via fiscal, seja via cambial – e a busca pela manutenção da competitividade por parte da Ásia podem gerar o que chamamos de uma "corrida para o fundo". Ou seja, o fato de todo mundo, ao mesmo tempo, estar tentando fazer ajuste fiscal e tornar sua economia mais flexível e competitiva causa uma compressão dos salários e pode colocar em risco conquistas sociais importantes no campo social.

Outro ponto se refere a uma tendência à especialização do Brasil em produtos primários, devido a esses termos de troca favoráveis e à apreciação da taxa de câmbio. Do ponto de vista doméstico, a taxa de juros caiu, mas ainda é muito elevada para padrões internacionais. Então, para conseguir continuar com a queda da taxa de juros, é preciso manter essa estratégia de equilíbrio fiscal, redução da dívida pública e, principalmente, aumentar o investimento. Porque com o aumento do investimento, da capacidade produtiva e da produtividade são criadas as condições para que a economia cresça sem pressões inflacionárias.

Além disso, ainda temos o grande desafio de promover reformas para reduzir o nosso custo financeiro e tributário. O sistema tributário brasileiro ainda é muito complexo, embora tenha melhorado. E, em relação ao sistema financeiro, ainda não há, por exemplo, um mercado de capitais de longo prazo para tornar o financiamento mais disponível, mais fácil para a maioria das firmas e das pessoas.

E, por fim, há uma demanda crescente por serviços públicos de qualidade entre a nova classe média. Do ponto de vista da arrecadação, ninguém quer que a carga tributária aumente. Mas, para ter serviços públicos de qualidade, será necessária uma disponibilidade maior de recursos. E aí temos o debate sobre qual é o tamanho ideal do Estado. Não se trata apenas de uma questão tributária, mas do que é feito com a carga tributária.

O debate hoje sobre políticas sociais no Brasil ainda está muito centrado na questão de quantos por cento do orçamento devem ser destinados para determinada área. Então, há a bancada da educação defendendo que sejam destinados tantos por cento para educação; a bancada da saúde, pedindo outros tantos por cento para a saúde; a da cultura, cobrando seu percentual. E por aí vai. Mas isso tem um limite: 100%. Um debate apenas nessas condições não vai muito longe. Isso tem de evoluir também para o resultado, para o que se faz com tantos por cento do orçamento para determinada área.

Em certo sentido, é o que o governo tem tentado fazer nos últimos anos. Tanto a gestão do presidente Lula quanto a da presidente Dilma não colocam metas orçamentárias, mas metas objetivas. Por exemplo, o PAC abarca tais obras de infraestrutura, em determinada área, que precisam ser concluídas em tantos anos. No PRONATEC, são tais bolsas de estudo, para tantas pessoas, durante x anos. Nesses casos, é preciso tentar manter o custo o mais baixo possível, por eficiência, mas as metas são colocadas em critérios objetivos, e não em percentuais do orçamento. Outros analistas e outros partidos colocam isso simplesmente como um choque de gestão. Não se trata apenas de gestão, mas de com quais indicadores melhoramos a qualidade dos serviços públicos.

Para concluir, neste quadro todo a situação internacional é difícil e o Brasil tem, obviamente, todos esses problemas de uma sociedade democrática para resolver. Mas temos boas condições para isso. Do ponto de vista econômico e estrutural, mesmo uma pessoa que não seja muito otimista terá de reconhecer que o Brasil tem recursos para financiar o seu desenvolvimento e para promover as mudanças que a nossa sociedade demanda. Temos ainda a renda das *commodities* – principalmente a do Pré-Sal que ainda vai entrar –, e isso nos torna capazes de financiar as mudanças na sociedade brasileira, a construção de um Estado de bem-estar social mais eficiente, a ampliação de serviços públicos universais. O bom momento dos termos de troca nos dá oportunidade e precisamos decidir o que fazer com ela.

A questão demográfica também vai persistir favorável por bastante tempo, pelo menos até meados da

próxima década. E ainda há muitos ganhos de produtividade a serem explorados no Brasil. Já integramos milhões de pessoas na classe média, mas ainda existem milhões de brasileiros a serem incorporados. Já estamos fazendo muitos investimentos de infraestrutura; há ainda muitos outros a serem feitos.

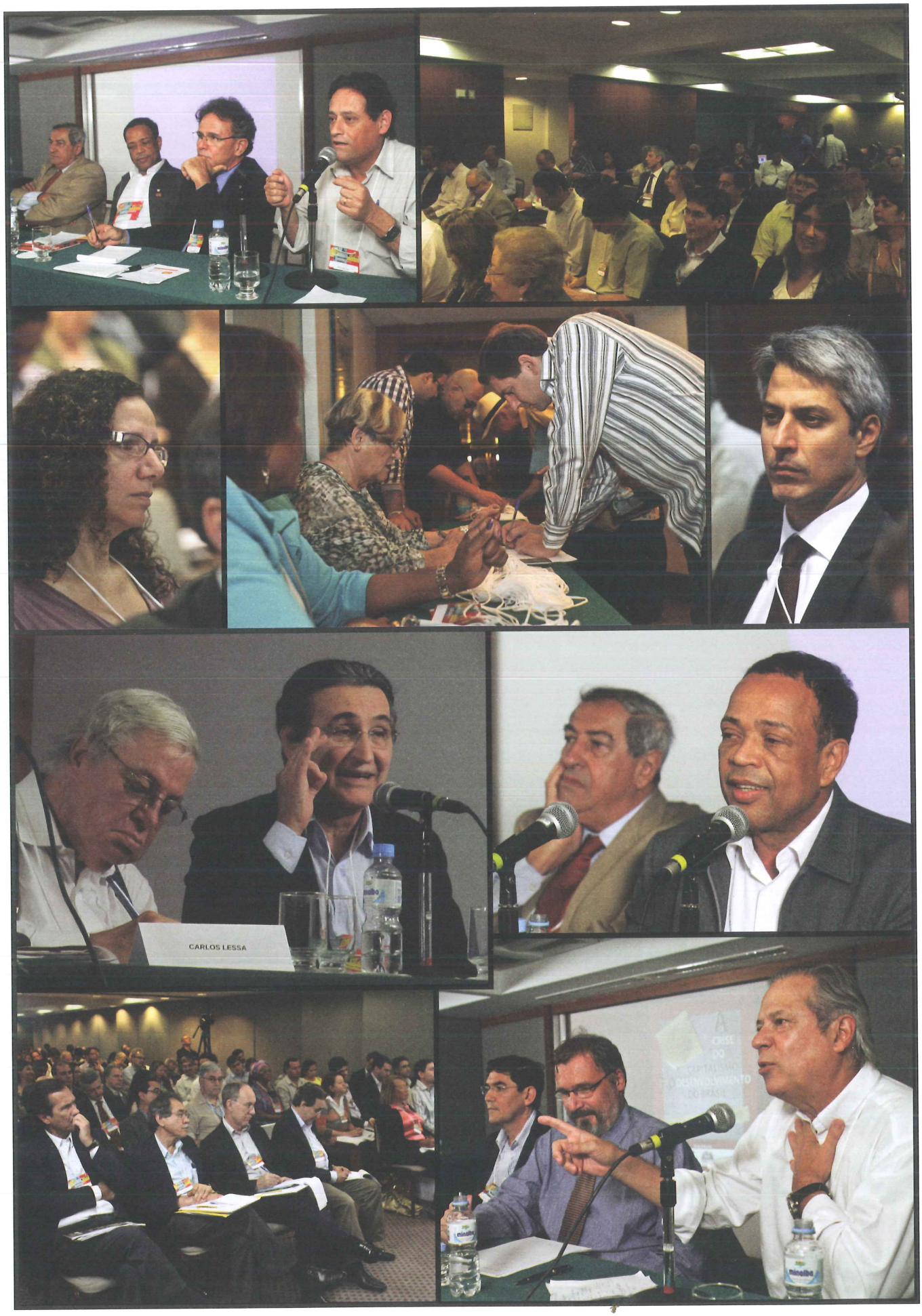
Portanto, o maior desafio do Brasil, do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico e social, é, na verdade, político. É a manutenção, em um país continental e tão heterogêneo, de um consenso político em torno de uma estratégia de desenvolvimento que beneficie a maioria da população e consiga solucionar essas tensões inerentes à distribuição de renda.

O Brasil tem a oportunidade que outros países não têm hoje de ter um debate deste tipo em uma economia em crescimento. Isto atenua os conflitos sobre distribuição de renda. É diferente, por exemplo, dos Estados Unidos e da Europa, em que os conflitos se dão em uma economia estagnada, que os magnifica. Então, se conseguirmos manter esse consenso, é possível continuarmos na mesma trajetória. ■

GALERIA

Fotos: Naldinho Lourenço




CARLOS LESSA



Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
São Paulo - SP CEP 04117-091
Tel.: (11) 5571-4299
fpabramo@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br



Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja - Centro
São Paulo - SP CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
fmg@ grabois.org.br
www.grabois.org.br



Fundação João Mangabeira
RSHIS QI 5 - Conj. 2 - Casa 2 - Lago Sul
Brasília - DF CEP 71615-020
Tel.: (61) 3365-4099
fjm@fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br



Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini
SAFS Quadra 02 Lote 03
Brasília - DF CEP 70042-900
Tels.: (61) 3224–9139 e 3224–0791
secretaria@flb-ap.org.br
www.flb-ap.org.br